

IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 437 - Ano XIV - 17/03/2014

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (online)



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



JESUÍTAS

1964

Golpe civil-militar *Impactos, (des)caminhos, processos*

Imagem: Acervo SNI/Arquivo Nacional



Jorge Ferreira:

Memória revisitada - O golpe e seu contexto

Cecília Coimbra:

"A história do Brasil é a história da tortura"

Pedro Fonseca:

Modernização conservadora como modelo econômico

E MAIS

Castor Ruiz:

Genealogia do governo e da economia política. Uma leitura a partir de Foucault

Helio Amorin:

Sínodo Extraordinário sobre a Família: "As respostas soam como estridente silêncio"

Deisy Ventura:

"Não existe um sentido unívoco da palavra terrorismo, como mal absoluto"

1964, Um golpe civil-militar

Impactos, (des)caminhos, processos

Quisesa este editorial jamais ter sido escrito. Quisesa o horror da tortura, da perseguição, da morte, ser um pesadelo escuro que se dissolve com o abrir dos olhos ao amanhecer. Uma sofisticada e complexa articulação civil-militar, com a participação de federações, entidades patronais, partidos políticos, embaixadores, presidentes, militares e mesmo a imprensa, levou o Brasil à escuridão de uma noite com mais de 20 anos.

O Instituto Humanitas Unisinos – IHU, por meio de duas edições da **IHU On-Line** (esta e um segundo número, a ser lançado em 31-03-2014), assim como do *Ciclo de Estudos 50 anos do Golpe de 64: Impactos, (des)caminhos, processos*, faz mais do que resgatar a história e seus impactos em nossas sociedades. Busca realizar um manifesto à memória, à vida e ao direito de ser e viver em um país livre. Em sinal de respeito a todas as vítimas – os sobreviventes e os que tiveram menos sorte –, apresentamos esta edição.

Jorge Ferreira, professor da Universidade Federal Fluminense, resgata a história do país e traça um panorama das disputas pelo poder no Brasil republicano.

Já **Carlos Fico**, professor titular de História do Brasil na UFRJ, analisa as articulações políticas e militares entre Brasil e Estados Unidos que culminaram com o Golpe Civil-Militar de 1964.

Pedro Cezar Fonseca, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, defende que a apropriação das reformas de Jango pelos militares mostra a relevância de sua implementação — que só não ocorreu anteriormente por motivos estritamente políticos.

O professor **Rodrigo Patto Sá Motta**, da Universidade Federal de Minas Gerais, explora os impactos do regime na educação universitária do país, que seguia paralelamente modelos autoritários e modernizadores.

Cecília Coimbra, psicóloga e diretora da ONG *Tortura Nunca Mais*, destaca a vigência da violência naturalizada durante a Ditadura Militar, mas que sempre fez parte da historiografia do país.

João Vicente Goulart, diretor do Instituto Presidente João Goulart, por sua vez, aborda a importância do comício de Jango na Central do Brasil e defende que o golpe não foi contra a presidência, mas contra o povo brasileiro.

Historiador e autor de livros sobre Dom Hélder Câmara, **Nelson Piletti** descreve o papel do arcebispo de Olinda e Recife na resistência à ditadura militar.

Egydio Schwade, um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, destaca o histórico da entidade e sua luta contra a violência da política indigenista brasileira, que segue moldes militares.

Complementam esta edição entrevistas com **Helio Amorim**, ex vice-presidente Mundial do Movimento Familiar Cristão, a respeito do Sínodo Extraordinário sobre a Família; com a professora de Direito Internacional da Universidade de São Paulo **Deisy Ventura**, que critica as leis antiterrorismo; e um artigo de **Castor Ruiz**, professor e pesquisador do PPG em Filosofia da Unisinos, descrevendo a genealogia do governo e da economia política a partir de Foucault.

A revista **IHU On-Line** estará disponível no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU segunda-feira, a partir das 17h, nas extensões html, pdf e em ‘versão para folhear’.

A edição impressa circulará no campus da Unisinos na terça-feira, a partir das 8h.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



UNISINOS

Instituto Humanitas
Unisinos

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula às
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).

Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS
(andriollicb@unisinos.br),
Luciano Gallas MTB 9660
(lucgallas@unisinos.br),
Márcia Junges MTB 9447
(mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13.062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio
Forneck

Atualização diária do sítio:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Fernando Dupont, Juliete Rosy
de Souza, Suélen Farias e Julian
Kober

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Jorge Ferreira** – Memória revisitada – O golpe e seu contexto histórico-político
- 14 **Carlos Fico** – A democracia brasileira derrubada pela “democracia” norte-americana
- 21 **Pedro Cezar Fonseca** – A modernização conservadora como modelo econômico
- 25 **Cecília Coimbra** – “A história do Brasil é a história da tortura”
- 30 **Rodrigo Patto Sá Motta** – Repressão e modernização: impactos do regime militar nas universidades
- 33 **João Vicente Goulart** – Comício da Central do Brasil – Propostas de mudanças socioeconômicas na estrutura do País
- 37 **Nelson Piletti** – Dom Hélder Câmara, uma vida de transformação e resistência
- 41 **Egydio Schwade** – “Na ditadura militar conseguimos evitar a obra de Belo Monte. Hoje, não!”
- 45 **Baú da IHU On-Line**

DESTAQUES DA SEMANA

- 47 **Destaques On-Line**
- 48 **Helio Amorim** – Sínodo Extraordinário sobre a Família: “As respostas soam como estridente silêncio”
- 51 **Deisy Ventura** – “Não existe um sentido preciso e unívoco da palavra terrorismo, como mal absoluto a ser combatido”
- 56 **Castor Ruiz** – Genealogia do governo e da economia política. Uma leitura a partir de Foucault

IHU EM REVISTA

- 64 **Agenda de Eventos**
- 65 **Publicação em Destaque** – Cadernos IHU: Além de Belo Monte e das outras barragens: o crescimentismo contra as populações indígenas
- 66 **Publicação em Destaque** – Cadernos Teologia Pública: Providência dos Profetas: uma leitura da doutrina da ação divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel
- 67 **Retrovisor**



twitter.com/ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

Memória revisitada – O golpe e seu contexto histórico-político

Jorge Ferreira resgata a história do país e traça um panorama das disputas pelo poder no Brasil republicano

POR RICARDO MACHADO

“O Brasil, em 1889, saiu de um longo regime monárquico cuja base econômica era a escravidão. Nesse sentido, a implantação da República trouxe uma novidade: a noção de que todos são iguais perante a lei”, aponta Jorge Ferreira, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. De modo singular, o professor e pesquisador Jorge Ferreira tenta compreender o Golpe Civil-Militar de 1964 a partir de sua dimensão histórica e, para tanto, descreve a complexidade da história brasileira da Primeira República até a nossa contemporaneidade. É a partir da compreensão deste contexto histórico de lutas e disputas pelo poder, que o regime de exceção que vigorou no país de 1964 a 1985 nunca foi uma surpresa, senão resultado de uma conjuntura de décadas. Jorge Ferreira sustenta que, na prática, a democracia é um processo em permanente construção. “A democracia é um regime marcado pela incompletude. Sempre faltará algum direito. E cabe aos grupos sociais se organizarem, lutarem e conquistarem esse direito. É assim que funciona o regime democrático: garantir o direito de crítica e o de organização, permitindo a luta dos grupos sociais para fazer avançar os direitos de cidadania e a própria prática democrática”, avalia.

Neste contexto, era de se esperar que as demandas sociais não tenham sido sempre defendidas por grupos institucionalizados, como foi o caso das Ligas Camponesas, a vanguarda da resistência no campo. “A primeira foi fundada em 1955 no Engenho Galileia. Era entidade civil com registro em cartório. Nessa época, o Ministério do Trabalho criava todo tipo de empecilho para a criação de sindicatos rurais. Não estando submetidas à Lei

de Sindicalização, a autonomia das Ligas era grande. As Ligas Camponesas lutaram contra a exploração dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais, sobretudo a prática das expulsões da terra”, recorda Ferreira. Apesar de todas as crises democráticas a que o país foi submetido em quase 125 anos de República, o professor considera que nossa democracia atingiu certo nível de maturidade, resultado de uma herança brutal e pesada da ditadura. “As oposições atualmente lutam para chegar ao poder pelo voto democrático do povo. Não têm como estratégia alcançar o poder pela força das armas. A não ser minorias, de direita e esquerda, inexpressivas na sociedade brasileira. Creio que, se há alguma herança, é essa: a valorização da democracia após as vivências e experiências da ditadura e do autoritarismo.”

Jorge Ferreira possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Atualmente é professor de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense. É autor de *Jango. Uma biografia* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011).

O professor estará na Unisinos participando do **Ciclo de Estudos 50 anos do Golpe de 64: Impactos, (des)caminhos e processos**, no dia 27 de março, com duas conferências: *Organização sindical e partidos políticos antes e pós-golpe de 1964*, às 17h30min, e *Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, às 19h30min, ambas na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Mais informações <http://bit.ly/Golpe50Anos>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como compreender a história política brasileira na primeira metade do século XX, particularmente na Primeira República¹ e no período entre 1930 e 1945?

Jorge Luiz Ferreira – É comum uma leitura desqualificadora de história política brasileira. A começar pela Proclamação da República, definida muitas vezes como um “golpe militar”. Pesquisas recentes demonstram que se a República foi implantada por uma operação militar, a ideia de República não era desconhecida nos debates políticos de fins do século XIX. O Manifesto Republicano de 1870² e a fundação de diversos clubes republicanos em várias cidades demonstram que a ideia de República não era novidade. Em muitos livros didáticos encontra-se a famosa definição de Aristides Lobo³ sobre o 15 de novembro: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”. É a ideia de que se tratou de um ato de força sem a participação popular.

1 Primeira República Brasileira (também conhecida como República Velha - em oposição à República Nova, período posterior, iniciado com o governo de Getúlio Vargas): foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 que depôs o 13º e último presidente da Primeira República, Washington Luís. Nesse período o Brasil foi nomeado de Estados Unidos do Brasil, o mesmo nome da Constituição de 1891, também promulgada nessa época. Esse período é dividido pelos historiadores em dois momentos: República da Espada, dominada pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos; e República Oligárquica, caracterizada pelas oligarquias dominantes compostas por forças políticas republicanas de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na presidência. Este último período também é conhecido como política do café com leite, em razão da importância econômica da produção de café paulista e de leite mineiro para a economia brasileira da época. (Nota da IHU On-Line)

2 Aristides da Silveira Lobo (1838-1896): foi um jurista, político e jornalista republicano e abolicionista brasileiro, ao tempo do Império. (Nota da IHU On-Line)

3 Manifesto Republicano: trata-se de uma declaração publicada pelos membros dissidentes do Partido Liberal (luzias), liderados por Quintino Bocaiuva e Joaquim Saldanha Maranhão. Ambos haviam decidido formar um Clube Republicano no Rio de Janeiro, com o ideário de derrubada da Monarquia e o estabelecimento da República Federativa no país. (Nota da IHU On-Line)

Mas se citarmos a frase que se segue àquela, teremos outra interpretação: “O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos”. As pesquisas mostram que o ato da implantação da República foi uma surpresa, mas a ideia de República, não. Por isso o “entusiasmo” veio depois do “atônito”.

O Brasil, em 1889, saiu de um longo regime monárquico cuja base econômica era a escravidão. Nesse sentido, a implantação da República trouxe uma novidade: a noção de que todos são iguais perante a lei. Isso, a meu ver, é muito importante. Antes a lei diga que todos são iguais do que o contrário. A ideia de que “todos são iguais perante a lei” é ponto de partida para a organização e a luta dos grupos sociais marginalizados e discriminados para que, de fato, sejam reconhecidos como iguais.

Mas se a construção do ideal republicano é uma luta que vem até hoje, também é o sistema democrático-representativo, também conhecido como democracia-liberal. Na Primeira República (1889-1930), a República era liberal, mas não democrática. A Constituição de 1881 privilegiou os direitos civis e ignorou os direitos sociais. A Justiça estava sob o controle do poder privado. Os direitos políticos eram exercidos com base na farsa eleitoral. Não havia, inclusive, a noção de que no Brasil viviam “brasileiros”. A força do regionalismo era tamanha que os brasileiros se definiam por seus estados de nascimento. Os partidos políticos eram regionais: Partido Republicano Rio-Grandense, Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano Paulista, entre outros.

Mas eu não partilho das versões que definem a Primeira República como um regime afastado do povo, resultado da violência eleitoral e vazio de ideias. E, por isso, “decadente” e “velha”. Essa República sofreu um processo de desqualificação em período posterior a 1930. Foram os ideólogos do Estado Novo que, com objetivo de legitimar a ditadura, interpretada como algo “novo”, nomearam o pe-

ríodo anterior de “velho”, no sentido pejorativo: a “República Velha”, ultrapassada e decadente e, por isso, merecedora de ser derrubada pela Revolução de 1930⁴.

Apesar da prática liberal-excludente, os políticos da Primeira República tinham que manter relações com o eleitorado e mobilizá-lo para votar. Trabalhadores se organizaram em partidos e sindicatos. Várias rebeliões populares ocorreram, sendo as mais conhecidas Canudos⁵, Contestado⁶

4 Revolução de 1930: movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com um golpe de Estado, chamado “Golpe de 1930”, que depôs o presidente da República Washington Luís em 24 de outubro, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à Primeira República. (Nota da IHU On-Line)

5 Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos: confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sociorreligioso liderado por Antônio Conselheiro, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do Estado da Bahia. A região, historicamente caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava por uma grave crise econômica e social. Milhares de sertanejos e ex-escravos partiram para Canudos, cidadela liderada pelo peregrino Antônio Conselheiro, unidos na crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social. Os grandes fazendeiros da região, unindo-se à Igreja, iniciaram um forte grupo de pressão junto à República recém-instaurada, pedindo que fossem tomadas providências contra Antônio Conselheiro e seus seguidores. Criaram-se rumores de que Canudos se armava para atacar cidades vizinhas e partir em direção à capital para depor o governo republicano e reinstalar a Monarquia. Apesar de não haver nenhuma prova para estes rumores, o Exército foi mandado para Canudos. Três expedições militares saíram derrotadas, o que apavorou a opinião pública, que acabou exigindo a destruição do arraial, dando legitimidade ao massacre de até 20 mil sertanejos. Além disso, estima-se que cinco mil militares tenham morrido. A guerra terminou com a destruição total de Canudos, a degola de muitos prisioneiros de guerra e o incêndio de todas as casas do arraial. Antônio Vicente Mendes Maciel, apelidado de “Antônio Conselheiro”, foi considerado o líder do movimento. Ele chegou a Canudos em 1893, tornando-se líder do arraial e atraindo milhares de pessoas. (Nota da IHU On-Line)

6 Guerra do Contestado: conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro travado entre outubro de 1912 e agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira disputada

e a da Vacina⁷, no Rio de Janeiro. Na década de 1920, artistas e intelectuais apresentavam produção inovadora. Profissionais na área da saúde e da educação elaboraram projetos para o país. E o que dizer da criação cultural popular que até hoje está presente, como na música? A Primeira República foi liberal e oligárquica, mas não foi um vazio como quiseram ver os ideólogos do Estado Novo⁸.

Com o período que se abre com a Revolução de 1930 o panorama é outro. A democracia-liberal sofria críticas severas na Europa. As soluções pareciam vir das ideologias autoritárias. No Brasil não foi diferente. O Governo Provisório (1930-1934) adotou o ideal autoritário, mas, afinado com um movimento planetário, empenhou-se em dar resolução à chamada “questão social”. Não se tratava da “astúcia” política de Vargas⁹ para desmobilizar

os trabalhadores, ou, ainda, do “populismo”. Não se podia mais ignorar as reivindicações dos trabalhadores. Também não se podia mais tratar os operários como mera mão de obra descartável. Afinal, como levar adiante o projeto de construir uma nação, com trabalhadores famintos, doentes e desamparados socialmente? A promulgação de leis sociais no Brasil acompanhou projetos similares que ocorriam em outras partes do mundo. Era a modernidade da época. Para os trabalhadores, a década de 1930 foi um período de aprendizagem de cidadania social.

Entre 1930 e 1937 a sociedade brasileira conheceu um rico período em termos de organização social e da vida política do país. Vários partidos políticos foram fundados. Direitas e esquerdas cresceram e radicalizaram. Foi também um avanço na construção do ideal de democracia representativa. Em 1933 houve a primeira eleição realmente democrática no país, com voto secreto e fiscalizada pela recém-criada Justiça Eleitoral. Mais ainda, as mulheres tiveram direito ao voto, duplicando o número de votantes. A Assembleia Nacional Constituinte de 1934 formulou a primeira Constituição fundamentada nos ideais da democracia-liberal. Entre 1934 e 1937 o país ensaiou sua primeira experiência

de democracia-representativa, mas de vida breve, logo sepultada com o golpe do Estado Novo em 1937. Com a democracia-liberal em baixa no contexto político europeu, Vargas não teve problemas em implantar uma ditadura que extinguiu qualquer tipo de representação: partidos políticos, eleições e assembleias parlamentares.

IHU On-Line – Como podemos pensar o conceito de democracia nas décadas que antecedem o regime militar e de que maneira o golpe foi um freio às pretensões republicanas da época?

Jorge Luiz Ferreira – Durante todo o ano de 1945 o país viveu o período de transição da ditadura para a democracia e, a partir de 1946, conheceu efetivamente sua primeira experiência de democracia representativa. A Constituição de 1946 preservou os direitos sociais. As eleições, fiscalizadas pela Justiça Eleitoral, foram periódicas e, até 1964, o calendário eleitoral foi cumprido. Os eleitos tomaram posse. Os partidos políticos eram nacionais e com projetos ideológicos definidos, sendo identificados pelo eleitorado. Havia ampla liberdade de informação, expressão e organização.

É verdade que havia limitações, como a ilegalidade do Partido Comunista e a exclusão dos analfabetos dos direitos políticos. Nos dois casos, são limitações aos direitos democráticos. Contudo, o regime democrático não é, como muitos querem, um balde repleto de ouro e pedras preciosas que se encontra no final do arco-íris e, ao encontrá-lo, todos seremos felizes. A democracia é um regime marcado pela incompletude. Sempre faltará algum direito. Cabe aos grupos sociais se organizarem, lutarem e conquistarem esse direito. É assim que funciona o regime democrático: garantir o direito de crítica e o de organização, permitindo a luta dos grupos sociais para fazer avançar os direitos de cidadania e a própria prática democrática.

É nesse sentido que eu entendo que o período de 1946-1964 foi a primeira experiência de democracia representativa vivenciada pela sociedade brasileira.

pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Originada nos problemas sociais, decorrentes principalmente da falta de regularização da posse de terras e da insatisfação da população hipossuficiente, numa região em que a presença do poder público era pífia, o embate foi agravado ainda pelo fanatismo religioso, expresso pelo messianismo e pela crença, por parte dos caboclos revoltados, de que se tratava de uma guerra santa. A região fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina recebeu o nome de Contestado devido ao fato de os agricultores contestarem a doação que o governo brasileiro fez aos madeireiros e à Southern Brazil Lumber & Colonization Company. (Nota da IHU On-Line)

7 Revolta da Vacina: ocorreu na cidade do Rio de Janeiro de 10 a 16 de novembro de 1904. O início do período republicano no Brasil foi marcado por vários conflitos e revoltas populares. O motivo que desencadeou este movimento de resistência foi a campanha de vacinação obrigatória, imposta pelo governo federal, contra a varíola. (Nota da IHU On-Line)

8 Estado Novo: período autoritário da história do Brasil, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares. (Nota da IHU On-Line)

9 Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de

agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios* no Espaço Cultural do IHU. A IHU On-Line dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o *IHU Ideias Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU Ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuid30>. Ainda a primeira edição dos *Cadernos IHU em formação*, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da IHU On-Line)

A ditadura que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964 não chegou a extinguir o sistema representativo – da mesma maneira como Vargas fez em 1937. Mas cerceou, limitou e restringiu ao máximo o processo político-eleitoral e a representação política. A ditadura foi uma tragédia em todas as dimensões da vida brasileira. Na questão política, extinguiu partidos representativos e enraizados na cultura política brasileira. O cerceamento dos direitos políticos e dos direitos civis deixou um rastro de autoritarismo e destruição das noções mais básicas de cidadania.

IHU On-Line – Que siglas compunham o cenário político brasileiro na experiência democrática iniciada em 1946 e como elas se definiam ideologicamente?

Jorge Luiz Ferreira – O país chegou a ter 13 partidos políticos, mas três deles se destacaram. Desde 1942, dentro do governo Vargas, discutia-se a fundação de um partido político que herdasse o prestígio do presidente. No início de 1945, os interventores dos estados fundaram o Partido Social Democrático – PSD. Eram homens com estreitas ligações com as elites políticas dos estados. Era o partido da máquina eleitoral e do voto das cidades do interior – onde viviam 70% da população brasileira. O PSD identificava-se com a imagem de Vargas, adotando posição política conservadora. Cabe, aqui, definir o que se entende por “conservador”. Os pedessistas eram conservadores, mas defensores do regime liberal-democrático. Em toda sua história, o PSD atuou dentro das regras democráticas. Como defendeu Lucia Hippolito¹⁰, o PSD tirava sua força exatamente do processo político-eleitoral. Embora conservador, defendeu as leis sociais, apoiou iniciativas estatistas e de intervencionismo governamental na economia e nunca

¹⁰ **Lucia Hippolito** (1950): é uma cientista política, historiadora e conferencista brasileira, especialista em eleições, partidos políticos e Estado brasileiro. Ela é autora do livro *Psd e a Experiência Democrática Brasileira 1945-64* (Bonsucesso: Nova Editora, 2012). (Nota da IHU On-Line)

“A reforma agrária será feita com flores ou com sangue”

se envolveu com golpes. Nem mesmo em 1964. O PSD era o grande partido de centro e o fiador da democracia brasileira.

O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, fundado no início de 1945, também resgatava o legado de Vargas e surgiu por iniciativa de sindicalistas e funcionários do Ministério do Trabalho. Era o partido que tinha o objetivo de organizar os trabalhadores urbanos que se identificavam com o trabalhismo de vertente getulista. Há uma versão, equivocada a meu ver, de que o PTB foi fundado às pressas para evitar que os trabalhadores aderissem ao Partido Comunista do Brasil (PCB). O PTB tinha seu próprio projeto político, o trabalhismo, e estava sendo planejado desde 1942.

O terceiro grande partido era a União Democrática Nacional – UDN. Diversamente dos outros dois, a sigla não tem a palavra “partido”, mas, sim, “União”. A UDN surgiu no início de 1945 como uma frente antigetulista. Quem era contra Vargas e o Estado Novo e a favor da candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes¹¹ entrava para a UDN. Inicialmente, tratava-se de uma espécie de frente, mas, após as eleições presidenciais de dezembro de 1945,

¹¹ **Eduardo Gomes** (1896-1981): foi um aviator, militar e político brasileiro. Patrono da Força Aérea Brasileira e ministro da Aeronáutica por duas vezes, no governo Café Filho (1954 a 1955) e no governo Castelo Branco (1965 a 1967). Com formação em aviação militar, foi um dos sobreviventes da Revolta dos 18 do Forte em 1922, marco inicial do tenentismo, quando foi ferido gravemente. Participou da Revolta Paulista de 1924. Foi preso quando se dirigia para integrar a Coluna Prestes. Solto em 1926 e novamente preso em 1929, voltou à liberdade em maio de 1930, a tempo de participar das ações que viriam a derrubar Washington Luís, após o fracasso eleitoral da Aliança Liberal. (Nota da IHU On-Line)

começaram as defecções. A Esquerda Democrática saiu da UDN e fundou o Partido Socialista Brasileiro – PSB. Ademar de Barros¹² também saiu e fundou o Partido Social Progressista – PSP, bastante popular em São Paulo. Raul Pilla¹³ fundou o Partido Libertador – PL, muito forte no Rio Grande do Sul. Arthur Bernardes¹⁴ também saiu e fundou o Partido Republicano, com significativas bases em Minas Gerais.

Outro partido importante foi o PCB. Reorganizado em fins do Estado Novo, alcançou grande prestígio em 1945 devido à figura de Luis Carlos Prestes¹⁵ e a admiração que os co-

¹² **Ademar Pereira de Barros** (1901-1969): aviator, médico, empresário e político brasileiro. Foi por duas vezes governador de São Paulo, entre 1947-1951 e entre 1963-1966. Foi ainda candidato nas eleições para a Presidência da República em 1955 e em 1960, obtendo nos dois pleitos o terceiro lugar. Era oriundo de uma família tradicional de cafeicultores do interior de São Paulo. Embora tenha participado ativamente da conspiração que resultou no golpe militar de 1º de abril de 1964, liderando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade na cidade de São Paulo, em 19 de março de 1964, teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar em junho daquele mesmo ano. Afastado do mandato como governador, exilou-se em Paris, onde viria a falecer em março de 1969. (Nota da IHU On-Line)

¹³ **Raul Pilla** (1892-1973): nascido no Rio Grande do Sul, foi médico, jornalista, professor e político brasileiro, e um dos maiores defensores da adoção do regime parlamentarista. Pilla era chamado de O Papa do parlamentarismo no Brasil. Ingressou na política em 1909, com apenas 17 anos, como secretário do diretório central do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. (Nota da IHU On-Line)

¹⁴ **Artur da Silva Bernardes** (1875-1955): advogado e político brasileiro, presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922 e presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926. Seus seguidores foram chamados de “bernardistas”. (Nota da IHU On-Line)

¹⁵ **Luis Carlos Prestes** (1898-1990): militar e político comunista brasileiro. Foi secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB), posteriormente chamado Partido Comunista Brasileiro. Casou-se com Olga Benário, morta na Alemanha, na câmara de gás, pelos nazistas. Em 1936, Prestes foi preso, perdeu a patente de capitão e iniciou o cumprimento de sua pena, que durou nove anos. Com o fim do Estado Novo, foi anistiado, elegendo-se Senador. Após o golpe de 1964, com o AI-1, teve seus direitos de cidadão novamente revogados, dessa vez por dez anos. Exilou-se na União Soviética para não ser novamente preso, regressando ao

munistas adquiriram com os imensos sacrifícios da população soviética e dos feitos heroicos do Exército Vermelho¹⁶ para a derrota da Alemanha nazista. Mesmo na ilegalidade a partir de 1947, o PCB elegeu representantes por outras siglas, notadamente no PTB, e teve atuação semilegal durante os governos de Juscelino¹⁷ e Jango¹⁸.

Brasil devido à anistia de 1979. (Nota da IHU On-Line)

16 Exército Vermelho ou Exército Vermelho dos Operários e dos Camponezes: foi a força militar da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, criado por Leon Trotsky com Bolcheviques em 1918 para defender o país durante a guerra civil russa, sendo desmantelado em 1991. (Nota IHU On-Line)

17 Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do país (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>. (Nota da IHU On-Line)

18 João Belchior Marques Goulart, ou Jango (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 - em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista “*Jango era um conservador reformista*”, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado, intituladas *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da IHU On-Line, de 29-08-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e “*Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam*”, de 05-08-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda “*João Goulart foi, antes de tudo, um herói*”, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da IHU On-Line)

“A implantação da República trouxe uma novidade: a noção de que todos são iguais perante a lei”

Outros partidos menores merecem estudos, caso do PSP, partido que não era apenas “paulista”, como é comum interpretar. Como também o Partido Democrata Cristão que, a partir de 1955, defendeu teses progressistas, surgindo com o projeto da Terceira Via, sob liderança de Franco Montoro¹⁹, Plínio de Arruda Sampaio²⁰ e outros.

Havia algo muito importante na vida política do país que é muito difícil de ser construído: a fidelização do eleitor com seu partido. Os partidos políticos apresentavam perfil ideológico identificado pelo eleitorado, notadamente o PTB, o PSD e a UDN.

Outra questão importante é o que as pesquisas desenvolvidas por cientistas políticos garantem: a estabilidade e a consolidação desse sistema partidário. Talvez a extinção desses partidos tenha sido um dos maiores males produzidos na vida política do país pela ditadura. Se isso não tivesse acontecido, muito possivelmente hoje estaríamos votando no PTB, no PSD e na UDN.

19 André Franco Montoro (1916-1999): foi um político brasileiro e 27º governador do Estado de São Paulo entre 15 de março de 1983 e 15 de março de 1987. (Nota da IHU On-Line)

20 Plínio de Arruda Sampaio: ex-deputado federal (PT-SP), foi entrevistado pela IHU On-Line na edição número 70, 11-08-2003, disponível em <http://bit.ly/PxJt-mu>; na edição número 79, de 13-10-2003, disponível em <http://bit.ly/NaLfrz>. Dele também publicamos um artigo na 146ª edição da IHU On-Line, de 20-06-2005, disponível em <http://bit.ly/1gu09B0>; e uma entrevista na 150ª edição, de 08-08-2005, disponível em <http://bit.ly/1cVF7zL>. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Como foi o surgimento dos sindicatos na década de 1930? Qual era a relação dessas organizações sindicais com o Estado à época?

Jorge Luiz Ferreira – Havia um movimento sindical atuante na Primeira República. Destacavam-se principalmente anarquistas, socialistas, comunistas, mutualistas e sindicalistas moderados dispostos a conquistar benefícios sociais aos operários por meio de negociações com o governo.

Os trabalhadores tornaram-se atores centrais para o governo que surgiu da Revolução de 1930. Não é casual que sua primeira medida tenha sido a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tenha recebido a designação de “Ministério da Revolução”. Em março de 1931, o governo decretou a Lei de Sindicalização, de viés corporativista. A lei foi muito criticada pelas esquerdas da época. Mas há um dado na legislação que era a antiga reivindicação de setores significativos do movimento sindical: os sindicatos se tornavam legais. Estando dentro da lei, os sindicalistas tinham defesas diante das perseguições policiais e dos patrões. O Governo Provisório encontrou apoio de setores importantes do movimento sindical que integravam o que hoje chamamos de movimento mutualista e de sindicalistas moderados – antes chamados de “amarelos” pelos anarquistas e pela literatura dos anos 1970. Além da militância sindical que buscava diálogo com o Estado visando a benefícios sociais, os socialistas também apoiaram a iniciativa do Governo Provisório. Esta foi a base sindical que aderiu à Lei de Sindicalização. Mas se a legislação respondia a demandas dos próprios sindicalistas, impunha restrições e controle de outro: o sindicato legalizado não poderia fazer propaganda ideológica, política ou religiosa e seria fiscalizado pelo Ministério do Trabalho. A legislação impôs o modelo corporativista e a unicidade sindical com base territorial. Somente o sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho poderia atuar legalmente em determinada base territorial. Ele teria a prerrogativa, concedida pelo Minis-

tério, do monopólio da representação da categoria. Qualquer outro sindicato seria considerado ilegal.

Muito rapidamente, numerosos sindicatos se legalizaram, o que demonstra que havia uma base sindical disposta a negociar com o governo em busca de benefícios sociais aos trabalhadores. Se houve resistências, pesquisas demonstram que houve aceitação como também adesão, por grande parte do movimento sindical, da Lei de Sindicalização.

Há de se considerar, ainda, o verdadeiro impacto causado pelas leis sociais entre os trabalhadores. Entre 1931 e 1934, praticamente toda a legislação social foi promulgada e ainda criada o que seria mais tarde a Justiça do Trabalho, cujo objetivo era o de obrigar os empresários a cumprir as leis trabalhistas. Em quatro anos o governo atendeu reivindicações de mais de duas décadas. Os sindicatos comunistas, trotskistas e anarquistas ficaram em difícil situação.

A legislação sindical e social foi bastante debatida entre sindicalistas. Na luta por seus direitos, eles realizaram greves, passeatas, foram no parlamento, pressionaram partidos políticos, pelo menos entre 1931 e 1935. A adesão dos trabalhadores ao novo modelo de organização sindical não foi devido ao “populismo” ou à “falsa consciência”, mas porque eles reconheceram na legislação sindical e nas leis sociais respostas às suas demandas.

Tanto a Lei de Sindicalização como a legislação social não devem ser interpretadas como algo imposto de cima para baixo e contra os interesses dos trabalhadores. Se fosse assim, a Lei de Sindicalização não resistiria a três Assembleias Constituintes – 1934, 1946 e 1988; não teria sobrevivido, praticamente incólume, a duas ditaduras – a do Estado Novo e a ditadura militar – e a três regimes constitucionais – 1934-1937, 1946-1964 e o que se abriu em 1988. O modelo corporativo, a unicidade sindical e o monopólio da representação, pilares da Lei de Sindicalização, se foram formulados e implementados pelo Es-

tado, foram aceitos pelo sindicalismo moderado dos anos 1930 e, a seguir, na experiência democrática de 1946-1964, defendidos por comunistas e trabalhistas. Nesse período, comunistas e trabalhistas, unidos na luta sindical, utilizaram a legislação a seu favor, tomando federações e confederações. Cresceram e se fortaleceram com o apoio da lei. A ditadura militar pouco modificou a Lei de Sindicalização. Limitou-se a aplicá-la com todo o rigor. A Lei de Sindicalização, portanto, é muito maleável. Serviu para o crescimento das esquerdas; serviu como instrumento repressivo da ditadura.

A Lei de Sindicalização recebeu duras críticas dos “novos sindicalistas” em fins dos anos 1970 e dos neoliberais dos anos 1990. Mas nem os neoliberais, muito menos os “novos sindicalistas”, ambos no poder, conseguiram alterá-la. Os “novos sindicalistas”, como também os “velhos”, fizeram lobby para que os constituintes, em 1988, preservassem na Constituição a unicidade sindical e o imposto sindical. A legislação de 1931 mostrou-se tão funcional que esquerdas e direitas não se atrevem a alterá-la – salvo pequenos dispositivos que não comprometem sua lógica.

IHU On-Line – Qual foi a atuação das Ligas Camponesas²¹ e de outras organizações políticas para as lutas rurais no período anterior ao golpe de 1964?

Jorge Luiz Ferreira – Nos anos 1950, o Brasil rural era o do minifúndio, que mal alimentava a família que ali vivia, e de imensos latifúndios. A agricultura era atrasada, sem mecanização e implementos agrícolas. Era agricultura a enxada e a foice. O Nordeste brasileiro era a região que mais chamava a atenção. Além das graves injustiças sociais, havia o fenômeno climático da seca, gerando multidões

de famintos. É nesse ambiente explosivo que surgem as Ligas Camponesas. A primeira foi fundada em 1955 no Engenho Galileia. Era entidade civil com registro em cartório. Nessa época, o Ministério do Trabalho criava todo tipo de empecilho para a criação de sindicatos rurais. Não estando submetidas à Lei de Sindicalização, a autonomia das Ligas era grande. As Ligas Camponesas lutaram contra a exploração dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais, sobretudo a prática das expulsões da terra. É nessa luta que elas contrataram o advogado Francisco Julião²². A partir daí, as Ligas conseguiram levar latifundiários aos tribunais – uma vitória que não deve ser subestimada.

Mas é preciso considerar outra organização rural importante, fundada em 1954 pelo Partido Comunista do Brasil – PCB, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB²³. As Ligas Camponesas e a ULTAB entraram em concorrência na luta pela organização dos trabalhadores rurais. O marco foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em 1961, em Belo Horizonte. Embora a ULTAB tivesse maior número de

²² Francisco Julião (1915-1999): advogado brasileiro que defendeu, a partir da década de 1950, as causas dos camponeses organizados, pressionados através de subterfúgios da lei pelos senhores de terra que tentavam desarticular a organização de ligas camponesas e expulsar de suas terras os moradores do Engenho Galileia. Para ampliar seu campo de luta, ingressou na tribuna política e elegeu-se Deputado Estadual em Pernambuco. Foi um dos maiores ativistas pela reforma agrária no Brasil. Exilou-se no México quando teve seus direitos cassados, em 1964. Foi anistiado em 1979 e faleceu em Tepoztlán, no México. Sobre sua trajetória, confira o livro escrito pelo jornalista Vandeck Santiago, *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife, Assembleia Legislativa, 2001 (Série Perfil Parlamentar Século XX). (Nota da IHU On-Line)

²³ União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB): criada em 1954 durante a Segunda Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo. As principais reivindicações da união eram o respeito aos direitos civis e trabalhistas, a previdência e o seguro social, e a reforma agrária. Foi extinta pelo golpe civil-militar de 1964. (Nota da IHU On-Line)

²¹ Ligas Camponesas: associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no Estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart, em 1964. (Nota da IHU On-Line)

delegados, foram os representantes das Ligas que deram o tom do Congresso, radicalizando à esquerda com o lema “Reforma agrária na lei ou na marra”, ou, nas palavras de Francisco Julião, “a reforma agrária será feita com flores ou com sangue”. Setores das Ligas Camponesas, com apoio e financiamento do governo de Cuba, planejaram montar focos guerrilheiros no Piauí, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Maranhão. O primeiro deles, em Dianópolis, Goiás, foi desbaratado em dezembro de 1962, frustrando os planos dos setores mais radicais das Ligas. Francisco Julião, por sua vez, desde sua visita a Cuba, também radicalizou à esquerda, fundando o Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT²⁴.

Outra influência importante foi a da Igreja Católica. Desde os anos 1930 a Igreja atuava nos meios operários com os Círculos Operários Católicos²⁵.

24 Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT): surgiu em setembro de 1969, em uma reunião em Campos do Jordão, reunindo dois grupos. O primeiro era composto por integrantes do Grupo Especial Nacional Revolucionário - GENR, um “racha” da Ala Vermelha - Partido Comunista do Brasil, organizados e liderados por Devanir José de Carvalho; o outro grupo era conhecido como “grupo do Omar”, na verdade, Plínio Peterson de Oliveira e pessoas que orbitavam ao seu redor. O nome da organização foi escolhido em referência ao grupo de mesmo nome fundado por Francisco Julião, das Ligas Camponesas, origem da Ala Vermelha, fundada por militantes ligados, entre outros, ao antigo MRT. (Nota da IHU On-Line)

25 Círculos Operários Católicos: A preocupação com o meio operário por parte da Igreja Católica se manifesta desde o final do século XIX, com a Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. No Brasil, em 1915, a Circular da Pastoral Coletiva dos Bispos Brasileiros já demonstrava grandes temores com relação às crescentes manifestações de trabalhadores.

Em 1917, a presença na capital paulista de uma Confederação Católica dos Círculos Operários e o funcionamento de uma Imprensa Operária Católica e de vários Centros Operários Católicos em cidades como Ribeirão Preto, Jundiá, Campinas e em bairros da cidade de São Paulo expressava inquietações da Igreja Católica em penetrar nesse meio operário e trabalhá-lo. Com o objetivo de organizar operários através dos Círculos, penetrar em um espaço de vida através da instrução, lazer, assistência, moradia, impondo novos padrões de comportamento moral e cultural, elaborou-se um programa de

“A democracia é um regime marcado pela incompletude”

Nos anos 1960, estava muito presente no meio rural. Durante o governo Goulart, a Igreja Católica e o PCB investiram politicamente na formação de sindicatos rurais, aproveitando a legislação promulgada pelo governo Jango, que estendeu o direito de sindicalização aos trabalhadores do campo. As Ligas preferiram permanecer como entidades civis e se viram isoladas com o crescimento do número de sindicatos e federações. Com a Lei de Sindicalização, católicos e comunistas fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag. Sua direção passou a ser formada com comunistas e católicos de esquerda.

Nas vésperas do golpe de Estado de 1964, a mobilização camponesa no Nordeste estava sob a liderança dos comunistas e da Igreja, em particular de sua ala esquerda. As Ligas Camponesas estavam divididas e isoladas. Francisco Julião, por exemplo, tomou posições de extrema-esquerda, estando apartado do próprio conjunto das esquerdas. Referia-se a João Goulart como “lacaio do latifundiário”. Leonel Brizola²⁶ não acreditava nele. O Par-

reformas sociais que visava atingir toda a sociedade. Com base nesses princípios, surgem os Círculos Operários. (Nota da IHU On-Line)

26 Leonel de Moura Brizola (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto Estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos *Cadernos IHU em Formação* intitulado *Populismo e trabalho*. Getúlio Vargas e

tido Comunista o tinha como adversário. Contudo, na memória daquela época, são as Ligas Camponesas que aparecem em posição de destaque.

IHU On-Line – Como o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master²⁷ se tornou um ator social importante pela luta à Reforma Agrária no período anterior ao golpe?

Jorge Luiz Ferreira – Assim como as Ligas Camponesas, a ULTAB e a atuação da Igreja Católica no campo, o Master tem identidade e história próprias. Não foi um movimento isolado no Rio Grande do Sul, mas fez parte de um contexto maior em que os trabalhadores rurais do país se mobilizaram por suas demandas.

O movimento teve início no Rio Grande do Sul, no município de Encruzilhada do Sul, em julho de 1960, quando um fazendeiro tentou retomar suas terras, abandonada desde muitas décadas, provocando a luta de trabalhadores rurais pela sua posse. Nascia ali o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master. Eles receberam o apoio de parlamentares do PTB e do governador Leonel Brizola, que desapropriou as terras e as entregou aos camponeses. Depois o movimento se espalhou pelas cidades vizinhas, com a formação de várias associações. Estudos mostram que os integrantes do Master eram arrendatários, peões, parceiros e agregados cuja atividade era temporá-

Leonel Brizola, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da IHU On-Line)

27 Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master): o grupo teve origem em 1960, no município de Encruzilhada do Sul. O motivo foi a tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área com cerca de 1.800 hectares, situada no distrito de Faxinal - que hoje faz parte do município de Amaral Ferrador -, que há 40 anos era habitada por cerca de 300 famílias. A partir do segundo semestre de 1961, o Master ganhou o apoio decisivo de Leonel de Moura Brizola, governador do Estado entre 1959 e 1962. O mês de janeiro de 1962 marcou a explosão do Movimento, com a instalação de diversos acampamentos de sem-terra, para obter desapropriações e assentamentos. Milhares de agricultores participaram das mobilizações, até que, em 1964, o golpe militar encerrou as atividades do Master. Lideranças e militantes foram presos, torturados, exilados. (Nota da IHU On-Line)

ria. Havia poucos empregos no campo. Havia também posseiros e pequenos proprietários. Os primeiros queriam a legalização da terra em que viviam, enquanto os segundos queriam aumentar sua propriedade. Em janeiro de 1962, trabalhadores sem terra acamparam próximo da fazenda Sarandi, na região conhecida como Capão da Cascavel, exigindo a desapropriação das terras. Há controvérsias se esse acampamento foi iniciativa do Master. Brizola desapropriou a fazenda naquele mesmo mês. A partir daí o Master fortaleceu-se com mobilizações e a estratégia de formar acampamentos nas estradas. O Master cresceu com apoio do governador do estado, Leonel Brizola. Mas não foi obra dele. E muito menos o governador teve o controle do movimento. Após o golpe de 1964, o regime militar reprimiu duramente o Master.

IHU On-Line – Atualmente, quem ocupa o antigo lugar de luta do Master?

Jorge Luiz Ferreira – As tensões sociais no campo não diminuíram com o golpe militar, apesar da grande repressão aos movimentos organizados. Mas o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, ocorreu no contexto do desenvolvimento econômico promovido pelo regime militar. Primeiro, o deslocamento de grande contingente de pessoas do Nordeste para Amazônia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Goiás com os chamados programas de “colonização”. O fracasso desses projetos resultou em imenso número de trabalhadores sem terra. Segundo, trabalhadores rurais do Espírito Santo e Minas Gerais expulsos de suas terras, transformadas em pastagens, e os do Sul do país que também perderam suas propriedades com a introdução da soja e do trigo. Esses dois grupos foram para Mato Grosso, Acre e Rondônia.

Com a ditadura, houve grande concentração fundiária. Toda essa imensa população expulsa de suas terras e desenraizada pelos deslocamentos encontraram o apoio de setores da Igreja Católica que, nesse

período, eram adeptos da Teologia da Libertação. A Comissão Pastoral da Terra²⁸ teve papel importante na organização e politização do movimento. As tensões no campo foram agravadas com os projetos de construção de hidrelétricas que exigiram grandes extensões de terras para a formação de represas. Nos anos 1980, populações que perderam estas terras se mobilizaram e protestaram. As primeiras ocupações de terras – uma das estratégias do MST – começaram em 1979. Em 1984, a organização foi fundada.

O MST é tributário das lutas anteriores a 1964. Mas ele resulta, sobretudo, do contexto econômico da ditadura, com o avanço da concentração fundiária, dos deslocamentos demográficos, das frustrações com os projetos de “colonização”, da perda de terras para represamento. Não é casual, assim, que o MST se defina como movimento de “trabalhadores sem terra”. Mais do que as Ligas – que se diziam “camponesas” – ou do Master – autodefinido como “agricultores” –, a identidade do MST é mais abrangente, a do “sem terra”, o que inclui trabalhadores urbanos que queiram viver no mundo rural.

IHU On-Line – Retomando a discussão sobre os partidos políticos, como se deu a participação das siglas no golpe civil-militar? Como ocorreu o processo de polarização política dos partidos durante o governo Goulart?

Jorge Luiz Ferreira – Quando ocorreu a crise da renúncia de Jânio Quadros²⁹ e os ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart, o Congresso Nacional foi aquele que, inicialmente, resistiu ao

golpe. Todos os partidos no Congresso Nacional não aceitaram a coação militar, inclusive a UDN. Foi criado um embate entre os ministros militares e o Congresso Nacional. O nó foi desatado por Leonel Brizola que, com sua ação destemida, tornou o embate favorável ao parlamento.

Desse modo, temos que superar ideias correntes de que havia partidos políticos golpistas desde o início do governo Goulart. Com a radicalização política crescente, sobretudo no segundo semestre de 1963, a situação se altera. A UDN passa a fazer oposição sistemática a Goulart, sobretudo alardeando o perigo de sua aproximação com as esquerdas e os comunistas. O PTB e as esquerdas também fazem oposição a Jango, mas por ele insistir na aliança com o grande partido de centro, o PSD. Ao mesmo tempo, o pessedistas demonstram receios com os ataques que trabalhistas e as esquerdas lhes faziam e, no parlamento, aproximam-se dos udenistas.

O PSD deu seu apoio a Goulart até quando pôde. Até quando suas bases entraram em estado de rebelião. Somente no dia 10 de março de 1964, três dias antes do comício da Central do Brasil, é que o PSD rompeu com Goulart. O partido foi para a oposição e não para a conspiração. A partir do comício de 13 de março, as elites políticas de direita e de esquerda deram o tom da política brasileira, inibindo a atuação do centro político – cuja extensão e importância na política brasileira não era pouca.

IHU On-Line – Passados quase 30 anos do fim da ditadura, como a herança dos militares permanece em nossas instituições político-partidárias?

Jorge Luiz Ferreira – Creio que tudo o que ocorreu durante a ditadura militar foi negativo para a sociedade brasileira. Houve o crescimento econômico na época do general Médici, mas o modelo econômico produziu grave concentração de renda, tornando o Brasil um dos países mais injustos do mundo. Na questão dos direitos políticos, houve uma regressão.

²⁸ Comissão Pastoral da Terra (CPT): órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e surgido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia. (Nota da IHU On-Line)

²⁹ Jânio da Silva Quadros (1917-1992): político e o vigésimo segundo presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 – data em que renunciou. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

Na questão dos direitos civis, a herança foi desastrosa. Direitos básicos do cidadão, como a livre expressão do pensamento e as garantias constitucionais, tornaram-se letra morta. Creio que nada de positivo foi herdado da ditadura. Inclusive para as próprias Forças Armadas, quando negam a prática da tortura e de assassinatos nas dependências de seus quartéis. Ao acobertar a prática da tortura e os torturadores, a instituição militar continuará arcando, no conjunto, com as consequências de atos de um grupo que se impôs no Exército com o AI-5³⁰. Considero que houve algo positivo, mas que resultou da experiência negativa da ditadura. Hoje, a sociedade brasileira procura resolver seus problemas e conflitos por meios democráticos. Os grupos em disputa resolvem suas diferenças por meios políticos, e não mais chamando os militares para intervenções que os favoreçam – como ocorria antes de 1964, tanto entre as direitas como entre as esquerdas. Hoje, valoriza-se o regime democrático; as oposições lutam para chegar ao poder pelo voto democrático do povo. Não têm como estratégia alcançar o poder pela força das armas. A não ser minorias, de direita e esquerda, inexpressivas na sociedade brasileira. Creio que, se há alguma herança, é essa: a valorização da democracia após as vivências e experiências da ditadura e do autoritarismo.

IHU On-Line – Embora o termo “governabilidade” tenha surgido com o Lula, a qual conceito está relacionado?

30 AI-5 (Ato Institucional Número Cinco): decretado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira e maior consequência foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. Representou o ápice da radicalização do Regime Militar de 1964 e inaugurou o período do regime em que as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas no Brasil. É o movimento final de “legalização” da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da IHU On-Line)

“As oposições atualmente lutam para chegar ao poder pelo voto democrático do povo”

Jorge Luiz Ferreira – Entre muitos setores da sociedade brasileira existe a imagem muito negativa do Poder Legislativo. São comuns afirmações de que o Congresso Nacional é lento em suas decisões, e os parlamentares, além de ganharem muito, somente pensam em seus interesses particulares. Esse argumento vem de longa data. Os ideólogos do Estado Novo o usaram para justificar a extinção do Poder Legislativo e a imposição da ditadura. Talvez seja por isso que a palavra “governabilidade” tenha sentido negativo. Faz referência às pressões dos parlamentares para que o Poder Executivo possa governar. É o “dando que se recebe”, o “toma lá, dá cá”.

Essas práticas políticas existem e devem ser denunciadas, repudiadas e eliminadas da política brasileira. Mas, a meu ver, “governabilidade” pode ter outro sentido. Trata-se de dinâmica inerente aos regimes de democracia representativa. O presidente – ou primeiro-ministro, no caso dos regimes parlamentaristas – necessita de maiorias parlamentares para que seus projetos sejam aprovados. Para isso, procura formar “coligações partidárias” que lhe permitam ter maioria no Congresso Nacional – recurso legítimo nos regimes de democracia representativa. Algo que requer negociações, pactos e compromissos políticos – a princípio, algo também legítimo.

Há, contudo, certa incompreensão política em relação ao mecanismo das coligações partidárias. Um bom exemplo foi a estratégia de João Goulart em todo o seu governo –

pelo menos até o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Sua estratégia foi a de alcançar maioria no Congresso Nacional pela coligação do PSD com seu próprio partido, o PTB. O primeiro tinha o maior número de cadeiras no parlamento; o segundo, a terceira bancada. Juntos, tinham maioria. Com a coligação de centro-esquerda, Goulart visava ter maioria parlamentar, isolar a direita – em particular, a UDN, com a segunda bancada no parlamento – e ainda atrair o apoio de legendas menores, como o PSP, o PDC e o PSB. Com maioria de centro-esquerda no Congresso Nacional, Goulart tinha o objetivo de aprovar as reformas de base a partir de pactos, acordos e compromissos, seguindo os procedimentos constitucionais. Contudo, as esquerdas viam sua estratégia de maneira negativa. À prática da coligação partidária, comum nas democracias representativas, as esquerdas chamavam “política de conciliação”, algo a ser repudiado. Para as esquerdas, Goulart deveria romper com o PSD, visto como partido de direita, e governar somente com o PTB e partidos de esquerda, mesmo que perdesse a maioria no Congresso Nacional. Esse é um exemplo de como o instrumento legítimo da coligação partidária nas democracias representativas é interpretado, por vezes, de maneira negativa, e nomeado pejorativamente de “governabilidade”.

Leia mais...

- “A direita aprendeu com os acontecimentos de 1961”. Entrevista com Jorge Ferreira publicada na edição 369 da revista IHU On-Line, de 15-08-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon369>.
- “A Campanha da Legalidade foi um período de exceção e não de normalidade”, diz Jorge Ferreira, em matéria publicada nas Notícias do Dia de 20-08-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu200811>.

A democracia brasileira derrubada pela “democracia” norte-americana

Historiador Carlos Fico analisa as articulações políticas e militares entre Brasil e Estados Unidos que culminaram com o Golpe Civil-Militar de 1964

POR RICARDO MACHADO

Quando John Kennedy apertou pela primeira vez um botão escondido à lateral da sua mesa, que abria um microfone no Salão Oval da Casa Branca e acionava um gravador nos porões da residência, não imaginava que tal invenção era uma espécie de bomba-relógio à imagem democrática dos Estados Unidos. A primeira conversa gravada, ainda em 1962, tinha como pivô do assunto nada mais, nada menos que João Goulart, o presidente brasileiro que seria deposto dois anos mais tarde em uma sofisticada articulação política e militar entre a alta cúpula dos Estados Unidos, militares e civis brasileiros. “Desde que João Goulart assumiu o governo da República, em 1961, com a solução do regime parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros, houve uma grande preocupação nas elites brasileiras e no governo norte-americano. Estávamos em um contexto internacional de Guerra Fria, então os EUA estavam preocupados com a América Latina e tinham medo de que se instalasse uma ‘nova Cuba’”, aponta Carlos Fico, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**.

Apesar de ser internacionalmente reconhecido como um democrata e de sua trajetória estar mais alinhada a este perfil, foi John Kennedy quem decidiu e autorizou a intervenção militar no Brasil, política esta continuada por seu sucessor, Lyndon Johnson. A partir daí gera-se uma relação de subserviência nacional em relação aos Estados Unidos, sobretudo no governo de Castelo Branco, que, conforme Fico, tinha uma conta a pagar pelo apoio da principal potência econômica e militar do continente americano. Anos mais tarde, com a revelação das gravações feitas na Casa Branca e de documentos comprovando a partici-

pação dos EUA nos golpes latino-americanos, o acionamento do botão na mesa de Kennedy transformava o mocinho em vilão, o que exigiu da Casa Branca, ao menos, reconhecer o erro. “O próprio governo dos EUA, de algum modo, se arrependeu — embora não possamos dizer isso tão categoricamente —, mas, ao menos, reconheceram que não foi a melhor política e que gerou muitos prejuízos para o próprio governo norte-americano na América Latina”, ressalta o entrevistado.

Carlos Fico é bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestre em história pela Universidade Federal Fluminense – UFF e doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP, onde também fez estágio de pós-doutoramento. Atualmente é professor titular de História do Brasil na UFRJ e pesquisador do CNPq. Suas pesquisas são voltadas à ditadura militar no Brasil e na Argentina, historiografia brasileira, rebeliões populares no Brasil republicano e história política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Entre outros reconhecimentos, recebeu, em 2008, o Prêmio Sergio Buarque de Holanda de Ensaio Social da Biblioteca Nacional. É autor do livro *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008).

O professor estará na Unisinos participando do **Ciclo de Estudos 50 anos do Golpe de 64: Impactos, (des)caminhos e processos** com a conferência *Os sistemas repressivos das ditaduras militares na América Latina e o papel dos Estados Unidos*, no dia 24 de abril, às 19h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos-IHU. Mais informações <http://bit.ly/Golpe50Anos>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a importância dos Estados Unidos para o Golpe Civil-Militar no Brasil em 1964?

Carlos Fico – Desde que João Goulart¹ assumiu o governo da República, em 1961, com a solução do regime parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros², houve uma grande preocupação nas elites brasileiras e no governo norte-americano. Estávamos em um contexto internacional de Guerra Fria³, então os EUA estavam preocupados com a América Latina e tinham medo de que se instalasse uma “nova Cuba”. Ou seja, medo de qualquer governo comunista ou mesmo de esquerda. Quando Goulart chegou ao poder, ainda que com poderes limitados, o governo norte-americano começou a atuar no sen-

tido de promover a desestabilização e enfraquecimento do governo de Jango. Isso foi crescendo e culminou na participação do governo dos EUA, através da embaixada brasileira, em uma conspiração para a derrubada de Goulart, o que de fato aconteceu. O governo norte-americano chegou a enviar, em apoio aos golpistas brasileiros, uma força tarefa naval, com o propósito de fornecer armas e até mesmo o desembarque de tropas. Trata-se da operação Brother Sam⁴, que é a parte militar e logística desta ação, mas que também teve uma parte política para promover a desestabilização e articulações com brasileiros para a derrubada do presidente.

IHU On-Line – Em abril de 1964, João Goulart é informado que os EUA declarariam o apoio a um governo alternativo ao seu, mobilizando as tropas na chamada Operação Brother Sam, que o senhor mencionou anteriormente. Quais motivos levaram os americanos a intervir de forma tão ferrenha na política brasileira?

Carlos Fico – Quando a gente fala da operação Brother Sam, tem gente que duvida e questiona, porque parece ser uma coisa absurda. Antes da Revolução Cubana⁵, em 1958, a América Latina não tinha muita importância para os EUA. O conflito da Guerra Fria tinha um palco principal na Europa tendo em vista todo o contexto que envolvia o domínio comunista e capitalista, com o Muro de Berlim, etc. Mas, com a opção pelo comunismo na revolução em Cuba, as atenções se voltaram para o nosso

continente. Em função disso, os EUA decidiram que não poderia haver um governo de esquerda, um segundo país comunista, aquilo que eles chamavam de “segunda Cuba”. Por isso, houve uma série de intervenções, não somente no caso do Brasil, mas também em outros países, inclusive com tropas, como foi o caso da República Dominicana⁶.

IHU On-Line – De que maneira o embaixador estadunidense Lincoln Gordon⁷ se tornou um elo chave para a garantia de apoio dos Estados Unidos ao golpe de Estado em 1964?

Carlos Fico – Ele era um desses funcionários do governo norte-americano bastante anticomunista e tinha uma interpretação de João Goulart segundo a qual ele estaria planejando a implementação, no Brasil, do que Lincoln Gordon chamava de “repúbli-

⁶ Invasão da República Dominicana pelos Estados Unidos, ou Operação Power Pack: fuzileiros desembarcaram no dia 28 de abril de 1965 e foram, posteriormente, apoiados por elementos do Exército dos Estados Unidos pela 82ª Divisão Aerotransportada. A intervenção terminou em setembro de 1966. Após um período de instabilidade política depois do assassinato do ditador dominicano Rafael Trujillo em 1961, o candidato Juan Bosch, um fundador do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), foi eleito presidente em dezembro de 1962 e empossado em fevereiro de 1963. Suas políticas inclinadas à esquerda, incluindo a redistribuição de terras e a nacionalização de certas explorações estrangeiras, levaram a um golpe militar sete meses mais tarde por uma facção militar de direita liderada pelo General Elías Wessin y Wessin. O Brasil enviou 1.130 soldados a este combate. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Abraham Lincoln Gordon (1913-2009): embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966 e nono presidente da Universidade Johns Hopkins entre 1967 e 1971. Em 1960, Gordon ajudou a desenvolver a Aliança para o Progresso, um programa do governo estadunidense de “assistência” à América Latina, feito com o propósito de evitar que os países da região aderissem a revoluções e ao socialismo como alternativa para o progresso socioeconômico, como havia ocorrido em Cuba. De 1961 a 1966, Gordon serviu como embaixador dos Estados Unidos no Brasil, exercendo papel importante no apoio às articulações da oposição ao presidente João Goulart, que resultariam no golpe militar de 1964. No dia 30 de julho de 1962, no Salão Oval, Kennedy e Lincoln Gordon discutiram o gasto de US\$ 8 milhões para interferir nas eleições e preparar o terreno para um golpe militar contra Goulart a fim de expulsá-lo, se necessário, disse Gordon ao presidente. (Nota da IHU On-Line)

¹ João Belchior Marques Goulart, ou Jango (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 - em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista “Jango era um conservador reformista”, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; João Goulart e um projeto de nação interrompido, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado, intituladas *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da IHU On-Line, de 29-08-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e “Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam”, de 05-08-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda “João Goulart foi, antes de tudo, um herói”, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da IHU On-Line)

² Jânio da Silva Quadros (1917-1992): político e o vigésimo segundo presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 - data em que renunciou. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

³ Guerra Fria: nome dado a um período histórico de disputas estratégicas e conflitos entre Estados Unidos e União Soviética, que gerou um clima de tensão que envolveu países de todo o mundo. Estendeu-se entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a queda da União Soviética (1991). (Nota da IHU On-Line)

⁴ Operação Brother Sam: tratou-se de uma manobra militar desencadeada pelo governo dos Estados Unidos, sob a ordem de apoiar o golpe de 1964 caso houvesse algum imprevisto ou reação por parte dos militares que apoiavam Jango. A mobilização para um possível ataque ao território brasileiro contava com toda a força militar da Frota do Caribe composta de um porta-aviões, um porta-helicópteros, tropas de paraquedistas, seis contratorpedeiros com cerca de 100 toneladas de armas e quatro navios-petroleiros, uma vez que havia receio de falta de gasolina. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Revolução Cubana: movimento popular que consistiu na derrubada do governo de Fulgêncio Batista pelo movimento de 26 de Julho e o estabelecimento de um novo governo liderado por Fidel Castro, no início de 1959, durante o período da Guerra Fria. (Nota da IHU On-Line)

ca sindicalista". Gordon considerava Goulart um presidente que, em sua avaliação, era relativamente fraco. Essa "república sindicalista" acabaria dominada pelo PCB⁸, pelos comunistas. Tal avaliação não tem sustentação empírica. É bastante equivocada, mas ele conseguiu convencer o Departamento de Estado e a Presidência da República dos EUA de que isso aconteceria. Então, a importância dele foi decisiva para convencer o presidente Kennedy⁹ e, depois de ter sido assassinado, seu sucessor também, Lyndon Johnson¹⁰, de que era preciso fazer alguma coisa para fragilizar e depois derrubar Goulart.

IHU On-Line – Em 1963, semanas antes de ser assassinado, John F. Kennedy questionou a Gordon: “A situação está a seguir o rumo certo ou pensa que é aconselhável que façamos uma intervenção militar?”. Quais as implicações da morte de John Kennedy na política intervencionista dos Estados Unidos? Ela se tornou mais intensa a partir de Lyndon Johnson ou isso já era uma estratégia de Kennedy?

Carlos Fico – A decisão de intervenção dos EUA foi do presidente Kennedy, apesar de ele ter uma imagem de democrata e sua história estar mais próxima à defesa da democracia, mas esta foi uma política implementada por ele. Quando ele foi assassi-

“A decisão de intervenção dos EUA foi do presidente Kennedy, apesar de ele ter uma imagem de democrata”

nado, seu vice, Lyndon Johnson, somente continuou os procedimentos já definidos no governo Kennedy. Houve uma campanha de desestabilização que começou em 1961 e, logo em 1962, houve eleições parlamentares e o presidente Kennedy autorizou o embaixador Gordon a repassar cinco milhões de dólares aos candidatos que faziam oposição a Goulart, além de muitos outros recursos e meios de propaganda política. Como haveria eleições em 1965, a estratégia era de enfraquecer Jango, para que ele não conseguisse fazer um sucessor e, muito menos, se candidatar.

Porém, depois que Goulart conseguiu retomar os plenos poderes, com a vitória do presidencialismo no plebiscito de 1963¹¹, o governo Kennedy ficou muito preocupado. A partir desse momento, Kennedy começa a autorizar planos que vão além da campanha de desestabilização e que visavam à derrubada do presidente brasileiro. Então, um plano de contingência foi concluído e aprovado por Kennedy, e previa que no caso de uma tentativa de golpe, os golpistas teriam total apoio dos EUA, inclusive defendiam que um grande estado brasileiro tivesse um governo alternativo, o que

de fato ocorreu com o mineiro Magalhães Pinto¹². Desse modo, o plano de contingência previa, além de tudo isso, a Operação Brother Sam. Todas estas questões foram defendidas por Kennedy, e quando ele foi assassinado, em novembro de 1963, Lyndon Johnson somente deu continuidade.

IHU On-Line – Em que medida o Golpe foi reflexo do contexto mundial de polarização frente ao início da Guerra Fria?

Carlos Fico – Os EUA vinham de uma série de problemas decorrentes do início da Guerra Fria, desde a Guerra da Coreia¹³. Eles estavam envolvidos com a Guerra do Vietnã¹⁴ nesse momento do Golpe; o governo norte-americano estava com problemas sérios com vietnamitas, inclusive Lyndon Johnson tentou com Castelo Branco¹⁵ o envio de tropas brasileiras, hipótese que foi cogitada, mas que depois foi descartada. O contexto de anticomunismo tem a ver com o acirramento da Guerra Fria e sua

12 José de Magalhães Pinto (1909-1996): advogado, economista, banqueiro e político brasileiro com atuação em Minas Gerais, estado do qual foi governador e representou no Congresso Nacional. (Nota da IHU On-Line)

13 Guerra da Coreia: travada entre 25 de junho de 1950 a 27 de julho de 1953, opondo a Coreia do Sul e seus aliados, que incluíam os Estados Unidos e o Reino Unido, à Coreia do Norte, apoiada pela República Popular da China e pela antiga União Soviética. O resultado foi a manutenção da divisão da península da Coreia em dois países. (Nota da IHU On-Line)

14 Guerra do Vietnã: conflito armado entre 1964 e 1975 no Vietnã do Sul e nas zonas fronteiriças do Camboja e do Laos, e bombardeios sobre o Vietnã do Norte. Inscreve-se no contexto da Guerra Fria, conflito entre as potências capitalistas e o bloco comunista. De um lado combatiam a coalização de forças incluindo os EUA, a República do Vietnã (Vietnã do Sul), Austrália e Coreia do Sul. Do outro estavam a República Democrática do Vietnã, a Frente de Libertação Nacional (FLN) e a guerrilha comunista sul-vietnamita. A URSS e a China forneceram ajuda material ao Vietnã do Norte e ao FLN, mas não tiveram participação militar ativa no conflito. A Guerra do Vietnã era uma parte do conflito regional envolvendo os países vizinhos do Camboja e do Laos, conhecido como Segunda Guerra da Indochina. No Vietnã, essa guerra é chamada de Guerra da América, literalmente guerra contra os Americanos e para salvar a nação. (Nota da IHU On-Line)

15 Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967): militar e político brasileiro, primeiro presidente da ditadura militar instaurada pelo Golpe Civil-Militar de 1964. (Nota da IHU On-Line)

8 PCB: Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1962, também conhecido como Partidão, e mantido na ilegalidade até 1985. Sua base ideológica é o marxismo-leninismo, com expressão nacional e forte penetração nos meios sindicais e estudantis. Seus símbolos são a foice e o martelo cruzados, em amarelo, sobre fundo vermelho. Seu braço juvenil é a União da Juventude Socialista (UJS). (Nota da IHU On-Line)

9 John Fitzgerald Kennedy (1917-1963): político estadunidense que serviu como 35º presidente dos Estados Unidos (1961-1963). É considerado uma das grandes personalidades do século XX e pesa sobre si uma aura de democrata, apesar de ter planejado, autorizado e ter dado guarida ao golpe civil-militar no Brasil. (Nota da IHU On-Line)

10 Lyndon Baines Johnson (1908-1973): político norte-americano e o 36º presidente dos Estados Unidos. Ascendeu à presidência após o assassinato de Kennedy em 23 de novembro de 1963, completando o mandato de Kennedy e sendo eleito por conta própria com uma grande margem na eleição de 1964. (Nota da IHU On-Line)

11 Plebiscito de 1963: após a renúncia de Jânio Quadros e a negociação que transformou o regime político brasileiro em parlamentarismo, uma manobra que Jango aceitou para se manter à frente do poder no Brasil, foi realizado em 6 de janeiro de 1963 um plebiscito que definiu a retomada do presidencialismo ao modelo político com mais de 9 milhões de votos dos 12 milhões de votantes. (Nota da IHU On-Line)

“O contexto de anticomunismo tem a ver com o acirramento da Guerra Fria e sua chegada à América Latina por conta da Revolução Cubana”

chegada à América Latina por conta da Revolução Cubana, que deixou os EUA em um clima de enorme preocupação com a proximidade tão grande de um país comunista nas suas margens. Como eles viam a América Latina como seu quintal, houve uma decisão, não apenas de governo, mas de Estado, que permaneceu durante muitos anos, de desestabilizar governos de esquerda e apoiar regimes autoritários — mesmo que fosse necessário apoiar ditaduras, como no caso do Brasil, Chile, etc. Eles faziam isso porque, inclusive, tinha um preço, já que muitas vezes o Congresso norte-americano e a opinião pública criticavam o governo. Eles, ainda assim, faziam isso em nome da Guerra Fria. Não podiam admitir que em uma região sob sua influência, a América Latina, houvesse mais um país comunista. No caso do Brasil, que tinha uma relativa importância econômica, embora modesta, em termos de tamanho e presença geopolítica, esta decisão dura foi tomada. Certamente, se João Goulart tivesse resistido, a operação Brother Sam teria sido levada a cabo e haveria desembarque de armas e tropas, o que é um cenário extremamente bizarro de a gente supor: o desembarque de *marines* norte-americanos no Brasil. Mas havia a decisão de invadir caso fosse necessário, e isso explica o que era todo esse contexto de Guerra Fria.

IHU On-Line – A partir do governo Juscelino¹⁶, o Brasil passa a promover certa independência ideológica dos EUA, fortalecida mais tarde com a tendência esquerdista de Jânio e Jango. Como avalia a atuação dos governantes brasileiros no teatro sociopolítico mundial da época?

Carlos Fico – Havia esta estratégia do Itamaraty, que deve muito a

Afonso Arinos de Melo Franco¹⁷, de estabelecer uma “política externa independente”, que estaria no contexto do capitalismo, mas que não seria totalmente caudatária dos EUA, que não tivesse uma posição subserviente, embora não se planejasse nenhum descolamento desse contexto de liderança que os EUA tinham. Era uma postura de relativa independência, que, em alguns momentos, buscava alinhamentos com outros países semelhantes ao Brasil. Tratava-se de uma postura que fazia bastante sentido, na medida em que se postulava uma certa autonomia de decisões bastante realista com o contexto.

O golpe rompeu absolutamente com essa política (defendida, inclusive, por governos bastante diferenciados, como os de Juscelino Kubistchek, de Jânio Quadros e de João Goulart), que visava a uma política externa independente. Castelo Branco rompe com isso e se torna um governo de subserviência aos EUA. Além disso, Castelo Branco dependia muito, em termos econômicos, dos EUA e, é claro, tinha essa “conta a pagar” em função do decisivo apoio dos norte-americanos ao golpe de 1964. Foi um passo atrás e isso prevaleceu durante

o governo de Castelo, mas, a partir do segundo governo militar, de Costa e Silva¹⁸, começou a haver problemas de relacionamento, pois ele tinha uma atitude um pouco diferenciada, e muitas das promessas de apoio norte-americano logo após o golpe não se concretizaram, de modo que vários conflitos começaram a surgir. Depois da assinatura do AI-5¹⁹, as denúncias de tortura no Brasil criaram enormes problemas no Congresso e na opinião pública norte-americana. Foi um crescendo de problemas a partir daí. Podemos citar o governo de Castelo Branco como o momento de auge de uma política de total alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. É uma pena porque rompeu com a trajetória anterior, da chamada “política externa independente”.

IHU On-Line – A partir do Golpe de 64, qual a relação estabelecida entre Estados Unidos e os demais golpes na América Latina? Qual a importância do Brasil neste contexto?

Carlos Fico – Logo depois de 1964, houve esse episódio da invasão da República Dominicana que me parece bastante importante para entendermos esse momento. Houve, também, na sequência, o golpe na Argentina, em 1966, que levou o general Juan Carlos Onganía²⁰ ao poder. Esse

¹⁸ Artur da Costa e Silva (1899-1969): militar e político ditador brasileiro, sendo o vigésimo sétimo Presidente do Brasil, o segundo do regime militar de exceção. Quando assumiu a presidência da república, tinha a patente de marechal do Exército Brasileiro, e já havia ocupado o Ministério da Guerra no governo anterior, de Castelo Branco. Seu governo iniciou a fase mais dura e brutal do regime ditatorial militar, à qual o general Emílio Garrastazu Médici, seu sucessor, deu continuidade. (Nota da IHU On-Line)

¹⁹ AI-5 (Ato Institucional Número Cinco): decretado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira e maior consequência foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. Representou o ápice da radicalização do Regime Militar de 1964 e inaugurou o período do regime onde as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas no Brasil. É o movimento final de “legalização” da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da IHU On-Line)

²⁰ Juan Carlos Onganía (1914-1995): militar e ditador da Argentina, presidente

¹⁶ Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do país (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁷ Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990): foi jurista, político, historiador, professor, ensaísta e crítico brasileiro. Destaca-se pela autoria da Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial em 1951. Ocupou a Cadeira nº 25 da Academia Brasileira de Letras, onde foi eleito em 23 de janeiro de 1958. (Nota da IHU On-Line)

golpe de 1966 tem um aspecto interessante, pois, talvez pelo fato de os Estados Unidos terem sido muito envolvidos no golpe no Brasil, desta vez o governo norte-americano optou por uma postura mais discreta, embora tenham apoiado o regime.

Talvez o episódio mais conhecido seja o de 1973, no Chile, e o apoio ao Pinochet²¹, que contou, inclusive, com uma triangulação que incluiu o Brasil. Recentemente, temos feito descobertas que mostram o apoio do regime militar brasileiro à derrubada de Allende²², que contou com a decisiva participação norte-americana. Essas ditaduras militares e esta política intervencionista dos EUA, em diversos momentos, constituíram uma fase muito ruim para a América Latina e para as democracias.

IHU On-Line – Por que a repressão violenta — tortura — tornou-se o expediente de legitimação do poder?

Carlos Fico – A repressão violenta, que aconteceu na Argentina, no Chile e também no Brasil, era uma estratégia dos militares mais radicais, que constituíam, no caso brasileiro, uma espécie de utopia autoritária. Esses militares acreditavam que o Brasil se tornaria uma potência mundial se fosse possível eliminar o que eles identificavam como obstáculo a isso. Eles consideravam dois fatores: os comunistas e as pessoas de esquerda, de um lado, e a corrupção, de outro. Em tudo eles viam os políticos e os civis como corruptos, e a si mesmos como mais preparados e patriotas. Com base nessa crença, evidentemente equivocada, mas que

prevalecia na época, setores mais radicais do regime militar propuseram, desde 1964, uma “operação limpeza”, com uma grande quantidade de cassações de mandatos, de prisões de pessoas da esquerda que lhes pareciam cruciais para a concretização dessa caminhada do Brasil. Eles foram na verdade tomando conta do poder. Em 1964, essas cassações foram feitas em um período muito curto, de março a junho de 1964. Os setores mais radicais retomaram a prática com o AI-2²³, em 1965, também por um período relativamente curto. E, depois, conseguiram por um período indefinido, em 1968, com o AI-5, que é o momento de auge desse grupo que toma conta do poder e explica essa onda de repressão brutal que permanece entre 1968 e meados dos anos 1970. Claro que, neste processo, paulatinamente, as coisas foram saindo do controle, como sempre acontece nesses casos e, então, a repressão vai atingindo as mais diversas pessoas e se pautando por motivos escusos de perseguição e de manutenção do poder destes militares. O propósito inicial desse grupo, conhecido como “linha dura” e que chegou ao poder em 1968, é o de fazer uma operação limpeza com base nas crenças mencionadas anteriormente.

IHU On-Line – Como funcionaram e quais eram os sistemas repressivos dos militares? Como as técnicas norte-americanas foram apropriadas pelos militares brasileiros?

Carlos Fico – As técnicas de repressão utilizadas no regime no Brasil são bastante brasileiras. A polícia sempre foi muito violenta, desde sempre até hoje. O que aconteceu é que no momento da ditadura, de modo singular, os militares brasileiros se apropriaram desta tradição de brutalidade, de violência e de tortura. Também houve influência muito grande das técnicas e estratégias antiguerri-

lha francesas. Pouca gente se dá conta de que a França talvez tenha sido mais importante que os EUA na propagação dessas técnicas violentas de combate aos guerrilheiros por conta da Guerra da Argélia²⁴. Então, essas técnicas, a partir de 1968, integraram um sistema muito organizado. Criaram-se no Brasil unidades divididas entre os grandes exércitos, o chamado Doi-Codi²⁵, que envolviam militares de todas as forças, polícia militar, polícia civil e até corpo de bombeiros. Eram unidades brutais que constituíam uma espécie de polícia-política e que agiam da seguinte forma: faziam prisões e interrogatórios brutais, quase sempre com tortura e muitas vezes resultando em morte das pessoas. O outro lado desse sistema era um aparato de informações e de espionagem as quais eram feitas também pelo Sistema Nacional de Informações, o SISNI²⁶. Isso se capilarizou por todo o país, cujo sistema de espionagem estava presente em todos os órgãos do governo, instituições, autarquias, ministérios, e, portanto, era capaz de controlar a vida dos brasileiros. Muitas pessoas foram vítimas desse sistema e nem

24 Guerra da Argélia (1954-1962): foi um movimento de luta pela independência da Argélia, então território francês. Caracterizou-se por ataques de guerrilha e atos de violência contra civis – perpetrados tanto pelo exército e colonos franceses (os “pied-noirs”) quanto pela Frente de Libertação Nacional (Front de Libération Nationale - FLN) e outros grupos argelinos pró-independência. (Nota da IHU On-Line)

25 Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna): foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe civil-militar de 1964. Destinado a combater inimigos internos que supostamente ameaçariam a segurança nacional, como a de outros órgãos de repressão brasileiros no período, a sua filosofia de atuação era pautada na Doutrina de Segurança Nacional, formulada no contexto da Guerra Fria nos bancos do *National War College*, instituição norte-americana, e aprofundada, no Brasil, pela Escola Superior de Guerra (ESG). (Nota da IHU On-Line)

26 Sistema Nacional de Informações ou SISNI: órgão de investigação dos militares brasileiros durante o regime de exceção, cujo braço operacional mais conhecido era o Serviço Nacional de Informações - SNI criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e exterior. (Nota da IHU On-Line)

entre 1966 e 1970. (Nota da IHU On-Line)
21 Augusto Pinochet [Augusto José Ramón Pinochet Ugarte] (1915-2006): general do exército chileno. Foi presidente do Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar um golpe militar que derrubou o governo do presidente socialista, Salvador Allende. (Nota da IHU On-Line)

22 Salvador Allende (1908-1973): médico e político marxista chileno. Em 1970, foi eleito presidente do Chile pela Unidade Popular, um agrupamento político formado por socialistas, comunistas e por setores católicos e liberais do Partido Radical e do Partido Social Democrata que contava com grande apoio dos trabalhadores urbanos e camponeses. Governou o país até 11 de setembro de 1973, quando foi deposto por um golpe de estado liderado pelo chefe das Forças Armadas, Augusto Pinochet. (Nota da IHU On-Line)

23 Ato Institucional Número Dois ou AI-2: foi baixado em 27 de outubro de 1965 como resposta aos resultados das eleições que ocorreram no início desse mês. Seguindo a estratégia delineada pelos militares anteriormente a 31 de março de 1964, foi necessária a edição de mais um Ato Institucional, pois certos dispositivos da Constituição de 1946 não eram compatíveis com a nova ordem instaurada pelo regime. (Nota da IHU On-Line)

sabe que foram, como, por exemplo, funcionários públicos que foram tirados da progressão por serem considerados “comunistas”. Muitos nem sabem que foram prejudicados.

Esse sistema foi muito complexo e sofisticado e muito difícil de se desmontar. A parte de repressão e tortura do Doi-Codi foi desmontada ainda durante a ditadura, mas a parte da espionagem só foi desfeita no governo Collor²⁷; era, portanto, uma coisa bastante poderosa e duradoura.

IHU On-Line – Isso significa dizer que o Brasil foi, desde o princípio, uma grande escola de torturadores?

Carlos Fico – A marca principal deste *ethos* repressivo, violento e brutal da polícia civil e militar é uma tradição, desde o final do século XIX, de violência contra os pobres e negros e que durante a ditadura foi usada pelos militares que, inclusive, se macularam demais com essa experiência. O fato de os militares brasileiros terem participado dessa brutalidade é a principal razão para que a imagem deles tenha ficado comprometida em certos setores da opinião pública. Então, essas referências que existem ao treinamento de brasileiros no Panamá e nos Estados Unidos não são falsas, mas não foram, absolutamente, decisivas para a implementação da repressão brutal que ocorreu no Brasil. Na verdade, a violência na guerra da Argélia era muito conhecida dos militares brasileiros, que usavam essa bibliografia para estudo de combate à guerrilha. Logo, se vamos falar de influência estrangeira, temos que falar também da influência da França, e não somente dos Estados Unidos. Entretanto, o decisivo mesmo foi a própria violência e brutalidade da polícia brasileira.

IHU On-Line – A relação que o Brasil teve com os Estados Unidos naquela época deixou que herança para nossas sociedades atuais?

²⁷ Fernando Affonso Collor de Mello (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, tendo sido prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil, ao assumir o cargo, na época com 40 anos de idade. (Nota da IHU On-Line)

“Havia esta estratégia do Itamaraty de estabelecer uma ‘política externa independente’”

Carlos Fico – Eu tenho impressão de que a conjuntura e o momento atual são muito distintos. O que aconteceu, na verdade, foi uma ação muito equivocada do governo dos Estados Unidos. E mesmo nos documentos do Departamento de Estado, do final da década de 1960 e início dos anos 1970, vemos esta avaliação dos secretários de Estado e da alta diplomacia norte-americana, de que foi um erro apoiar tão decisivamente o golpe, o governo Castelo Branco e apoiar o regime do Brasil após o AI-5. O próprio governo dos EUA, de algum modo, se arrependeu — embora não possamos dizer isso tão categoricamente —, mas, ao menos, reconheceram que não foi a melhor política e que gerou muitos prejuízos para o próprio governo norte-americano na América Latina. Basta ver a campanha de Jimmy Carter²⁸, depois de Nixon²⁹, que é toda pautada pela defesa dos direitos humanos. A trajetória da relação entre Brasil e EUA é muito complexa, nesta fase da Guerra Fria, depois no apoio às ditaduras, na fragilização desse apoio aos militares. Quando falamos em apoio dos EUA, não podemos falar de uma maneira unívoca, pois uma coisa é a Casa Branca, o Departamento de Esta-

do e o Departamento de Defesa; outra, é a opinião pública e o Congresso norte-americano. Essa trajetória foi muito complexa, difícil e gerou, ainda no contexto da ditadura, atritos tremendos, por exemplo, quando o Brasil fez acordo com a Alemanha em relação à questão nuclear, o que gerou um conflito enorme com os EUA. Depois, na retomada da democracia no Brasil, a problemática econômica assumiu uma preponderância muito maior, conferindo certo pragmatismo à relação entre os dois países, com toda negociação com a dívida externa que só foi se concluir lá no governo de Fernando Henrique³⁰.

Pelos fatos óbvios de os dois países serem os principais do continente, com o crescimento da importância do Brasil e essa trajetória de conflitos do passado, mesmo com o erro que foi o apoio norte-americano ao golpe, as descobertas da operação Brother Sam, etc., tudo isso deixa, evidentemente, a possibilidade de que pequenas questões se tornem conflitos graves, como foi o caso da espionagem recente contra o governo brasileiro. Há uma certa sensibilidade, delicadeza, nessa relação com os Estados Unidos que não é de hoje. Porém, o que tem prevalecido é uma relação mais pragmática, sobretudo pelas questões econômicas e disputas comerciais.

IHU On-Line – Qual a importância no âmbito nacional e mundial do trabalho da Comissão da Verdade³¹?

³⁰ Fernando Henrique Cardoso (1931): sociólogo, cientista político, filósofo, professor universitário, escritor e político brasileiro. Professor emérito da Universidade de São Paulo - USP, lecionou também no exterior, notadamente na Universidade de Paris. Foi funcionário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, senador da República (1983 a 1992), ministro das Relações Exteriores (1992), ministro da Fazenda (1993 e 1994) e presidente do Brasil eleito em dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002). (Nota da IHU On-Line)

³¹ Comissão Nacional da Verdade: nome de uma comissão brasileira que visa investigar violações de direitos humanos ocorridas entre os anos de 1946 e 1988 no Brasil. Também visa identificar os locais, estruturas, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e eventuais ramificações na sociedade e nos aparelhos estatais. A lei que a institui foi sancionada pela pre-

²⁸ Jimmy Carter (1924): político norte-americano. Foi o 39º presidente dos Estados Unidos da América. Esteve à frente do governo dos Estados Unidos entre 1977 e 1981, convertendo-se no mediador do primeiro acordo de paz entre um país árabe e Israel. (Nota IHU On-Line)

²⁹ Richard Milhous Nixon (1913-1994): foi o 37º presidente dos Estados Unidos (1969-1974) e o único presidente a renunciar na história dos Estados Unidos. Ele foi também representante e senador pelo estado da Califórnia e 36º vice-presidente de seu país, durante o governo de Dwight Eisenhower. (Nota da IHU On-Line)

Há expectativa de revelação de novos documentos sobre a participação dos EUA no golpe?

Carlos Fico – Esses documentos já são muito conhecidos. Não há nada de muito novo, a não ser um detalhe ou outro que ainda possa existir. Não sei bem como vai ser o relatório final da Comissão da Verdade, espero que seja um relatório muito bom, mas os indicadores que nós temos não vão nesse sentido. Tenho a impressão de que a Comissão da Verdade está muito pautada pelo discurso da militância dos direitos humanos e se atendo a episódios clássicos que já são extremamente conhecidos, perdendo, portanto, a oportunidade de chamar a atenção para outras questões. Acredito que a estratégia ganharia muito se tivesse chamado a atenção para outras coisas, fatos novos, e há uma documentação muito grande que foi liberada pela lei de acesso à informação.

Creio que a sociedade brasileira não tem despertado muito o interesse sobre o trabalho da Comissão da Verdade, de um lado porque o trabalho é muito tímido, não convocou cadeias nacionais de televisão para fazer sessões públicas de esclarecimento ou debate. Além disso, deixa de chamar a atenção para o fato de que existem vítimas da ditadura militar que nem sabem que foram atingidas pelo regime de exceção. Estas pessoas precisam ser incluídas no rol das vítimas, porque imediatamente quando se usa a expressão “vítimas da ditadura” vem à cabeça o militante de esquerda, das guerrilhas, das ações armadas, que foram presos torturados e eventualmente mortos. Claro, essas pessoas merecem toda a nossa atenção e empatia, inclusive, os casos são muitos conhecidos. Como disse, houve servidores públicos que iriam progredir na carreira, mas que foram impedidos por conta de espionagem. Existe um dossiê dessas pessoas no Arquivo Nacional e elas próprias nem sabem que existe. Tais pessoas, eventualmente,

sidente Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011. Sobre a Comissão da Verdade, leia a entrevista com o advogado Jair Krischke, intitulada “Os crimes de sangue não foram anistiados”, publicada na edição 388 da IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/ihuon388>. (Nota da IHU On-Line)

“A repressão violenta era uma estratégia dos militares mais radicais, que constituíam, no caso brasileiro, uma espécie de utopia autoritária”

nem eram comunistas ou de esquerda, mas o serviço de espionagem da época via subversivos até embaixo da cama. Muitas pessoas foram vitimadas dessa maneira. Há outros exemplos, quando uma música era censurada, uma novela era censurada, quando éramos submetidos a propagandas políticas, as crianças doutrinadas em disciplinas como educação moral e cívica, tudo isso, no meu modo de ver, configura uma violência, um ataque à liberdade das pessoas e da sociedade como um todo. Por isso, creio que a Comissão Nacional da Verdade teria sido capaz de interessar a sociedade brasileira se não tivesse ficado restrita ao discurso da militância dos direitos humanos, que evidentemente é respeitável e se pauta pelos casos clássicos da esquerda, mas que não é a única questão posta para a sociedade brasileira naquele momento.

IHU On-Line – Por fim, como explicar a contradição dos Estados Unidos em ser reconhecido como bastião da democracia, tendo apoiado regimes totalitários?

Carlos Fico – O que aconteceu foi, realmente, um erro. Essa avaliação do Departamento de Estado, no final dos anos 1960, de que o apoio ao golpe foi um erro, se fundamenta no seguinte: os EUA saem da Segunda Guerra Mundial³² como campeões da

democracia, na luta contra o nazismo e o fascismo, inclusive com a participação do Brasil no combate, que foi importante simbolicamente para a adesão das lideranças brasileiras a este contexto de liderança norte-americana, não somente na questão econômica, mas também de um ponto de vista político e ideológico como líder da democracia. Quando a questão da Guerra Fria, após a Revolução Cubana, leva o governo dos EUA a optar por essa política intervencionista de apoio às ditaduras, evidentemente essa potência de defesa da democracia cai por terra e isso foi um baque tremendo na imagem dos EUA, em toda a América Latina, inclusive no Brasil. Muitas pesquisas norte-americanas foram feitas para entender o surgimento e a consolidação do que eles chamam de antiamericanismo nos países latino-americanos. Então, esse momento em que os EUA se decidem por essa política intervencionista deixou grandes prejuízos para a imagem norte-americana, que havia saído da Segunda Guerra com uma certa projeção e a perdeu no contexto latino-americano com essa trajetória de apoio aos golpes.

Leia mais...

- *A importância de enfrentar o passado.* Entrevista com Carlos Fico e Daniel Aarão Reis publicada nas **Notícias do Dia**, de 09-01-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/OburBF>.
- *Kennedy e o Brasil.* Entrevista com Carlos Fico publicada nas **Notícias do Dia**, de 29-10-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/1qCzFFw>.

res e civis, morreram em decorrência de seus desdobramentos. Opôs os Aliados (Grã-Bretanha, Estados Unidos, China, França e União Soviética) às Potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O líder alemão Adolf Hitler pretendia criar uma “nova ordem” na Europa, baseada nos princípios nazistas da superioridade alemã, na exclusão – eliminação física incluída – de minorias étnicas e religiosas, como os judeus, ciganos e homossexuais, na supressão das liberdades e dos direitos individuais e na perseguição de ideologias liberais, socialistas e comunistas. Essa ideologia culminou com o Holocausto. (Nota da IHU On-Line)

³² Segunda Guerra Mundial: conflito iniciado em 1939 e encerrado em 1945. Mais de 100 milhões de pessoas, entre milita-

A modernização conservadora como modelo econômico

Para o economista Pedro Cezar Fonseca, a apropriação das reformas de Jango pelos militares mostra a relevância de sua implementação — que só não ocorreu anteriormente por motivos estritamente políticos

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

Em 1962, a equipe do então Ministro do Planejamento, Celso Furtado, desenvolveu o chamado Plano Trienal, cujo objetivo era retomar o crescimento do país e promover a distribuição de renda. As medidas apontadas somavam-se às diversas propostas de reformas de base encabeçadas pelo governo Jango, que incomodaram muito os setores mais conservadores — interessados na manutenção do *status quo*. No entanto, conforme o economista Pedro Cezar Fonseca, ainda que combatidas e ignoradas inicialmente pelos militares, anos mais tarde o próprio governo ditatorial viria a realizar boa parte delas — mesmo que de maneira enviesada.

“Ao invés da reforma agrária, por exemplo, se propõe uma modernização no campo via crédito, sem mexer na questão da propriedade”, pontua ele. “Também é feita uma reforma tributária, que embora modernize a arrecadação do estado, não contempla essa questão distributiva”. O programa de alfabetização proposto por Jango é esquecido, mas retomado mais tarde pela perspectiva pragmática dos militares com o Movimento. “Por isso, muitas vezes, chamamos esta prática de “modernização conservadora”, que ao mesmo tempo que moderniza

mantém também as estruturas vigentes”. Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Fonseca perpassa a importância de Celso Furtado para o desenvolvimento brasileiro, a apropriação de suas propostas pelos militares e o endividamento público pré e pós-ditadura.

Pedro Cezar Fonseca possui graduação e mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS e membro do comitê assessor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Fonseca é autor de *BRDE: da hegemonia à crise do desenvolvimento* (Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole S.A., 1988).

Fonseca participa do Ciclo de estudos **50 anos do Golpe de 64: Impactos, (des)caminhos, processos**, com a palestra *Política econômica brasileira e o golpe civil-militar de 1964: contexto e impactos*, no dia 18-03-2014, às 19h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos-IHU. Mais informações <http://bit.ly/Golpe50Anos>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como a política econômica implementada no Brasil após o Golpe Civil-Militar de 1964 impactou e impacta no projeto de desenvolvimento de nosso país?

Pedro Cezar Fonseca – A política econômica executada nos pós-1964 tem traços parecidos com a política anterior, mas algumas mudanças significativas. Eu diria que o que há de semelhante, inclusive com o governo anterior, do João Goulart¹, é que

go (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 - em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista “Jango era um conservador reformista”, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; *João Goulart e um projeto de nação in-*

terrompido, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado, intituladas *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da **IHU On-Line**, de 29-08-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e “Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam”, de 05-08-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda “João Goulart foi, antes de tudo, um herói”, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da IHU On-Line)

¹ João Belchior Marques Goulart ou Jan-

existia no Brasil, nesse momento, um consenso de que o país precisava passar por um conjunto de reformas, um conjunto de mudanças institucionais. Só que as mudanças de Jango visavam, junto com elas, uma distribuição de renda e, por consequência, também, uma redistribuição de propriedade. Era a reforma agrária, a reforma tributária com impostos progressivos (ou seja, que taxava mais os mais ricos), a reforma bancária em relação aos juros e ao capital estrangeiro, entre outras.

Após o golpe, o governo assumiu que essas mudanças eram importantes para o país, mas deviam ser feitas sem tocar na questão da propriedade. Ao invés da reforma agrária, por exemplo, foi proposta uma modernização no campo via crédito. O Banco do Brasil começa a dar crédito e incentivar a produtividade, sem mexer na propriedade. Também é feita uma reforma tributária, que embora modernize a arrecadação do estado, não contempla essa questão distributiva. Por isso, muitas vezes, chamamos esta prática de “modernização conservadora”, que ao mesmo tempo que moderniza mantém também as estruturas vigentes.

IHU On-Line – Por que e de que maneira o Plano Trienal de João Goulart, elaborado por Celso Furtado², foi suprimido durante o regime de exceção? Que consequências a não realização de tal estratégia trouxe à nossa economia atual?

Pedro Cezar Fonseca – Muitas coisas que o Plano Trienal propôs foram executadas mais tarde. Neste sentido, vale a mesma argumentação anterior:

2 Celso Furtado (1920-2004): economista brasileiro, membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959), apresentado pelo Prof. Dr. André Moreira Cunha (UFRGS) em 11-09-2003 no evento Ciclo de Estudos sobre o Brasil. A editoria Entrevista da Semana da revista *IHU On-Line* edição 155^a, de 12-09-2005, repercutiu a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. Confira em <http://bit.ly/ihuon155>. (Nota da IHU On-Line)

de um lado o plano é depurado, algumas coisas vão ser feitas, e outras, ignoradas. Por exemplo: o Plano Trienal³ propunha aprofundar a *substituição de importações*, e esse aprofundamento se daria com uma ampliação do Estado na economia. Depois de 1964, essa proposta é parcialmente esquecida. Outro exemplo: o Plano Trienal dizia que o Brasil tinha um *problema energético* e que era preciso construir grandes hidrelétricas para poder manter o ritmo de crescimento. Nada foi feito inicialmente. Porém, dez anos depois, durante a crise do petróleo na década de 1970, o próprio Governo Militar, diante da crise energética, resolve construir a Itaipu.

O governo Goulart mostrava que a alfabetização e o ensino básico era uma área onde havia um gargalo a ser resolvido. Isso é deixado de lado inicialmente, mas depois se cria o *Mobral* — Movimento Brasileiro de Alfabetização⁴. Não é mais com o método Paulo Freire⁵, considerado esquerdista, mas foi uma forma de reconhecer o problema já antes detectado. Isso mostra que várias propostas deixaram de ser feitas não por serem equivocadas, mas por haver uma questão política muito forte. Por que a alfabetização se tornou chave naquele momento, por exemplo? Estava muito

claro que deveria ser permitido o voto para analfabetos, mas já que o congresso sempre vetou esta proposta, o caminho era aprofundar a alfabetização. Isto foi proposto por Jango e se inspira em parte em Brizola⁶, que quando foi governador no Rio Grande do Sul criou várias escolas. O entendimento era de que a democratização da educação era um grande passo para democratizar o país.

IHU On-Line – Qual a importância do pensamento de Celso Furtado para o desenvolvimento brasileiro? Que diagnósticos sobre a desigualdade social apontados por ele foram ignorados pelos governantes e permanecem em nossas sociedades?

Pedro Cezar Fonseca – Celso Furtado é o maior pensador brasileiro e da América Latina sobre desenvolvimento. Há outros grandes, mas da forma como ele trabalhava era único, articulando economia com história, sociologia, geografia. Ele transita pelas várias ciências humanas, e com isso tem uma visão muito ampla e moderna do desenvolvimento. De forma alguma é um pensador linear, que consiga simplificar as ideias dele. Furtado dá contribuições decisivas para a teoria do desenvolvimento, por exemplo, ao argumentar que o desenvolvimento não é uma fase histórica, é uma questão estrutural. E que o subdesenvolvimento se reproduz. Um país que é pobre, miserável e atrasado vai permanecer da mesma forma se nada for feito. A teoria dele é sempre também um guia de ação. Alguma coisa deve ser feita, a política econômica deve ser direcionada para este lado. Celso Furtado sempre foi um intelectual militante.

6 Leonel de Moura Brizola (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos *Cadernos IHU em Formação* intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuon01>. (Nota da IHU On-Line)

3 Plano Trienal: proposto pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado no governo de João Goulart com o objetivo de retomar o crescimento do PIB. Visava iniciar um plano de distribuição de renda, partindo da substituição das importações. O Plano Trienal era uma resposta política para a disparada da inflação e a deterioração do comércio externo. (Nota da IHU On-Line)

4 Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): projeto do governo brasileiro durante a Ditadura Militar criado pela Lei n° 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos. (Nota da IHU On-Line)

5 Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). É autor de *A Pedagogia do Oprimido*, entre outras obras. A edição 223 da revista *IHU On-Line*, de 11-06-2007, teve como título *Paulo Freire: pedagogo da esperança* e está disponível em <http://bit.ly/ihuon223>. (Nota da IHU On-Line)

Plano Trienal

Quanto ao Plano Trienal, o que não foi feito foi uma distribuição de renda maior, que acabou gerando a dependência do país. O Brasil manteve um padrão de desenvolvimento, mas a renda continuou concentrada. Nos últimos anos houve uma desconcentração, mas esta ainda não dá sinais de que se trata de um ciclo, apenas uma fase, ou de uma tendência que vai permanecer. Sobre a dependência, Furtado não defendia que o Brasil fosse autárquico em relação ao exterior, mas o incomodava muito a ideia de que as grandes decisões do país ficassem muitas vezes dependentes das decisões das grandes corporações e multinacionais. Ele achava que isso limitava o poder do Estado de fazer política econômica e criar um projeto próprio de nação. Causava dependência não só econômica, mas política e cultural. Furtado frisa muito o imitativo das elites de usar padrão de “Primeiro Mundo” em outra cultura e outra sociedade.

IHU On-Line – Em que medida a supressão da Sudene⁷ pelos militares contribuiu ainda mais para a concentração da renda no país? A relação dos conglomerados industriais e econômicos da década de 1960 com a ditadura foram determinantes para que outras regiões do país permanecessem marginalizadas?

Pedro Cezar Fonseca – O modelo de desenvolvimento adotado no país no pós-1964, na verdade, não começou com os militares, mas no governo Juscelino⁸. Era um modelo que privilegiava

os bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, etc.), fundamentalmente produzidos por empresas de capital estrangeiro. O que vai acontecer em 1964 não é uma mudança, mas uma continuidade e reafirmação desse modelo — que coaduna melhor com renda concentrada. Na verdade, para uma sociedade sem distribuição de renda, como o Brasil, tal demanda por esses bens vinha de apenas 5% da população. Isso coadunava melhor com um regime autoritário que, por sua vez, gera um modelo excludente. Em certo sentido, há uma correspondência entre esta opção política com o modelo econômico então vigente.

IHU On-Line – Que modelo agropecuário é implementado no Brasil após 1964? Há algum rompimento com as práticas político-econômicas anteriores? Como a concentração de renda no campo impactou a vida urbana?

Pedro Cezar Fonseca – Há uma mudança muito grande com a modernização conservadora do campo. Isso implicou, no Rio Grande do Sul, por exemplo, a substituição da pecuária tradicional de baixíssima produtividade em várias áreas, na Campanha, nas Missões e no Alto Uruguai, por grandes lavouras capitalistas. O binômio trigo-soja é introduzido, o arroz irrigado, o *agrobusiness*. Assim, o campo — que era visto como um empecilho para o desenvolvimento — passa a ter alta produtividade sem mudar a questão da propriedade. Pelo contrário, passa a concentrá-la ainda mais. Ainda assim é uma mudança, pois ele deixa de ser um gargalo produtivo. Isso vai ter um impacto na cidade, pois grande parte da população rural migra para o setor urbano. Ela é expulsa do campo e ocorre o inchaço das grandes cidades. Assim, por mais que a economia crescesse, ela não dava conta no emprego diante dessa migração. O Brasil, nesse momento,

plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do país (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>. (Nota da IHU On-Line)

foi um dos países que mais cresceu no mundo — o chamado “Milagre Brasileiro”, de 1968 a 1973. Então, o problema das grandes cidades e da marginalidade urbana não foi por falta de crescimento econômico e industrial. É diferente, por exemplo, do que acontece na década de 1980 em diante, pois além da expulsão do homem do campo ainda há o baixo crescimento.

IHU On-Line – No âmbito econômico, por que o projeto implementado gerou grande endividamento e pouco desenvolvimento para grande parcela da população? Em um contexto de polarização, as únicas saídas eram o capitalismo de mercado ou o comunismo? Que alternativas eram viáveis naquele momento?

Pedro Cezar Fonseca – Eu acredito que havia alternativas, não creio que o Brasil estivesse em uma posição dicotômica entre um modelo concentrador e capitalista ou uma via de socialismo de Estado. Existiu esta proposta do trabalhismo, que veio se consolidando com o Plano Trienal de distribuição de renda, mas ela foi derrotada politicamente em 1964. Agora, não há nenhuma razão para dizer que ela era economicamente inviável. Expandir o mercado consumidor com maior distribuição de renda é uma coisa possível e inclusive está acontecendo atualmente em menor proporção. E isso não acaba com o capitalismo, pelo contrário. Pode até mesmo incluir novos segmentos sociais e pessoas no mercado capitalista. Essa proposta política foi vetada, pois o modelo que ganhou em 1964 foi o modelo mais excludente.

Endividamento

O endividamento no Brasil tem um motivo no setor produtivo, inicialmente. Dependia-se de tecnologias e financiamentos, infraestrutura e bens de capital, mas a partir de certo momento, o que há é um endividamento financeiro que tende a se realimentar. Há uma certa dependência ao financiamento e tecnologia externa para manter um determinado padrão no país, mas a partir do final dos anos 1970 esse endividamento passa a ser mais focado na perspectiva financeira, correspondendo à hegemonia do capital financeiro.

⁷ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene): entidade de fomento econômico desenvolvimentista brasileira, destinada a promover soluções socioeconômicas à Região Nordeste do Brasil, periodicamente afetada por estiagens e com populações com baixo poder aquisitivo e pouca instrução educacional. Sua sede está localizada na cidade do Recife, no estado de Pernambuco. Foi criada pela Lei 3.692, de 1959, e idealizada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista então adotado. (Nota da IHU On-Line)

⁸ Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o

IHU On-Line – Quais foram os projetos de desenvolvimento que surgiram com o regime militar?

Pedro Cezar Fonseca – Foram se configurando, na década de 1950, dois projetos de desenvolvimento para o país e que dividiram a sociedade. Esta é uma interpretação que nos ajuda a entender a encruzilhada que estávamos em 1964. Um deles, que eu chamo de Nacional Desenvolvimentismo, foi implementado por Getúlio Vargas⁹, nos anos 1930 e 1940, e que o Jango tentou aprofundar na década de 1960. Esse é um projeto de desenvolvimento capitalista, mas que propõe maior distribuição de renda e é mais voltado ao capital nacional, seja privado ou estatal. Tal projeto pretende incorporar parcela significativa dos trabalhadores a esse desenvolvimento capitalista: esta é a “utopia” do projeto, construir uma nação capitalista mais igual.

O outro projeto também era desenvolvimentista. Não se tratava, porém, de um projeto liberal, pois também previa a intervenção do Estado visando ao desenvolvimento, que

é o projeto dos governos pós-1964. Só que este é mais próximo do que o Juscelino fez no governo dele, que era contar mais com o capital privado internacional como agente e financiador deste projeto. Isso fecha com a pergunta anterior, que tem relação com a dívida externa. É com o Juscelino que ela cresce imensamente, como forma de financiar esses megainvestimentos. Então, em 1964, não entendo que havia uma dicotomia clara entre capitalismo versus socialismo, à la Guerra Fria, pois há uma polaridade entre dois projetos de desenvolvimento capitalista. Um deles menos concentrador de renda, mais nacionalista e outro mais internacionalista e menos distribuidor de renda.

IHU On-Line – Em termos práticos, o que de fato mudou no projeto de desenvolvimento econômico do país de Getúlio Vargas a Dilma Rousseff¹⁰ (sem esquecer de passar pelos militares)? Não haveria uma espécie de fio condutor econômico que, mais que uni-los, torna-os atualizações de um mesmo projeto de país, cujos outros modelos de pensamento e organização social foram ignorados?

Pedro Cezar Fonseca – É muito difícil encontrar uma continuidade de 1930 para cá. A década de 1980 e 1990, esse período que comumente se chama de neoliberal, realmente foge um pouco à lógica do que vinha sendo realizado desde a década de 1930, que era um projeto centrado no desenvolvimento econômico. Tal questão diz respeito, justamente, à pesquisa que estou desenvolvendo, então não teria uma resposta pronta. Investigo se o governo Lula¹¹ e Dilma

é uma retomada do desenvolvimentismo, o que não significa dizer que tal retomada seja repetir o passado, pois a história não volta atrás, mas no sentido de ter um fio condutor, uma ponte entre aquela época e hoje. Essa distribuição de renda que houve, a melhoria do coeficiente de Gini¹², a incorporação de outras parcelas no mercado consumidor — a ideia de que o Brasil consegue manter um certo nível de consumo diante da crise —, mostra sintomas de que houve alguma mudança. Por exemplo, a elevação gradual do salário mínimo em termos reais. Atualmente, a pergunta é a seguinte: estamos realmente rompendo com a perspectiva mais liberal da década de 1990, que possa ser considerada a retomada do desenvolvimentismo em uma nova forma? O que se percebe é que há sinais de algumas mudanças que podem indicar que esta alternativa pode ser correta. Entretanto, o que precisamos são pactos políticos que a sustentem. Seguidores sociais que deem sustentação a esse projeto. Então outra questão é: como as mudanças e mobilizações de 2013 possibilitam a articulação de novas forças sociais para encampar um projeto de longo prazo de distribuição de renda? É uma possibilidade no horizonte.

Leia mais...

- *Para Celso Furtado a política econômica não pode ter a estabilização como um fim em si mesmo.* Entrevista com Pedro Cezar Fonseca publicada na edição 232 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon232>.
- *Reflexões sobre a história econômica do século XX.* Entrevista com Pedro Cezar Fonseca publicada na edição 183 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon183>.
- *Um governo sem rumo?* Entrevista com Pedro Cezar Fonseca publicada nos **Cadernos IHU em Formação** nº 09, disponível em <http://bit.ly/ihuem09>.

9 Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios* no Espaço Cultural do IHU. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o **IHU Ideias Getúlio, 50 anos depois**. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU Ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuon30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Dilma Rousseff: economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente ocupa a Presidência da República desde 2010. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Luiz Inácio Lula da Silva (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerce desde o dia 1º de janeiro de 2003. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso); ganhou as

eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Coeficiente de Gini**: medida de desigualdade, normalmente de renda, desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. (Nota da **IHU On-Line**)

“A história do Brasil é a história da tortura”

Professora e psicóloga à frente da ONG *Tortura Nunca Mais*, Cecília Coimbra destaca a vigência da violência naturalizada durante a Ditadura Militar, mas que sempre fez parte da historiografia do país

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

Em 1º de abril de 2014, o Brasil relembra os 50 anos do Golpe que deu início a um dos períodos mais conturbados da história do país: a Ditadura Militar. Durante os mais de 20 anos que se seguiram à tomada de poder, o Brasil sofreu com a perda das liberdades individuais, com a repressão violenta às manifestações democráticas, com torturas e assassinatos justificados pela segurança contra um suposto inimigo comum: os “comunistas”.

Para a psicóloga, militante e coordenadora da ONG *Tortura Nunca Mais*, Cecília Coimbra, existem vários motivos para “desomenagear” este momento. Para ela, a Ditadura Militar provocou efeitos marcantes que ainda hoje permeiam a sociedade brasileira: o obscurantismo de parte de nossa história, a criação da figura dos “desaparecidos”, a naturalização dos autos de resistência e a banalização da tortura. No entanto, ainda que nela tenha sido refinada e naturalizada, a violência institucionalizada não foi invenção da ditadura, mas faz parte de um contexto que sempre permeou a história do país.

“A história do Brasil é a história da tortura”, pontua a professora, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**. “Carregamos em nossa história mais de 300 anos de escravidão, em que o negro é tratado como mercadoria. Isso gera um contexto em que certas pessoas não são humanas. Certas pessoas precisam

ser tratadas de forma diferente, e para elas vale tudo.” Durante a ditadura, esses párias sociais eram os “comunistas” ou “terroristas”, para os quais a tortura era mais do que justificada em nome da “segurança” dos demais. Hoje, como vemos nos inúmeros casos de justiceiros que assolam o país, estes párias são os pobres, os favelizados e os “criminosos”.

Militante do Partido Comunista Brasileiro, Cecília Coimbra era estudante do curso de História. Mais tarde, já professora, aproximou-se do *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* – MR8 e iniciou a graduação em Psicologia na Universidade Gama Filho. Na mesma área, concluiu em seguida mestrado (Fundação Getúlio Vargas) e doutorado (USP). Seu pós-doutorado, também na USP, foi em Ciência Política. Atualmente é professora aposentada, porém mantendo vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense – UFF. Interessada no nexos que une a psicologia à ditadura, afirma que não se trata de acaso o fato desta ciência e da psicanálise terem se desenvolvido tanto em nosso país no período autoritário. Ex-integrante do Conselho Regional de Psicologia, foi presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. À frente do *Tortura Nunca Mais*, trava batalha incessante em nome da verdade e da memória de um período sombrio de nossa história.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que medida e como as práticas policiais contemporâneas refletem a herança ditatorial do regime militar?

Cecília Coimbra – Após 50 anos, estamos *desomenageando* hoje o

Golpe Militar muito em função do fato de ele não ter sido só uma lembrança triste da nossa história, com a implantação da tortura como instrumento oficial do Estado brasileiro. É principalmente para pensar os efeitos

que aqueles mais de 20 anos de ditadura civil-militar produziram na sociedade brasileira. Entre estes, podemos colocar o desconhecimento da nossa história. Até hoje não sabemos efetivamente o que aconteceu nesse pe-

ríodo — nem mesmo nós, que sobrevivemos, que estivemos presos, que fomos testemunhas de tortura e da morte de alguns companheiros. Essa história ainda não foi contada, pelo menos não oficialmente. Temos hoje funcionando uma Comissão Nacional da verdade que, para nós, é extremamente limitada. No *Tortura nunca mais*, no Rio de Janeiro, fazemos uma análise dos efeitos nefastos que a Comissão Nacional da Verdade está produzindo atualmente. Os acordos foram feitos, e sabemos que essa história só será contada até certa parte — digamos, até a página três. A partir daí, em nome de uma pseudogovernabilidade, os acordos não permitem que se saiba o que aconteceu.

Desaparecidos

O segundo grande efeito são os dispositivos que a ditadura inventou e sofisticou e que hoje continuam sendo aplicados na população pobre. Naqueles que se dizem diferentes, naqueles caracterizados hoje como vândalos ou baderneiros. Que dispositivos seriam esses? Bem, a ditadura brasileira inventou uma figura nefasta: a do desaparecido. Esta figura veio da Guerra da Argélia, e a ditadura inaugura isso na história brasileira. Mais do que isso, a partir da década de 1970 ela também a exporta para os demais países latino-americanos. Tanto que teremos na Argentina mais de 30 mil desaparecidos.

Esta é uma figura das mais perversas, porque a família continua sendo torturada cotidianamente. Como o Estado não assume que perdeu ou que matou, a pessoa fica ‘pairando no ar’. Não está em lugar nenhum. Essa figura hoje ainda é muito utilizada. No Rio de Janeiro temos, nos últimos cinco anos, quase 10 mil desaparecidos. Isso é uma coisa escandalosa que acontece em nosso cotidiano. A grande maioria dos desaparecidos é das populações mais pobres, e são justamente agentes do Estado que produzem esse desaparecimento. Por isso até hoje não temos um número exato de desaparecidos em nossa assim dita democracia.

Autos de resistência

Outra coisa que ainda hoje é utilizada contra a pobreza no sentido de

“Um novo AI-5 vem aí, que é o chamado AI-5 da Copa. E nós precisamos estar alertas”

sua criminalização são os chamados autos de resistência. E o que é isso? É aquele em que você mata, executa e simplesmente notifica “morto ao reagir à prisão”. Isso foi muito utilizado durante a ditadura. Não é que foram inventados pela ditadura, mas foram legalizados em 1962. É interessante estudarmos isso. É onde vemos duas pessoas: quem primeiro usa dos atos de resistência? O Fleury¹, que foi um torturador de São Paulo, e o Mariel Mariscot², que foi do esquadrão da morte do Rio de Janeiro — os chamados Homens de Ouro. Isso antes do Golpe, mas depois essa prática também foi muito utilizada; assim como hoje. Com a alegação de resistência à prisão você é executado e esses processos simplesmente não vão adiante. Nenhum policial que registra que uma morte foi auto de resistência é punido. Normalmente o processo é arquivado.

Tortura

Outro grande efeito foi a banalização da tortura. Você passa a acreditar que alguns segmentos da população necessitam ser torturados. Eu lembro que alguns torturadores, quando não tinham o que fazer, nos

chamavam de madrugada para “bater papo” — como eles diziam —, e afirmavam isto claramente: que a tortura era necessária. A ditadura institui uma prática que sempre houve no Brasil. Ela não inventou a tortura, que sempre existiu desde que o Brasil foi descoberto.

IHU On-Line – Como a tortura empreendida contra as pessoas contrárias ao regime militar foi, também, resultado de um processo cultural e histórico brasileiro mais antigo?

Cecília Coimbra — Historicamente, nos anos 1940-50 vai sendo produzida uma figura extremamente perigosa chamada “comunista”. Quando eu era adolescente, meu pai, que era uma pessoa bastante reacionária de direita, dizia que os comunistas eram “contra a família” e que “comiam perninha de criança”. Parece brincadeira, piada, mas isso colava. Havia uma produção intensa de um anticomunismo muito grande. Depois, durante a ditadura, houve também o termo “terrorista”. Para essas pessoas se justificava a tortura, como hoje para o traficante — afinal, “todo mundo” é traficante no Rio de Janeiro. Você acaba banalizando a tortura e naturalizando-a.

Ano passado, houve uma pesquisa feita pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, apontando que na população de São Paulo em torno de 43% das pessoas eram a favor da tortura. Eu até achei baixo o número. As pessoas se escandalizaram, mas do jeito que nós vemos os grandes meios de comunicação de massa, os desenhos para criança, os enlatados norte-americanos, em que a violência e a tortura vão sendo naturalizados, é até pouco.

O extermínio e, principalmente, a tortura, são práticas muito utilizadas através da figura do desaparecido, na ditadura brasileira. Obviamente que a ditadura sofisticou, generalizou e naturalizou o uso desses dispositivos. Agora, a história do Brasil é a história da tortura, não é, meu amigo? Carregamos em nossa história mais de 300 anos de escravidão em que o negro é tratado como mercadoria. Isso gera um contexto em que certas pessoas não são humanas. Certas pessoas precisam ser tratadas de forma diferente, e para elas vale tudo.

¹ Sérgio Fleury [Sérgio Fernando Paranhos Fleury] (1933-1979): foi um delegado do DOPS de São Paulo, conhecido pelos métodos de tortura brutais que usava para obter confissões na época do regime militar no Brasil. Este período foi conhecido como os Anos de Chumbo. (Nota da IHU On-Line)

² Mariel Moryscot de Mattos (1940-1981): policial civil integrante da *Scuderie Le Cocq*, conhecida como Esquadrão da Morte. Ganhou fama de assassino de bandidos que resistiam à voz de prisão, desde os 21 anos de idade. Foi expulso na década de 70 da *Le Cocq* devido ao seu comportamento. Em 1981 foi assassinado. (Nota da IHU On-Line)

Outra questão que deve ser pensada é a introdução do termo Guerra Civil. “Vivemos em uma Guerra”. Isso foi muito utilizado no período da Ditadura, a chamada Guerra Suja, e como estamos em uma guerra, tudo se justifica. Até ir contra as Convenções de Genebra. A ligação entre criminalidade e pobreza entra no Brasil no final do século XIX e é atualizada nos anos 1980, especialmente no Rio de Janeiro. Isso vai sendo associado naturalmente: onde está o pobre está o terror, é onde está o perigo. Na época da ditadura, nós, os “terroristas”, éramos as pestes. Hoje, são os traficantes e a pobreza em geral. Com isso, você vai produzindo subjetividades, modos de ver, existir, pensar e agir no mundo coerentes com esse modelos hegemônicos que interessam ao capitalismo.

IHU On-Line – O biopoder se legitima produzindo positivities, como já alertou Foucault. Nesse sentido, como o controle das subjetividades dos sujeitos passa a ser uma estratégia fundamental para as técnicas de governo do Estado? Qual o papel da comunicação (imprensa) neste processo?

Cecília Coimbra – Foucault³ nos traz algumas contribuições muito im-

“O desaparecido é uma figura das mais perversas, porque a família continua sendo torturada cotidianamente”

portantes. Uma delas é o que ele chama de Dispositivo da periculosidade. Com a ascensão da sociedade disciplinar e a emergência do capitalismo — como eu comentava sobre as ditas classes perigosas — você vai colocando uma essência no sujeito. Ou seja, o perigoso é aquele que mesmo antes de ter cometido algum ato ilegal deve ser vigiado e controlado, porque com ele está a essência do mal. Então você vai inclusive controlar a virtualidade do sujeito. Isso é terrível.

Outro conceito importantíssimo é a questão do poder sobre a vida, o biopoder. Guattari⁴ falava que era

principalmente por meio da mídia que se produziam modos de viver e de existir, que se produziam subjetividades aderentes ao regime. A mídia tem um papel importantíssimo nisso, mas o biopoder se exerce em diferentes contextos, por diferentes profissionais e em diferentes áreas. Dois grandes braços do biopoder hoje são a medicalização e a judicialização. A medicina e o direito aliados, como sempre se viu na história do Brasil. No primeiro, tudo é doença, tudo é patologizado. No segundo, você criminaliza, pede mais leis, mais ordem. Em nome da segurança — e Foucault foi profético nisso — você controla tudo. Você exerce um poder imenso sobre a vida de cada um em nome da “governamentalidade”.

IHU On-Line – O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, em uma entrevista publicada⁵ recentemente na Revista Piauí, afirmou que “foi preciso a esquerda para realizar o projeto da direita”. De que maneira o uso da força policial (Belo Monte, Museu do Índio, desapropriações para obras da Copa do Mundo) para garantir o atual projeto de governo remontam o período de exceção?

Cecília Coimbra – Nós não mudamos de sociedade, continuamos no capitalismo. Estas pessoas (no Governo), hoje, são gestoras do capital. Deleuze⁶, Guattari, Foucault nos mostram como as noções de direitos, de

sofo e militante revolucionário francês. Colaborou durante muitos anos com Gilles Deleuze, escrevendo com este, entre outros, os livros *Anti-Édipo*, *Capitalismo e Esquizofrenia* e *O que é Filosofia?*. Guattari, dotado de um estilo literário incomparável, é, de longe, um dos maiores inventores conceituais do final do século XX. Esquizoanálise, transversalidade, ecosofia, caosmosse, entre outros, são alguns dos conceitos criados e desenvolvidos pelo autor. (Nota da IHU On-Line)

5 O Instituto Humanitas Unisinos-IHU reproduziu a entrevista na íntegra e pode ser lida no link <http://bit.ly/1fQPC0r>. (Nota da IHU On-Line)

6 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelam a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da IHU On-Line)

3 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas tam-

bém produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada *‘História da loucura’ e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon325>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: *O (des)governo biopolítico da vida humana*. Confira a edição 343 da IHU On-Line que traz o mesmo título que o evento, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que também foi tema da edição número 13 dos *Cadernos IHU em Formação*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuem13> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da IHU On-Line)

4 Pierre-Félix Guattari (1930-1992): filóso-

humano e de cidadania são introduzidas com as revoluções burguesas. Tudo isso é introduzido com o capitalismo. Eu trabalho com Direitos Humanos, e é em nome do capitalismo que se banaliza a seguinte discussão: “direitos humanos para quem, amiguinho?”. Aqueles ditos diferentes, a grande maioria da sociedade brasileira, os seguimentos pobres, estes nunca tiveram seus direitos humanos garantidos. Ou seja, certos conceitos que a esquerda usa ainda hoje são inventados pelo próprio capital. Eu já fui marxista, hoje não sou mais, mas acredito que não precisamos de Deleuze, Guatarri e Foucault para se pensar que Marx⁷ já dizia isso. E essa própria esquerda que está hoje gerando o capital — não só no Brasil — esqueceu que o Estado está vinculado ao capital. Não existe no capitalismo diferença entre público e privado, ambos estão a serviço do capital. Os dois funcionam para que a lógica do capital se mantenha. E é muita ingenuidade ou mau-caratismo ocupar o aparelho de Estado e dizer que vai promover um “país para todos”. Isso é brincadeira. E eu nem acho que isso seja esquerda. Acho inclusive que não existe hoje esquerda ou direita, essas coisas acabaram. Quando vemos as alianças que foram feitas por esses governos ditos democrático-populares, acordos com Maluf⁸, com Marcos

7 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos Cadernos IHU Ideias, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173IFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/rhygyp>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>. (Nota da IHU On-Line)

8 Paulo Maluf (1931): empresário, engenheiro e político brasileiro de origem libanesa. Por duas vezes foi prefeito de São Paulo e já foi candidato à Presidência da República. Ligado constantemente a denúncias de corrupção, é conhecido pela frase “rouba, mas faz” e por ter originado o verbo “malufar”. Atualmente

“Na época da ditadura, nós, os ‘terroristas’, éramos as pestes. Hoje são os traficantes e a pobreza em geral”

Maciel⁹, com Antônio Carlos Magalhães¹⁰, com todos aqueles que respaldaram e apoiaram a ditadura, é de se ver que não tem esquerda no país. Esses ex-companheiros esquecem a sua história e hoje se prestam a gerir o capitalismo.

IHU On-Line – Por que o modelo das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs surge como a “solução” para a violência nas periferias cariocas e, atualmente, passa por uma crise de credibilidade? O que as UPPs têm em comum com a ditadura?

Cecília Coimbra – Ano passado eu tive uma aluna no mestrado da UFF que fez uma dissertação brilhante sobre as UPPs. Ela, que é moradora do Cantagalo¹¹, vai mostrando como é a implantação do biopoder, do controle da vida do sujeito em nome de sua segurança, em nome da sua liberdade. Ela vai mostrando um conceito muito

é Deputado Federal brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

9 Marco Maciel [Marco Antônio de Oliveira Maciel] (1940): advogado, professor e político pernambucano ligado ao ARENA. (Nota da IHU On-Line)

10 Antonio Carlos Magalhães: (1927-2007): médico, empresário e político baiano. Governador da Bahia por três vezes (duas nomeado pelo regime militar) e senador entre 1994 e 2002. Egresso de partidos como UDN, ARENA, PDS, PFL e DEM, ACM, como era conhecido, era tido como um dos grandes “coronéis” da política brasileira, iniciando sua derrocada a partir de 2004. (Nota da IHU On-Line)

11 Cantagalo: é o nome dado a uma das favelas da cidade do Rio de Janeiro. Localizada em uma das áreas mais tradicionais carioca, a favela foi criada em 1907. Em sua fronteira mais a leste, avizinha-se com os luxuosos apartamentos de Ipanema, cujo metro quadrado é um dos mais caros do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

interessante, também do Foucault, que é o de “povo e população”. Nas UPPs, a tentativa é de transformar o povo em população, pois o povo é o que sai nas ruas, que não é controlável, mas a população é. Ela dizia que, quando questionava as UPPs, a própria família dizia: “Então você está a favor do tráfico?”. Olha como vai se produzindo — e o capitalismo adora isso — raciocínios binários, de que o bom está aqui, e o mal, ali. Ela descreve que quando o Bope¹² entrou no Cantagalo, os cachorros latiam enlouquecidamente; e dizia, no texto, que “só os cachorros estranhavam”. As manifestações de 2013 foram muito importantes e deram força para que a população pudesse estranhar também e falar. E começar a perder o seu medo. Nas UPPs tudo é controlado: o ir e vir, o som, que tipo de lazer você vai ter, qual baile, quais músicas serão permitidas...

Eu lembro muito sobre o que o Agamben¹³ falava dos campos de con-

12 Bope: nome dado ao Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. (Nota da IHU On-Line)

13 Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Além disso, de 16 de abril a 23 de outubro de

centração a céu aberto, hoje. As UPPs são o exercício claro do biopoder em cima do controle de todas as condutas do indivíduo, que diz: “em nome da vida, eu preciso eliminar a vida”. Que bom que hoje estamos começando a perceber — e os moradores estão trazendo isso — que é preciso questionar as UPPs. Que até então elas eram vistas como o remédio mágico para a violência. Uma forma muito sedutora, e o interessante é que se utiliza tanto da violência quanto da sedução. Você controla o outro não só pela violência, mas também por meio da mídia e da produção de subjetividade e da grande sedução que você exerce sobre o outro dizendo que, para sua segurança, certas medidas de exceção necessitam ser tomadas. A tal ponto que você próprio passa a querer essas medidas, pedindo que o Estado tenha controle sobre você.

IHU On-Line – Como a ideia de “Segurança Nacional” se torna uma espécie de paranoia coletiva, resultando em certa convivência social (e

2013, o IHU organizou o ciclo de estudos *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*, cujas atividades integraram o I e o II seminários preparatórios ao XIV Simpósio Internacional IHU - *Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades*. (Nota da IHU On-Line)

em alguns casos apoio) no desrespeito aos direitos humanos?

Cecília Coimbra – É isso que estamos vendo nas manifestações. Quando os grandes meios de comunicação veiculam “os vândalos” e “os baderneiros”, vemos companheiros nossos, por falta de informação, criminalizando determinadas práticas. Produzir subjetividades, produzir crenças de que certos modelos são melhores do que os outros, produzir raciocínios e lógicas dicotomizantes e binaristas são formas de produzir novos modos de viver e entender o mundo. Assim, da mesma forma que no período da Ditadura, nós éramos a “lepra”, os “criminosos”, os “terroristas”, hoje são produzidos outros “terroristas”. É a mesma lógica e, inclusive, vemos hoje pessoas apoiando as medidas de exceção que estão para ser votadas. Um novo AI-5 vem aí, que é o chamado AI-5 da Copa. Nós precisamos estar alertas.

IHU On-Line – Por que a tortura existiu e por que ela sobrevive? Qual a grande lição do período em que a tortura era a regra e as liberdades eram a exceção?

Cecília Coimbra – Porque esses “sujeitos” continuam sendo produzidos — pois o sujeito é uma produção. Esses sujeitos temerosos, aterrorizados, amedrontados, em um mundo

onde você não pode falar com o seu vizinho, pois “cuidado, ele pode ser um psicopata!”. Veja como a questão da medicalização e da judicialização se juntam para produzir o terror e a insegurança. Eu não estou dizendo que crimes não existem, afinal, eu mesma moro em uma região problemática. Agora, isso é fortalecido e ecoa nos meios de comunicação de forma estrondosa, produzindo medo das pessoas de sair de casa, de ficar na rua em determinados horários da noite. Por que a tortura se mantém? Porque se mantém a produção do terror, do medo, da insegurança. E no momento em que você produz a insegurança, também se produzem pessoas facilmente cooptáveis para uma tutela maior. Pessoas inclusive que pedem essa tutela, pois, em nome da “nossa segurança”, é justificado que alguns segmentos da população sejam torturados, sim, ou até mesmo exterminados.

Leia mais...

- *As marcas indeléveis da tortura.* Entrevista com Cecília Coimbra publicada na edição 358 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon358>

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Repressão e modernização: impactos do regime militar nas universidades

Rodrigo Patto Sá Motta destaca que o Estado promovia reivindicações antigas dos próprios acadêmicos ao mesmo tempo que reprimia direitos e impunha o autoritarismo

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

O modelo ao mesmo tempo progressista e conservador instaurado pelos militares no pós-64 também se refletiu no sistema educacional brasileiro. Iniciativas como o desenvolvimento de planos para o incentivo à pesquisa de pós-graduação, estabelecimento da docência em tempo integral e aumento de verbas para pesquisa correram em paralelo à agressiva repressão à política estudantil e à delação de professores e acadêmicos “comunistas” subversivos ao regime. Conforme o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, “o sistema superior tornou-se, simultaneamente, mais autoritário e mais moderno, um paradoxo”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Motta destaca a influência militar no sistema educacional, evidencia os níveis da participação política na definição das novas estruturas físicas e curriculares das universidades e ressalta o processo que levou ao desmantelamento e repressão à União Nacional dos Estudantes – UNE. “A ditadura elaborou duas linhas de ação para enfrentar o ‘problema’ estudantil: de um lado, óbvio, investiu em estruturas repressivas e de informação; de outro lado, foram desenhadas políticas para atrair os jovens, ou pelo menos para reduzir seu impulso radical”.

Rodrigo Patto Sá Motta é graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde também obteve o título de mestre nesta área. Na Universidade de São Paulo, realizou o doutorado em História Econômica, e na *University of Maryland*, nos Estados Unidos, obteve o título de pós-doutor. Atualmente, é professor da UFMG. É autor de inúmeras obras, dentre as quais destacamos *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* (São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002), *Jango e o golpe de 1964 na caricatura* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006) e *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros* (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008). Este ano ele lançou dois outros livros *A ditadura que mudou o Brasil* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014), organizado juntamente com Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti, e *As universidades e o regime militar* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014).

Motta participa do ciclo de estudos **50 anos do Golpe de 64: Impactos, (des)caminhos, processos**, com a palestra *Modernização Conservadora: impactos do regime militar nas universidades* no dia 15-04-2014, às 19h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos-IHU. Mais informações <http://bit.ly/Golpe50Anos>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que impactos o regime militar trouxe à formação universitária no Brasil? O que foi rompido com os modelos anteriores e o que foi criado?

Rodrigo Patto Sá Motta – A ditadura implantou um novo modelo universitário, que resultou de uma mistura entre impulsos repressivo-autoritários e modernizadores. Este é o eixo que explica as políticas universitárias da ditadura, e foi a base de minha análise no livro que estou lançando (*As universidades e o regime militar*, Rio de Janeiro: Zahar, 2014). O primeiro aspecto tem relação com o caráter autoritário do novo Estado, que tinha entre seus fundamentos proteger a ordem tradicional e combater o comunismo (e as esquerdas em geral). Por isso foram feitos expurgos de estudantes e professores, principalmente, por meio de vários mecanismos (as aposentadorias compulsórias e o decreto 477¹, por exemplo). A comunidade universitária foi constantemente vigiada, inclusive com agências de informação específicas (Assessorias de Segurança e Informações – ASI²), e nos momentos agudos houve invasões policiais e prisões nos campi. Estudantes e professores foram torturados, e alguns deles, mortos, sendo que a violência maior foi destinada aos envolvidos com as organizações de esquerda revolucionária.

Paralelamente à violência, o Estado lançou um programa de modernização que tornou as universidades mais modernas e aparelhadas, atendendo a algumas reivindicações antigas dos próprios acadêmicos: criação de um sistema de pós-graduação, reestruturação da carreira docente (o tempo integral), aumento de verbas para pesquisas, entre outras medidas. Algumas mudanças administrati-

vas também foram importantes para a constituição desse novo modelo universitário, como a criação dos Departamentos como células básicas e a concentração do poder nas reitorias (aí incluído seus órgãos auxiliares). Portanto, o sistema superior tornou-se, simultaneamente, mais autoritário e mais moderno, um paradoxo.

IHU On-Line – Por que movimentos sociais como a União Nacional dos Estudantes – UNE³ foram duramente reprimidos durante o período de exceção?

Rodrigo Patto Sá Motta – Para os militares e a direita civil, a UNE representava a força da esquerda nos meios estudantis, um dos principais focos de oposição ao poder da ditadura. Eles pensavam que a entidade era uma das principais articuladoras do movimento estudantil radical, e por isso resolveram bani-la. A ditadura tentou criar entidades estudantis chamadas “democráticas”, que na verdade eram anticomunistas, com o propósito de concorrer pelo coração dos estudantes, mas sem sucesso⁴. Mesmo proibida, a UNE continuou uma referência importante para as lideranças estudantis, até que foi refundada na época da abertura política (em 1979).

IHU On-Line – Como a ideologia vigente durante os governos militares acabou se refletindo na estrutura física (criar campus em áreas gigantes com pouca concentração de prédios) e curricular (cursos separados

por disciplinas, não por turmas) das universidades?

Rodrigo Patto Sá Motta – Na verdade, o modelo de cidades universitárias fora dos grandes centros não foi invenção da ditadura, pois já era um desejo de muitos acadêmicos anteriormente. A UnB, que foi criada antes do golpe, e com muita participação de intelectuais de esquerda, foi desenhada como uma cidade universitária, e vários outros campi foram planejados nos anos 1940 e 1950. A ditadura se apropriou desses projetos e os implantou, de forma autoritária e elitista, por certo, mas não era um projeto especificamente militar. Do ponto de vista da contenção política, confinar estudantes em um campus pode ser perigoso também. Quanto à mudança nas estruturas curriculares, foi adotada uma reforma baseada no modelo norte-americano. Talvez houvesse alguma intenção política também, mas o mais importante foi o argumento de que significaria economia de custos para o sistema universitário, com aumento da flexibilidade e otimização de recursos.

IHU On-Line – Por que durante e após o regime militar os estudantes das áreas de humanidades são, via de regra, rotulados como marxistas⁵? Isso está mais relacionado a uma questão teórica ou se trata de um reducionismo com o objetivo de associá-los a um modelo oposto ao Estado vigente?

Rodrigo Patto Sá Motta – Existe um mito nessa representação sobre

¹ Decreto-lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969: decretado pelo presidente Costa e Silva durante o regime militar, é conhecido também como “AI-5 das universidades”. Previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime. (Nota da IHU On-Line)

² Assessorias de Segurança e Informações (ASI): criada pelo Ato da Reitoria nº 102/71 de 19 de fevereiro de 1971, tinha como objetivo monitorar as informações sobre atividades subversivas dentro da Universidade. A Assessoria funcionou oficialmente até 1987. (Nota da IHU On-Line)

³ União Nacional dos Estudantes (UNE): criada em 1938, é a principal entidade estudantil brasileira. Fortalecidos na década de 1960, a União apoiou, em 1961, a campanha da legalidade a favor da posse de João Goulart, e reforçou sua ação no campo da cultura com a criação do Centro Popular de Cultura e da UNE Volante. Com a ascensão dos militares, foram bastante reprimidos. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Proibição da UNE: em novembro de 1964, a Lei Suplicy (do Ministro Flávio Suplicy) proíbe as entidades estudantis pré-64, como a UNE e a UEE. No lugar dos Centros Acadêmicos, cria os DAs (Diretórios Acadêmicos) que se agrupam em DCEs (Diretórios Centrais Estudantis). Os estudantes rejeitam a lei e organizam um congresso clandestino em 1965 que reorganiza a UNE. Mesmo perseguidas, as entidades atuam abertamente. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *Cadernos IHU Ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173IFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da *IHU On-Line*, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/rhygyP>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da *IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>. (Nota da IHU On-Line)

os estudantes da área de Humanas. Especialmente hoje em dia isso não funciona bem, porque a influência das esquerdas nos meios estudantis diminuiu muito. No entanto, na época da ditadura o quadro foi bem diferente, pois um número expressivo de jovens universitários tinha realmente inclinação esquerdista. Isso está comprovado em pesquisas de opinião (cito algumas no meu livro), e também no fato de que a maioria dos militantes da luta armada vinha dos meios estudantis.

A ditadura encarou os estudantes como um desafio sério ao seu poder, e por isso as universidades tornaram-se ainda mais estratégicas, pois eram foco de recrutamento para a oposição. Nem todos eram marxistas, claro, muitos eram jovens radicais em busca de referências ideológicas para lutar contra a ditadura, mas o marxismo era bem influente. A ditadura elaborou duas linhas de ação para enfrentar o “problema” estudantil: de um lado, óbvio, investiu em estruturas repressivas e de informação; de outro lado, foram desenhadas políticas para atrair os jovens, ou pelo menos para reduzir seu impulso radical, e aí entraram tanto projetos como o Rondon⁶ quanto

a própria modernização das universidades, que atendia também a uma estratégia política (aplaçar as críticas da oposição).

IHU On-Line – Que contraste há entre o modus operandi de ensino do regime de exceção e de nosso período atual? Estamos estagnados ou avançamos?

Rodrigo Patto Sá Motta – Em muitos aspectos as coisas melhoraram, é claro. Hoje existe muita liberdade nos campi, e a comunidade universitária influencia bastante as decisões e a gestão das instituições. Outra mudança fundamental: as universidades da ditadura eram mais elitistas, enquanto hoje existem políticas para democratizar o acesso às pessoas mais pobres, o que tem trazido alguns bons resultados. Mas existe um legado negativo; por exemplo, a relação entre o Ministério da Educação e as universidades ainda é muito autoritária, muito impositiva. As políticas de Brasília são impostas de maneira vertical, às vezes com a pressão da ameaça da perda de verbas federais. As nossas universidades têm pouca autonomia diante do governo federal,

e agora acabaram de perder a capacidade de selecionar seus alunos, o que tem pontos positivos e negativos. Curiosamente, algumas das políticas modernizadoras da ditadura parecem influenciar os modelos em vigor, inclusive com os mesmos nomes, como o Plano Nacional de Pós-graduação⁷, cuja primeira versão apareceu em 1974.

IHU On-Line – Na última década o acesso ao ensino fundamental, médio e universitário se ampliou de modo muito considerável. Diante deste contexto, que desafios estão postos à educação em um sentido global?

Rodrigo Patto Sá Motta – Eu penso que o maior desafio é melhorar a qualidade da formação, em todos os níveis. Nas universidades, o desafio é conciliar o crescimento explosivo com a manutenção e a melhoria da qualidade. No ensino básico, acho que o mais importante hoje é revalorizar a carreira de professor, pois os jovens não querem ser professores. E não é sem motivo, pois, além da violência nas escolas, eles têm que encarar uma carreira com salários ridículos. Os nossos governantes deveriam atentar para isso com urgência, pois a situação é muito grave. É fundamental, para o futuro do país, tornar a carreira docente mais atraente.

⁶ **Operação Rondon:** criada em 11 de julho de 1967, durante a ditadura militar, o Projeto Rondon tinha como lema “integrar para não entregar”, expressando um ideário desenvolvimentista articulado à doutrina de segurança nacional. O projeto promovia atividades de extensão universitária levando estudantes voluntários às comunidades carentes e isoladas do interior do país, onde participavam de atividades de caráter notadamente assistencial, organizadas pelo governo. Segundo os críticos do projeto, a iniciativa também cumpria funções de cooptação do movimento estudantil. A iniciativa foi do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - MEC. De 1967 a 1989, ano em que foi extinto, o projeto envolveu mais de 350 mil estudantes de todas as regiões do País. Em 2005, o Projeto Rondon foi relançado pelo Governo Federal, a pedido da União Nacional dos Estudantes (UNE). (Nota da IHU On-Line)

⁷ **Plano Nacional de Pós-graduação:** tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. (Nota da IHU On-Line)

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Comício da Central do Brasil – Propostas de mudanças socioeconômicas na estrutura do País

“O grande debate que se impõe ao país é saber por que aconteceu o golpe. Não foi um golpe contra o presidente João Goulart e, sim, contra o povo brasileiro”, afirma João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango

POR PATRICIA FACHIN E LUCIANO GALLAS

“O comício do dia 13-03-1964 foi o ponto do início e do fim do governo João Goulart”, avalia o filho do ex-presidente, ao lembrar o Comício realizado na Praça da República, em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, há 50 anos, dias antes da deflagração do golpe militar no país. Cerca de 150 mil pessoas estiveram presentes para ouvir as propostas da chamada Reforma de Bases do então presidente João Goulart. “O comício do dia 13 foi uma decisão política do governo João Goulart para propor as Reformas de Base, que consistia num programa de reformas para, sem dúvida alguma, modificar as estruturas sociais e econômicas do país”, afirma.

Para João Vicente Goulart, “o maior comício que se fez em prol das mudanças sociais” no país foi uma das ações que acelerou o golpe militar, que já vinha sendo orquestrado desde 1954, mas foi adiado por conta do suicídio do presidente Getúlio Vargas. “O comício foi um dos itens dentro dessa programação. (...) Havia uma programação de vários comícios em todo o país, para mostrar ao povo brasileiro qual era o teor das Reformas de Base, para que elas não fossem boicotadas pelo Congresso Nacional”, relata.

Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por telefone, e publicada em 14-

03-2014 no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/ihu130314>, João Vicente esclarece que Jango não tinha relações com os comunistas, conforme as acusações da época, e que sua reforma era capitalista. “A reforma agrária, um dos grandes pontos de embasamento da nova estrutura econômica brasileira à época, queria dar dez milhões de novos títulos de propriedades rurais, e isso desenvolveria uma economia de dez milhões de tratores, dez milhões de novas geladeiras, fogões, etc. Jango queria dar um título de propriedade a dez milhões de novos proprietários. Qual é o marxismo de tudo isso? Não existe marxismo nisso. Trata-se de uma reforma capitalista”.

Na avaliação dele, as reformas sugeridas ainda são fundamentais para garantir o desenvolvimento do país e assegurar melhorias sociais. “Temos de pensar um conjunto de reformas para o país avançar, porque senão vamos, lamentavelmente, independente de governo de ‘direita’ ou de ‘esquerda’, atingir um gargalo profundo de estancamento do desenvolvimento”, afirma.

João Vicente Goulart é filósofo, poeta, empresário e diretor presidente do Instituto Presidente João Goulart.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que o comício realizado em 13-03-1964 na Praça da República, em frente à Central do Brasil, é relevante para entendermos o golpe civil-militar de 1964? Qual o significado histórico e político desse comício?

João Vicente Goulart – O comício do dia 13 foi uma decisão política do governo João Goulart¹ para propor as Reformas de Base, que consistia num programa de reformas para, sem dúvida alguma, modificar as estruturas sociais e econômicas do país. Esse seria o primeiro de uma série de comícios a serem realizados ao longo de sua gestão.

O governo João Goulart se caracterizou por ter a maior agenda de propostas que esse país já teve até hoje na história republicana. As reformas propostas pelo governo Jango queriam libertar a economia brasileira da dependência externa, e isso, evidentemente, feria os privilégios das elites brasileiras que existem na nossa sociedade desde o período monárquico. As regalias que ainda hoje detectamos em todos os setores e instituições da sociedade brasileira, tanto na área jurídica quanto na área econômica, seriam eliminadas por meio das Reformas de Base.

Com o comício do dia 13, Jango queria, junto e ao lado do povo, fazer

as reformas, porque alguns setores resistiam a isso, e havia, portanto, a necessidade de fazer uma mudança constitucional. Mas o Congresso Nacional, à época, já estava profundamente dividido. Parte das elites, pensando nas eleições de 1965, não queria aprovar as mudanças constitucionais necessárias para implantar as reformas. Jango, então, parte junto e ao lado do povo, como ele diz no comício, “na praça que é do povo”, para iniciar as reformas e pressionar o Congresso Nacional a aprovar as mudanças constitucionais necessárias.

Assim, o comício do dia 13 foi o ponto do início e do fim do governo João Goulart, porque as elites já vinham se organizando no país, através da “compra” das redações de pequenos jornais, produzindo filmes anti-comunistas, dizendo que Jango tinha relação com eles. Jango nunca foi comunista, mas se criou uma ideia de que os comunistas iam ocupar o país, quando, na verdade, quem estava conspirando contra a pátria e a Constituição eram os militares e a elite arraigada na nossa sociedade. Esse é o ponto principal do comício do dia 13. É o maior comício que se fez em prol das mudanças sociais neste país.

IHU On-Line – Qual foi a repercussão do discurso realizado no comício à época? Esse comício foi fundamental para a deflagração do golpe?

João Vicente Goulart – O golpe já vinha sendo orquestrado desde 1954. Os militares não deram o golpe contra o presidente Getúlio Vargas²,

2 Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios* no Espaço Cultural do IHU. A IHU On-Line dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho.

porque, com o suicídio, ele conseguiu manter a democracia no nosso país por mais dez anos. O golpe vinha sendo orquestrado contra o trabalhismo. Quando Jango, como Ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas, aumentou o salário mínimo em 100%, teve de pedir sua saída de forma irredutível, porque ele sentiu que, se não saísse do ministério, o manifesto dos coronéis, que depois vieram a ser os generais de 1964, derrubaria o presidente Vargas. Mas, por meio do trabalhismo, Vargas conseguiu aumentar o salário mínimo. Posteriormente, Jango, em seu governo, já havia demonstrado que não tinha se afastado dos trabalhadores brasileiros. Quando ele aprovou o 13º salário, o jornal *O Globo* disse que seria o fim da economia brasileira, numa manchete em primeira página. Isso demonstra que o golpe já vinha sendo planejado contra o trabalhismo e contra as obtenções das lutas trabalhistas e sociais no país.

O comício se deu no momento político da Guerra Fria³, quando Jango decidiu partir junto com o povo. E os militares, que hoje chamam de subversivos os que lutaram pela pátria — como vários documentos demonstram —, foram os verdadeiros subversivos, pois subverteram a Constituição brasileira e deram o golpe, derrubando um governo legítimo. O comício foi um dos itens dentro dessa programação. Inclusive já existem declarações de que o segundo comício das reformas seria realizado em 21 de abril, em Belo Horizonte — essa informação está no livro de José Maria Rabelo, lançado recentemente —, e hoje se sabe que também estava programado o assassinato de todos aqueles que estariam no palanque nesse dia.

Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o *IHU Ideias Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU Ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuid30>. Ainda a primeira edição dos *Cadernos IHU em formação*, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da IHU On-Line)

3 Guerra Fria: nome dado a um período histórico de disputas estratégicas e conflitos entre Estados Unidos e União Soviética, que gerou um clima de tensão que envolveu países de todo o mundo. Estendeu-se entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a queda da União Soviética (1991). (Nota da IHU On-Line)

¹ João Belchior Marques Goulart, ou Jango (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 — em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista “*Jango era um conservador reformista*”, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado intitulada *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da IHU On-Line, de 29-08-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e “*Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam*”, de 05-08-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda “*João Goulart foi, antes de tudo, um herói*”, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da IHU On-Line)

Havia uma programação de vários comícios em todo o país, para mostrar ao povo brasileiro qual era o teor das Reformas de Base, para que elas não fossem boicotadas pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, o comício foi mais um dos fatores que acelerou a queda do governo João Goulart.

IHU On-Line – Quais eram e o que significavam as Reformas de Base anunciadas por Jango? Qual o objetivo dele com essas reformas? Quais eram as mais urgentes?

João Vicente Goulart – As principais reformas são institucionais, comerciais e políticas, as quais são necessárias até hoje. Este país teve um atraso de 21 anos por conta da ditadura: fecharam o Congresso Nacional, perseguiram homens, lutadores que batalharam pela liberdade. Jango, naquele momento, queria reformar as estruturas sociais do país: fazer as reformas agrária, tributária, urbana e educacional, a lei de remessas de lucros, a encampação das refinarias e das riquezas do subsolo nacional, ou seja, todas as reformas que mexeriam nas estruturas do país.

Reforma capitalista

A reforma agrária, um dos grandes pontos de embasamento da nova estrutura econômica brasileira à época, queria dar dez milhões de novos títulos de propriedades rurais, e isso desenvolveria uma economia de dez milhões de tratores, dez milhões de novas geladeiras, fogões, etc. Jango queria dar um título de propriedade a dez milhões de novos proprietários. Qual é o marxismo⁴ de tudo isso? Não existe marxismo nisso. Trata-se de uma reforma capitalista.

4 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *Cadernos IHU Ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da *IHU On-Line*, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/rhygP>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da *IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>. (Nota da IHU On-Line)

Mas as elites não queriam perder seus privilégios e não queriam uma reforma bancária que melhor distribuisse o crédito. Ainda hoje a reforma bancária é necessária. Os três maiores bancos do nosso país tiveram, de 2007 a 2012, lucros líquidos de 56 bilhões de reais e sem a obrigação de financiar um centavo para a agricultura familiar, para a habitação popular, para a educação. Tudo isso fica por conta do Tesouro Nacional. Então, as Reformas de Base do governo João Goulart estão atualíssimas.

Na edição de domingo do jornal *O Globo*, na área de economia, estava estampada a remessa de lucros que as Teles, privatizadas criminalmente, enviaram para suas matrizes. Enquanto aqui ficamos falando com uma gravação telefônica e não conseguimos falar com ninguém para fazer uma reclamação, as Teles remeteram para as suas matrizes, em quatro anos, quase 40 bilhões de reais. A reforma educacional, quando Jango assinou a lei de diretrizes orçamentárias, destinava 12% do investimento previsto da nação para a educação. Nunca neste país foi proposto algo parecido.

Reflexão

A importância desses 50 anos do golpe e desses 50 anos do comício é a passagem para a reflexão. Temos de fazer uma reflexão profunda na academia. O grande debate que se impõe ao país é saber por que aconteceu o golpe. Não foi um golpe contra o presidente João Goulart e, sim, contra o povo brasileiro que, por meio do seu governo, queria reformas econômicas, as quais são necessárias até hoje. O Brasil não tem mais para onde avançar, se não mexer nas suas estruturas econômica, financeira e política. Para pensar o Brasil, temos de entender por que o governo João Goulart caiu. Se em 1964 era difícil fazer uma reforma agrária, quando 75% da população morava no campo, hoje, que se inverteu esse valor, como fazer uma reforma agrária e trazer as pessoas para a produção agrícola?

Não adianta mudarmos o pensamento, se não mudarmos a estrutura. Não adianta colocar no comando um governo de “esquerda” ou de “direita”, se não houver mudanças na estrutura econômica, social e financeira do país.

IHU On-Line – Como as Reformas de Base foram recebidas no Con-

gresso Nacional? Algumas das medidas chegaram a ser implementadas? Quais?

João Vicente Goulart – Jango assinou a lei de remessas de lucros, que estava entre as medidas que poderia assinar como presidente da República; mas outras, não, como a lei da reforma agrária que, de acordo com a Constituição de 1946, precisava que as áreas desapropriadas fossem pagas em dinheiro vivo e à vista. Ele queria pagar em títulos públicos, mas naquela época isso não era possível. Tanto que na mensagem que enviou ao Congresso Nacional em 20 de março de 64, perguntou quais mudanças constitucionais eram necessárias para implementar as reformas.

IHU On-Line – O então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola⁵, acompanhava o presidente João Goulart no ato político. O que levou Brizola a participar do comício?

João Vicente Goulart – Não foi só Brizola que o acompanhou. Estiveram presentes todos os líderes de esquerda que acompanhavam as reformas, como Darcy Ribeiro⁶, que era chefe da Casa Civil, o sindicalismo, os partidos de esquerda, como o PTB. A UDN e o

5 Leonel de Moura Brizola (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos *Cadernos IHU em Formação* intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da IHU On-Line)

6 Darcy Ribeiro (1922-1977): etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta, romancista e político mineiro. Completou o curso superior na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no ano de 1946. Trabalhou como etnólogo no Serviço de Proteção ao Índio e, em 1953, fundou o Museu do Índio. Foi professor de etnologia e linguística tupi na Faculdade Nacional de Filosofia e dirigiu setores de pesquisas sociais do Centro de Pesquisas Educacionais e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, além de ocupar, no biênio 1959/1961, o cargo de presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Foi eleito em 8 de outubro de 1992 para a Cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras. (Nota da IHU On-Line)

PSD não participaram, porque já eram partidos pró-golpe.

IHU On-Line – O Brasil tinha condições de implementar as medidas sugeridas por Jango?

João Vicente Goulart – Claro que sim, tanto que as propostas foram detectadas e eram uma necessidade, como são hoje, para não continuarmos excluindo parte da população. Mas nosso país tem uma elite privilegiada que vive como se estivesse na Suécia, enquanto existem estados com índices de desenvolvimento humano comparados a Serra Leoa. Para dividir as oportunidades das riquezas brasileiras entre todos os seus filhos, é preciso pensar numa mudança que atinja a base da pirâmide, e não somente os mais favorecidos.

IHU On-Line – A rebelião de marinheiros ocorrida no Rio de Janeiro no dia 25-03-1964, a qual reivindicava o direito de associação, melhores refeições nos quartéis e navios e alteração do regulamento disciplinar da Marinha, demonstra uma cisão do meio militar entre aqueles que apoiavam o presidente João Goulart e grupos conservadores contrários às mudanças?

João Vicente Goulart – O problema militar no Brasil foi provocado. Temos de ver que existiam agentes da CIA infiltrados dentro do movimento dos marinheiros, como o cabo Anselmo (José Anselmo dos Santos⁷). Temos de saber que existia um movimento dos cabos e dos marinheiros que era legítimo, mas outros eram financiados pelas ações acobertadas do departamento do Estado. Não tivemos, no Brasil, apenas um golpe dado pelos militares brasileiros. Eles foram financiados, como disse o embaixador Abraham Lincoln Gordon⁸ em

2002, quando veio lançar, no nosso território, a sua autobiografia, tendo sido usados cinco milhões de dólares de verbas secretas da CIA para “comprar” militares e políticos brasileiros. Ou seja, essa declaração demonstra o intervencionismo calhorda dos EUA na Constituição de outros países — e eles continuam fazendo isso.

Então, após um ano e alguns meses de governo presidencialista, e da produção de vídeos contra o governo, é evidente que havia infiltrações no meio militar e civil, e mentiras que foram escondidas. Recentemente foi publicada uma pesquisa do Ibope — que estava “dormindo” em uma universidade paulista — informando que 30 dias antes do golpe havia sido feita uma pesquisa que demonstrava que o presidente Jango tinha 89% de aprovação da opinião pública. Se tivesse uma eleição, ele ganharia. Então, foi tudo uma farsa e uma mentira da grande mídia. Como ainda se faz hoje. A mídia brasileira é dividida. Sete famílias controlam 90% da mídia brasileira. Trata-se de um subgoverno dentro do governo.

IHU On-Line – Jango não pôde retornar ao Brasil por conta da sua popularidade?

João Vicente Goulart – É evidente. E a sua popularidade não era somente entre os janguistas. Jango representava, no momento da reabertura política, o rei caído. Ele representava a queda da democracia brasileira. Foi contra ele que o golpe foi efetuado em 64. O retorno à vida democrática passava pela revisão da sua queda. Ele seria, sem dúvida alguma, o rei caído que estava do outro lado da fronteira. Temos de ver que tudo isso nos leva a crer que a perseguição em cima de

Jango no exílio e o monitoramento através de agentes de segurança foi uma resposta ao medo que o regime ditatorial tinha da figura do presidente João Goulart.

IHU On-Line – Como avalia as políticas públicas que vêm sendo implementadas no país ao longo dos anos, sem optar por reformas estruturais, como previa o ex-presidente João Goulart?

João Vicente Goulart – O processo da ditadura foi desastroso. Aque-la política de vamos primeiro fazer o bolo crescer para depois dividir, foi uma política criminosa de achatamento salarial, baseada em um desenvolvimento fictício, porque foi um desenvolvimento de 1969 a 73, feito em cima de empréstimos internacionais. Quando Jango caiu, o país devia 980 milhões de dólares e, com mais alguns empréstimos, chegaria ao fim do ano com um bilhão e cem milhões de dólares. Quando a ditadura entregou o país novamente aos civis, em 1989, o Brasil devia 150 bilhões de dólares. Então, o desenvolvimento foi “o resto a pagar” que a sociedade brasileira teve de dar aos fundos internacionais. Isso atrasou o país.

Temos tido, nos últimos 12 anos, um avanço na distribuição de renda, na incorporação de novos setores da sociedade brasileira que estavam na camada mais baixa do orçamento nacional. Obviamente, falta muita coisa a fazer para dar oportunidade idêntica a todos os brasileiros. Acho que se fez muito; temos caminhado bastante nesse sentido de integralização, de oferecer bolsas de estudos. O sistema de cotas à universidade tem trazido camadas da população que antes não frequentavam esse espaço. Apesar disso, a reforma do Estado brasileiro se faz tão necessária quanto há 50 anos. É dever da academia pensar no que foi proposto e em como sairemos de alguns gargalos, como a reforma da previdência, que é uma necessidade neste país. A população está cada vez vivendo mais, e vai chegar um momento em que o fundo previdenciário não atenderá a todos. Então, temos de pensar um conjunto de reformas para o país avançar, porque senão vamos, lamentavelmente, independente de governo de “direita” ou de “esquerda”, atingir um gargalo profundo de estancamento do desenvolvimento.

⁷ Cabo Anselmo [José Anselmo dos Santos] (1942): ex-militar brasileiro, líder durante o protesto de marinheiros, evento que desencadeou a crise do término do governo de João Goulart, em 1964, através de um golpe de estado, e o início da ditadura militar brasileira. Agente infiltrado das forças de repressão do Governo, ajudou os militares a capturar guerrilheiros e opositores da esquerda armada, pelo governo militar da época. (Nota da IHU On-Line)

⁸ Abraham Lincoln Gordon (1913-2009): embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966 e nono presidente da Universidade Johns Hopkins entre 1967 e 1971. Em 1960, Gordon ajudou a de-

envolver a Aliança para o Progresso, um programa do governo estadunidense de “assistência” à América Latina, feito com o propósito de evitar que os países da região aderissem a revoluções e ao socialismo como alternativa para o progresso socioeconômico, como havia ocorrido em Cuba. De 1961 a 1966, Gordon serviu como embaixador dos Estados Unidos no Brasil, exercendo papel importante no apoio às articulações da oposição ao presidente João Goulart, que resultariam no golpe militar de 1964. No dia 30 de julho de 1962, no Salão Oval, Kennedy e Lincoln Gordon discutiram o gasto de US\$ 8 milhões para interferir nas eleições e preparar o terreno para um golpe militar contra Goulart a fim de *expulsá-lo, se necessário*, disse Gordon ao presidente. (Nota da IHU On-Line)

Dom Hélder Câmara, uma vida de transformação e resistência

Para o professor e historiador Nelson Piletti, o arcebispo de Olinda e Recife foi a principal liderança católica do país dos últimos 60 anos

POR RICARDO MACHADO

A vivência com as lideranças políticas do Brasil, incluindo os militares que desencadearam o golpe em 1964, desde a década 1930 permitiu que Dom Hélder Câmara aprimorasse a capacidade de diálogo e ampliasse sua compreensão sobre seu papel político no sociedade. Como poucos, soube entender, ainda no calor dos acontecimentos, as transformações pelas quais o país estava passando e os riscos de tais movimentos. “Dom Hélder, como principal liderança católica dos últimos 60 anos no Brasil, proporcionou uma adaptação da Igreja e dos católicos às mudanças profundas que ocorreram na sociedade brasileira nesse período, tornando a sua instituição comprometida com a democracia, a justiça social e a defesa dos direitos humanos, e com isso ajudando a transformar a sociedade brasileira”, conta o professor e historiador Nelson Piletti, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Quando o golpe se tornou realidade e Jango foi deposto, em 1964, Dom Hélder manteve “uma difícil posição de ‘neutralidade e expectativa’”, o que o levou a se encontrar várias vezes com Castelo Branco e Costa e Silva. “No seu discurso de posse no arcebispado de Olinda e Recife, ele advertiu a todos que não estranhassem o fato de que ele manteria o diálogo com todos os segmentos sociais e políticos de Pernambuco e do país”, frisa Piletti. “Depois,

ele teve a coragem de dizer ‘não’ aos poderosos, ao denunciar publicamente que o Regime Militar promovia torturas e o extermínio físico de membros da oposição ao governo. Sua atuação foi de fato heroica e destemida, um exemplo extraordinário de um homem indignado com as circunstâncias em que viviam os seus semelhantes”, complementa. Mais do que a herança política, Dom Hélder, que foi, inclusive, indicado ao Nobel da Paz na década de 1970, deixou o ensinamento de que a “fé, por mais fervorosa que seja, como era a dele, não se combina com a injustiça, com a humilhação e a exploração do outro; enfim, a fé também pode libertar os seres humanos do fanatismo e da intolerância”, ressalta o historiador.

Nelson Piletti possui graduação em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul – UCS, graduação em Jornalismo pela Universidade de São Paulo – USP, graduação em Pedagogia pela Faculdades Integradas de Guarulhos – FIG. Realizou mestrado e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Atualmente é professor associado da Universidade de São Paulo – USP e autor, entre outros, dos livros *Dom Hélder Câmara – O Profeta da Paz* (São Paulo: Contexto, 2008), *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia* (São Paulo: Ática, 1997) e *História e Vida* (São Paulo: Ática, 1989).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – 50 anos depois do Golpe Civil-Militar, qual o legado de Dom Hélder para a sociedade brasileira e para a Igreja Católica?

Nelson Piletti – Entre os estudiosos da história da Igreja Católica no Brasil existe um amplo reconhecimento de que Dom Hélder Câmara foi um dos maiores líderes religiosos da história do Brasil. A pergunta é oportuna porque as contribuições de Dom Hélder para a Igreja Católica e para a

sociedade brasileira foram tão importantes, que as assimilamos sem nem recordarmos hoje que foi necessária a sua ação política e religiosa catalisadora e articuladora para que ocorressem. Dom Hélder, como principal liderança católica dos últimos 60 anos no Brasil, proporcionou uma adaptação da Igreja e dos católicos às mudanças profundas que ocorreram na sociedade brasileira nesse período, tornando a sua instituição comprometida com a democracia,

a justiça social e a defesa dos direitos humanos, e com isso ajudando a transformar a sociedade brasileira.

IHU On-Line – Devido à sua ação contínua de resistência à Ditadura Militar, Dom Hélder Câmara¹ foi in-

¹ Dom Hélder Câmara (1909-1999): arcebispo lembrado na história da Igreja Católica no Brasil e no mundo como um grande defensor da paz e da justiça. Foi ordenado sacerdote aos 22 anos de idade.

clusive indicado ao Nobel da Paz. Qual foi a trajetória que ele percorreu para receber este reconhecimento mundial?

Nelson Piletti – A partir do envolvimento do então padre Hélder Câmara nos movimentos de Ação Católica², na década de 1940, ele teve que enfrentar questões políticas e organizacionais práticas, que envolviam a preparação da Igreja católica para manter e ampliar a sua influência em um país que estava se urbanizando rapidamente, com grandes movimentos migratórios do campo para as cidades, que estava se industrializando, e que após o fim da ditadura de Getúlio Vargas³ em 1945, estava também de-

de, em 1931. Aos 55 anos, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Assumiu a Arquidiocese em 12-03-1964, permanecendo neste cargo durante 20 anos. Na época em que tomou posse como arcebispo em Pernambuco, o Brasil encontrava-se em pleno domínio da ditadura militar. Paralelamente às atividades religiosas, criou projetos e organizações pastorais, destinadas a atender às comunidades do Nordeste que viviam em situação de miséria. Dedicamos a editoria Memória da IHU On-Line número 125, de 29-11-2005, a Dom Hélder Câmara, publicando o artigo *Hélder Câmara: cartas do Concílio* em <http://bit.ly/ihuon125>. Na edição 157, de 26-09-2005, publicamos a entrevista *O Concílio, Dom Hélder e a Igreja no Brasil*, realizada com Ernanne Pinheiro, que pode ser lida em <http://bit.ly/ihuon157>. Confira, ainda, a editoria Filme da Semana da edição 227 da IHU On-Line, 09-06-2007, que comenta o documentário *Dom Hélder Câmara - o santo rebelde*. O material pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuon227>. (Nota da IHU On-Line)

2 Ação católica: nome dado ao conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica no século XX, visando ampliar sua influência na sociedade, através da inclusão de setores específicos do laicato e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja. No Brasil, a Ação Católica foi criada em 1935 pelo Cardeal Leme. No início dos anos 1960, a Ação Católica contava com três organizações destinadas aos mais jovens: a Juventude Estudantil Católica (JEC), formada por estudantes secundários, a Juventude Operária Católica (JOC), que atuava no meio operário, e a Juventude Universitária Católica (JUC), constituída por estudantes de nível superior. (Nota da IHU On-Line)

3 Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo

mocratizando a sua vida política, com uma influência crescente dos movimentos sociais no campo e na cidade e do Partido Comunista. No campo religioso a Igreja católica começava a se deparar com a expansão das denominações protestantes. Então, o Padre Hélder Câmara propôs e organizou uma vigorosa participação do laicato católico na vida política do país, através dos Movimentos de Ação Católica, como a Juventude Operária Católica – JOC⁴ e a Juventude Universitária Católica – JUC⁵, por exemplo, mas com ênfase maior nos movimentos voltados para a juventude. Ele também agregou os bispos brasileiros na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que ele funda e comanda como Secretário Geral até 1964, e que viria a se tornar a instituição que mais influência teve sobre a atualização da inserção política e social da Igreja católica no Brasil nos últimos 50 anos.

Só até esse momento da fundação da CNBB⁶, em 1952, já bastaria

ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios* no Espaço Cultural do IHU. A IHU On-Line dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUCRS, apresentou o IHU *Ideias Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU Ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuid30>. Ainda a primeira edição dos *Cadernos IHU em formação*, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da IHU On-Line)

4 Juventude Operária Católica (JOC): movimento jovem da Igreja Católica, parte da Ação Católica, que visava ampliar sua influência na sociedade, através da inclusão de setores específicos do laicato e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja. (Nota da IHU On-Line)

5 Juventude Universitária Católica (JUC): foi uma associação civil católica reconhecida pela hierarquia eclesástica em 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira - ACB. Tinha como objetivo difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. (Nota da IHU On-Line)

6 Conferência Nacional dos Bispos do

para que fosse marcante a sua influência sobre o catolicismo e a sociedade brasileira. Mas ele ainda conseguiu difundir entre os católicos a ideia de uma missão temporal, de responsabilidade de todos com o cuidado com as condições de vida, com a integridade dos mais pobres, ao invés da preocupação exclusiva com a salvação da alma dos fiéis, que caracterizava o ideário católico até então.

IHU On-Line – Como foi a participação de Dom Hélder no Concílio Vaticano II e como isso se refletiu no seu trabalho como arcebispo de Olinda e Recife durante o regime de exceção?

Nelson Piletti – Quando ocorre o Concílio Vaticano II⁷ (1962-1965), Dom Hélder vinha de uma intensa atuação articuladora do episcopado no plano internacional, tendo contribuído para

Brasil (CNBB): trata-se de um organismo permanente que reúne os bispos católicos do Brasil que, conforme o Código de Direito Canônico, exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor da comunidade católica de seu território. (Nota da IHU On-Line)

7 Concílio Vaticano II: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O **Instituto Humanitas Unisinos** - IHU promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o ciclo de estudos *Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas*. Confira a edição 157 da IHU On-Line, de 26-09-2005, intitulada *Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos*, disponível em <http://bit.ly/mT6cyj>. Ainda sobre o tema, a IHU On-Line produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <http://bit.ly/o2e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Circulo*, está disponível em <http://bit.ly/1cUUZfc>. (Nota da IHU On-Line)

a fundação do Conselho Episcopal Latino Americano – Celam⁸. Por isso, ele teve uma atuação decisiva nos bastidores do Concílio, articulando os episcopados de várias partes do mundo em favor de reformas internas na Igreja católica, muitas das quais o Papa Francisco⁹ volta a discutir atualmente, como a reforma da Cúria Romana. Ele chegava a defender a extinção do chamado Banco do Vaticano, mas sempre sem entrar em confronto com as orientações de João XXIII¹⁰ e depois do Papa Paulo VI¹¹, com quem mantinha uma grande amizade.

IHU On-Line – Como foi o pronunciamento de Dom Hélder Câmara, recém-chegado ao Recife, 15 dias após o Golpe Militar? Qual foi o seu impacto no regime?

Nelson Piletti – Como ele era uma pessoa e uma liderança religiosa e política que desde a década de

1930 mantinha relações de amizade com vários representantes da cúpula militar que tomaria o poder no país após o golpe de 1964, já como arcebispo de Olinda e Recife, assumiu uma difícil posição de “neutralidade e expectativa” que o levaria a se encontrar várias vezes com os presidentes Castelo Branco¹² e Costa e Silva¹³, visando “aparar as arestas” no relacionamento entre a Igreja e o regime ditatorial, até passar a ser também perseguido em razão da defesa que fazia dos presos políticos. No seu discurso de posse no arcebispado, ele advertiu a todos que não estranhassem o fato de que ele manteria o diálogo com todos os segmentos sociais e políticos de Pernambuco e do país. Depois, ele teve a coragem de dizer “não” aos poderosos, ao denunciar publicamente que o Regime Militar promovia torturas e o extermínio físico de membros da oposição ao governo. Sua atuação foi de fato heroica e destemida, um exemplo extraordinário de um homem indignado com as circunstâncias em que viviam os seus semelhantes.

IHU On-Line – Onde surgiu e como funcionava a metodologia da Ação Católica? Por que esse movimento foi importante no protagonismo de algumas lideranças da Igreja Católica?

Nelson Piletti – Para Dom Hélder, os católicos, leigos e sacerdotes não deveriam se preocupar apenas com a salvação das suas almas, mas também com a melhoria nas condições de vida dos seus irmãos. Podemos recordar o seu esforço para que os católicos atuassem politicamente em associações, sindicatos, partidos e até em equipes governamentais para a busca de so-

luções aos problemas sociais do país, para a superação da miséria e da injustiça. Por isso Dom Hélder foi o principal artífice da fundação de uma CNBB. Inspirado pelo famoso lema “Ver, Julgar e Agir”, ele incentivou o engajamento dos movimentos leigos da Ação Católica como a JAC¹⁴, JEC¹⁵, JIC¹⁶, JOC e JUC, em prol da justiça e da democracia em nosso país, lutando sempre em defesa dos direitos humanos, da reforma agrária, enfim, para a construção de condições de vida melhores para os trabalhadores do campo e da cidade.

IHU On-Line – De que maneira se deu a perseguição militar a Dom Hélder Câmara?

Nelson Piletti – Nós podemos recordar que, quando foi alvo do famoso sequestro do qual participaram várias lideranças políticas atuais que na época atuavam na resistência armada

8 Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam): trata-se de um organismo da Igreja Católica fundado em 1955 pelo Papa Pio XII a pedido dos bispos da América Latina e do Caribe, cuja sede está localizada na cidade de Santa Fé de Bogotá, na Colômbia. A entidade presta serviços de contato, comunhão, formação, pesquisa e reflexão às 22 conferências episcopais que se situam desde o México até o Cabo de Hornos, incluindo o Caribe e as Antilhas. Seus dirigentes são eleitos a cada quatro anos por uma assembleia ordinária que reúne os presidentes das conferências episcopais da América Latina e do Caribe. (Nota da IHU On-Line)
9 Papa Francisco (1936): argentino filho de imigrantes italianos, Jorge Mario Bergoglio é o atual chefe de estado do Vaticano e Papa da Igreja Católica, sucedendo o Papa Bento XVI. É o primeiro papa nascido no continente americano, o primeiro não europeu no papado em mais de 1200 anos e o primeiro jesuíta a assumir o cargo. (Nota da IHU On-Line)

10 Papa João XXIII (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi declarado beato por João Paulo II em 2000. (Nota da IHU On-Line)

11 Papa Paulo VI: nascido Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, Paulo VI foi o Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica de 21 de junho de 1963 até 1978, ano de sua morte. Sucedeu ao Papa João XXIII, que convocou o Concílio Vaticano II, e decidiu continuar os trabalhos do predecessor. Promoveu melhorias nas relações ecumênicas com os Ortodoxos, Anglicanos e Protestantes, o que resultou em diversos encontros e acordos históricos. (Nota da IHU On-Line)

12 Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967): militar e político brasileiro, primeiro presidente da ditadura militar instaurada pelo Golpe Militar de 1964. (Nota da IHU On-Line)

13 Artur da Costa e Silva (1899-1969): militar e político ditador brasileiro, sendo o vigésimo sétimo presidente do Brasil, o segundo do regime militar de exceção. Quando assumiu a Presidência da República, tinha a patente de marechal do Exército Brasileiro, e já havia ocupado o Ministério da Guerra no governo anterior, de Castelo Branco. Seu governo iniciou a fase mais dura e brutal do regime ditatorial militar, à qual o general Emílio Garrastazu Médici, seu sucessor, deu continuidade. (Nota da IHU On-Line)

14 Juventude Agrária Católica (JAC): o movimento surgiu na década de 1930 e atingiu seu auge de implementação e participação na década de 1960. Atualmente está representada no Conselho Nacional de Juventude - CNJ e na Confederação Nacional de Ação Sobre Trabalho Infantil - CNASTI. (Nota da IHU On-Line)
15 Juventude Estudantil Católica (JEC): organizou-se, inicialmente, como um grupo basicamente feminino, existindo a partir de 1935. Num primeiro momento, sua atuação se restringiu às Associações Religiosas, tendo por finalidade a descoberta da Igreja pelos estudantes e a difusão do cristianismo dentro das escolas. Em 1966, com a descentralização dos Movimentos em relação à hierarquia da Igreja, proposto pela CNBB, a JEC organiza um Conselhinho Nacional para refletir sobre a situação em que se encontrava. Concluindo que estava com sua base desestruturada e que a situação histórica em que o país se encontrava desarticulava qualquer tentativa de mobilização social, a Equipe Nacional se desliga do Movimento, formando um grupo autônomo com objetivos políticos e sociais. Os que permaneceram na JEC tentaram rearticular o Movimento em algumas regiões no período de 1967 a 1970; não obtendo grandes resultados, decidiram finalizar suas atividades. (Nota da IHU On-Line)
16 Juventude Independente Católica (JIC): foi um dos Movimentos da Ação Católica Especializada. Seu segmento de atuação era a juventude das classes média e alta que não se enquadrava na JOC nem na JUC. A JIC era um Movimento diocesano de atuação nas paróquias, tendo por finalidade a recristianização do meio social burguês. Os problemas com os quais a JIC trabalhou entre seus militantes foram: individualismo, falta de solidariedade, egoísmo e indiferença religiosa, entre outros do gênero. (Nota da IHU On-Line)

ao regime militar, o então embaixador norte-americano Charles Elbrick¹⁷ chegou a cogitar que os Estados Unidos consideravam Dom Hélder como um possível presidente do Brasil, em uma virtual saída civil à ditadura militar. Sabendo disso, para evitar o crescimento do seu prestígio dentro e fora do país, os ocupantes do poder conseguiram inviabilizar sua candidatura ao Prêmio Nobel, por meio de uma sigilosa campanha que contou com a colaboração de empresários noruegueses e brasileiros — dentre os quais os donos do jornal *O Estado de São Paulo* — para influenciar na decisão do Comitê do Parlamento norueguês responsável pela atribuição do prêmio. Para silenciá-lo, o governo brasileiro proibiu que notícias a seu respeito fossem veiculadas na imprensa. Vários de seus colaboradores foram perseguidos, presos e torturados, um dos quais chegando a ser barbaramente assassinado, o jovem padre Antônio Henrique Pereira Neto¹⁸, em um crime ainda não totalmente esclarecido.

IHU On-Line – Qual a importância de Dom Hélder na CNBB durante o regime militar?

Nelson Piletti – Ele teve a atuação mais visível de denunciar publicamente a prática de tortura em nosso país por parte do Estado. Mas ele teve também uma atuação muito importante, mas pouco percebida para quem estava fora da instituição católi-

ca e não conhecia a sua vida interna. Dom Hélder se manteve como um interlocutor das lideranças religiosas que dirigiram a CNBB e de vários leigos católicos influentes que buscavam um diálogo com os governos Médici¹⁹ e Geisel²⁰, buscando evitar o confronto aberto entre Estado e Igreja no Brasil e promovendo a colaboração para que inúmeras pessoas que foram aprisionadas clandestinamente por grupos paramilitares fossem localizadas, salvas dos interrogatórios com uso de tortura e libertadas. Mas ele também colocou em prática uma forma de ação pastoral protagonizada pelos próprios membros das camadas populares, denominada por ele como “Encontro de irmãos”, que funcionava como as Comunidades Eclesiais de Base²¹. Enfim, ele foi uma liderança política e religiosa completa, pois tinha a visão de estadista que articulava tomadas de decisões da Igreja Católica em âmbito nacional e internacional e se envolvia diretamente na vida cotidiana das pessoas que mais sofrem em nosso país.

IHU On-Line – A Igreja, a exemplo de diversos setores da sociedade, entrou dividida no Golpe civil-militar. Como a postura de não violência de

¹⁹ **Emílio Garrastazu Médici** (1905-1985): ditador militar e político brasileiro. Exerceu as funções de adido militar em Washington e de chefe do Serviço Nacional de Informações. Assumiu a presidência da República (1969) em consequência de enfermidade do presidente Costa e Silva. Ocupou o cargo até 1974. (Nota da IHU On-Line)

²⁰ **Ernesto Geisel** (1908-1996): ditador militar e político brasileiro. Foi adido militar no Uruguai, comandante da XI Região Militar em Brasília, chefe do gabinete militar da Presidência da República no governo Castelo Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras (1969-1973). Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), indicado pelos militares, tomou posse em 15 de março de 1974, como penúltimo ditador militar depois do golpe de 1964. (Nota da IHU On-Line)

²¹ **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**: trata-se de comunidades inclusivas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II (1962-1965), espalharam-se principalmente nos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina. O objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as misérias cotidianas com que se deparam na matriz ordinária de suas vidas comunitárias. (Nota da IHU On-Line)

Dom Hélder e de contestação ao regime foi vista pela Igreja?

Nelson Piletti – Nós não podemos esquecer a complexidade da atuação da Igreja como instituição “católica”, isto é, que se pretende “universal”. Então esta divisão da instituição como um todo talvez não tenha ocorrido, embora na base da sociedade, nos movimentos sociais e nas paróquias e entre as lideranças tenham ocorrido conflitos importantes de setores favoráveis ou contrários ao Golpe Militar. A liderança da Igreja Católica na época, os cardeais, a nunciatura e os líderes leigos católicos não pretendiam um confronto aberto e o rompimento com o Estado e com os governantes que tomaram o poder após o golpe militar. Então, nós podemos resumir a atuação de Dom Hélder como uma difícil, mas corajosa ação pacífica em favor da justiça, da democracia, dos direitos humanos, que envolvia a denúncia das prisões e torturas, da concentração de renda que então progredia em nosso país, mantendo a tentativa de dialogar com os governantes para influenciá-los para que atuassem a favor do retorno da democracia. Agora, respondendo diretamente, esta difícil atuação de Dom Hélder muitas vezes não era compreendida por setores mais conservadores do episcopado brasileiro e da Cúria Romana, que o criticaram e tentaram limitar suas ações.

IHU On-Line – Como Dom Hélder inscreve sua trajetória na história do Brasil?

Nelson Piletti – Dom Hélder deixou como marca inconfundível da Igreja Católica no Brasil o compromisso com a democracia e com a busca de soluções para os problemas sociais. A participação de sacerdotes e leigos em movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a exemplo do que ocorre nos movimentos pastorais e em uma organização importantíssima como a CNBB, e em milhares de organizações não governamentais espalhadas pelo país, considero que é a sua maior herança política. Sua maior herança religiosa foi o ensinamento de que a fé, por mais fervorosa que seja, como era a dele, não se combina com a injustiça, com a humilhação e a exploração do outro; enfim, a fé também pode libertar os seres humanos do fanatismo e da intolerância.

¹⁷ **Charles Burke Elbrick** (1908-1983): diplomata norte-americano e embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1969 e 1970, na época do regime militar iniciado em 1964. Diplomata de carreira e membro do United States Foreign Service, desde 1931, foi subindo na hierarquia do departamento com postos no Panamá, Haiti e Polônia, até atingir o posto de embaixador, servindo em Portugal, Iugoslávia e no Brasil, onde foi sequestrado em setembro de 1969, durante a ditadura militar brasileira. O sequestro foi realizado por integrantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR8, que em troca de sua libertação exigiram a soltura de 15 presos políticos. (Nota da IHU On-Line)

¹⁸ **Antônio Henrique Pereira Neto** (1940-1969): padre cuja formação sacerdotal foi feita em Olinda, João Pessoa, com estudos de psicologia nos Estados Unidos. Foi ordenado sacerdote no dia de Natal de 1965, logo após o término do Concílio Vaticano II. Leia no sítio do IHU matéria especial sobre a morte do Padre Antônio Henrique Pereira Neto no link <http://bit.ly/1dV5lv1>. (Nota da IHU On-Line)

“Na ditadura militar conseguimos evitar a obra de Belo Monte. Hoje, não!”

Para Egydio Schwade, o Cimi executa um importante papel de resistência à política indigenista brasileira, que, além de seguir os moldes militares, mantém o traço de desrespeito e violência

POR PATRICIA FACHIN

Como um “organismo oficiosamente” ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e não “oficial”, para ter mais “agilidade” na sua atuação, o Conselho Indigenista Missionário – Cimi foi criado em 1972 e impulsionado por Egydio Schwade e pelo padre jesuíta Antônio Iasi Jr., responsáveis pela criação do secretariado executivo, que elaborou o primeiro plano de ação da organização. Em um contexto ditatorial, no qual a questão indígena era esquecida, o Cimi surgiu com dois objetivos: “primeiro, organizar os indígenas para que eles tivessem uma organização entre si, pudessem se conhecer, se reunir, porque até então, desde 1500, não existiam organizações que defendessem os direitos indígenas (...); e o segundo objetivo, mudar a pastoral indígena”, relata Egydio Schwade, na entrevista a seguir, concedida pessoalmente à **IHU On-Line**, em visita ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Egydio Schwade, que mora, atualmente, no estado do Amazonas e convive com os índios Waimiri Atroari, conta que o Cimi inicia sua trajetória com a proposta de pôr em prática as orientações do Concílio Vaticano II em relação à evangelização dos povos e transformar a pastoral indígena da Igreja da época. “O Concílio Vaticano II dizia que a Igreja deveria acabar com a catequese, assim como os missionários teriam de procurar colher as sementes de Deus ocultas nos povos. Então, ao invés de catequizar os índios, passamos a evangelizá-los e a transmitir a Boa Nova, que se contrapõe à Má Nova. E qual era a Má Nova para os índios? A perda de suas terras, de sua cultura, da autodeterminação. Por isso, nós nos contrapúnhamos. Evangelização é o quê? Ajudá-los a lutar pelas suas terras, pelo seu território e pela sua cultura, porque, quanto mais eles mantêm a sua cultura, mais se manifestam as sementes ocultas de Deus”, descreve.

A atuação do Cimi junto às comunidades indígenas acirrou os conflitos entre a Igreja e os mili-

tares. Nesse contexto, Egydio Schwade assinala o protagonismo de padre Antonio Iasi Jr., hoje com 94 anos, autor do primeiro documento a apresentar e analisar a situação dos indígenas que viviam no Brasil. “Iasi foi o primeiro a fazer ‘balançar a ditadura militar’, porque provocava os generais a partir da questão indígena. (...) Uma vez, ele foi expulso aos empurrões da Funai, em Brasília, para nunca mais voltar. Mas dois dias depois, me diz: ‘Egydio, está na hora de voltarmos à Funai. Precisamos visitar o general’. Então, nós fomos”, recorda o entrevistado.

Entre os documentos que repercutiram à época, Schwade destaca o *Y Juca Pirama*, elaborado por ele e Iasi, juntamente com Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino, Frei Dominicano Elizeu Lopes, Ivo Poletto e Frei Mateus, em um encontro realizado às escondidas, no interior de Goiás. “Muitos estranharam por que eu não assinei esse documento, mas essa foi uma estratégia que adotamos a pedido de Dom Pedro, que dizia: ‘não vamos arriscar tudo’. Como eu era secretário do Cimi, foi melhor não assinar o documento, porque dessa forma os militares não teriam motivo para fechar o secretariado do Cimi, que à época era a instituição que dava impulso à questão indígena”, recorda. Na entrevista a seguir, Schwade conta a história do Cimi, sua repercussão durante a ditadura militar e avalia a atuação da organização 41 anos depois.

Egydio Schwade é graduado em Filosofia e Teologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Foi um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário – Cimi e primeiro secretário executivo da entidade, em 1972. Hoje é colaborador do Cimi, residindo em Presidente Figueiredo-AM.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quem é padre Antônio Iasi Jr.? Como e quando o senhor o conheceu? Pode nos contar a trajetória dele?

Egydio Schwade – Conheço padre Antônio Iasi Jr. desde os anos 1960 e, inclusive, morei com ele em uma aldeia dos índios Rikbaktsa¹, no rio Jurueña, noroeste do Mato Grosso, em 1964. Ele sempre foi uma pessoa muito engajada, um padre jesuíta que desde sempre trabalhou com os índios, em aldeias.

Em 1972, nós criamos o Conselho Indigenista Missionário – Cimi e, a partir de 1973, foi criado o secretariado. Na ocasião, tornei-me o primeiro Secretário Executivo do Conselho. Logo de início percebi que um trabalho como esse, de âmbito nacional, não poderia ser realizado sozinho.

À época, o Cimi era um organismo oficiosamente ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB². Não tinha uma ligação oficial por sugestão de um dos secretários, Dom Ivo Lorscheiter³, que acreditava que o Cimi teria mais agilidade se fosse um órgão oficioso. Então eu fui o

“Não foi o ABC que balançou a ditadura – esse já era o período final”

responsável por organizar a primeira equipe do secretariado executivo do Cimi. Como eu já havia criado, em 1969, a Operação Anchieta⁴ — hoje operação Amazônia Nativa —, apelei para eles, que logo me cederam duas pessoas, alguns padres redentoristas e um seminarista meio rebelde. Assim, formamos a primeira equipe do secretariado executivo do Cimi, que organizou o primeiro plano de ação do Conselho, com dois objetivos: primeiro, organizar os indígenas para que eles tivessem uma organização entre si, pudessem se conhecer, se reunir, porque até então, desde 1500, não existiam organizações que defendessem os direitos indígenas — pouco se sabe sobre esse tipo de organização, e quando há alguma notícia ao longo da história, é sempre de uma organização que esteve diretamente a serviço do colonizador ou dos invasores portugueses ou holandeses; e o segundo objetivo, mudar a pastoral indígena.

IHU On-Line – O Cimi surgiu com o objetivo de ter uma atuação nacional?

Egydio Schwade – Sim, nacional. Quando criamos o secretariado, decidimos que o Cimi deveria olhar a questão indígena como uma questão nacional. À época, alguns missionários ficaram muito chateados com isso, disseram que a Igreja já não dava

conta das missões da Amazônia e agora iria se interessar por outros indígenas, como os da região Sul. Porém, nós sustentamos a criação e atuação do Cimi e essa decisão foi de grande importância para o dinamismo interior da organização. Nesse sentido, colaboraram principalmente os leigos, através da Operação Anchieta, hoje conhecida como Amazônia Nativa.

IHU On-Line – Em que consistia essa Operação?

Egydio Schwade – Era inicialmente uma operação de missionários leigos da Igreja Católica e Evangélica. Enquanto todas as Dioceses ou Ordens religiosas se limitavam a seus territórios de atuação, a Operação Anchieta era o primeiro organismo dentro da Igreja Católica e Luterana que abria horizontes sem limites de prelazias e dioceses. Eles colocavam as suas pessoas à disposição, localizavam aldeias e as mostravam aos bispos e padres, constituindo novas paróquias e abrindo a missão.

Egon Heck⁵ foi o primeiro coordenador do Cimi Sul e um dos responsáveis por dinamizar o trabalho na região. Minha esposa, Dorothy, que era catarinense, foi a primeira coordenadora do Cimi na Amazônia Ocidental. E, nesse contexto, padre Iasi se juntou a nós, formando a primeira equipe do Cimi.

Nosso trabalho consistia em ajudar os índios a se conhecerem entre si, a conhecerem as lideranças de diversos povos. Também tínhamos o objetivo de transformar a pastoral indígena da Igreja da época, de acordo com a orientação do Concílio Vaticano II⁶, o

1 **Índios Rikbaktsa**: também conhecidos como “Orelhas de Pau” ou “Canoeiros” — tidos como guerreiros ferozes na década de 1960, enfrentaram um processo de depopulação que resultou na morte de 75% de seu povo. Recuperados, ainda hoje impõem respeito à população regional por sua persistência na defesa de seus direitos, território e modo de vida. (Nota da IHU On-Line)

2 **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)**: trata-se de um organismo permanente que reúne os bispos católicos do Brasil que, conforme o Código de Direito Canônico, exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor da comunidade católica de seu território. (Nota da IHU On-Line)

3 **Dom Ivo Lorscheiter (1927-2007)**: ex-bispo emérito de Santa Maria. Dom Ivo Lorscheiter nasceu numa família simples e religiosa de origem alemã. Ele foi o último bispo brasileiro nomeado pelo papa Paulo VI, no decorrer do Concílio Vaticano II, em 1965. Dom Ivo presidiu a CNBB durante o Regime Militar Brasileiro. Nessa época, abrigou na Igreja brasileira vários defensores da Teologia da Libertação. Dom Ivo Lorscheiter ficou conhecido por ter tentado aproximar a Igreja do povo. No sítio do IHU pode ser acessada a entrevista *A igreja e os meios de comunicação social*, disponível em <http://bit.ly/1m17Kye>. No sítio da revista *IHU On-Line* é possível ler a matéria em memória a Dom Ivo Lorscheiter, disponível em <http://bit.ly/1kPzshd>. (Nota da IHU On-Line)

4 **Operação Anchieta, chamada agora de Operação Amazônia Nativa (OPAN)**: trata-se da primeira organização indigenista fundada no Brasil, em 1969. Há 43 anos atua pelo fortalecimento do protagonismo indígena no cenário regional, valorizando sua cultura, seus modos de organização social através da qualificação das práticas de gestão de seus territórios e recursos naturais, com autonomia e de forma sustentável. (Nota da IHU On-Line)

5 **Egon Heck**: coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) do Mato Grosso do Sul. Veja as entrevistas que ele concedeu ao sítio IHU: *Etnocídio no Mato Grosso do Sul*, publicada nas Notícias do Dia, de 14-12-2009, disponível em <http://bit.ly/1gujbaa>; *Egon Heck: há 40 anos na universidade dos índios*, publicada na Edição 348, de 25-10-2010, da *IHU On-Line*, disponível em <http://bit.ly/1iG1Sbv>; *“As reservas são confinamentos de índios”, acusa Egon Heck*, publicada nas Notícias do Dia, de 30-10-2012, disponível em <http://bit.ly/1dWdRiN>. (Nota da IHU On-Line)

6 **Concílio Vaticano II**: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 08-12-1965,

qual dizia que a Igreja deveria acabar com a catequese, assim como os missionários teriam de procurar colher as sementes de Deus ocultas nos povos. Então, ao invés de catequizar os índios, passamos a evangelizá-los e a transmitir a Boa Nova, que se contrapõe à Má Nova. E qual era a Má Nova para os índios? A perda de suas terras, de sua cultura, da autodeterminação. Por isso, nós nos contrapúnhamos. Evangelização é o quê? Ajudá-los a lutar pelas suas terras, pelo seu território e pela sua cultura, porque quanto mais eles mantêm a sua cultura, mais se manifestam as sementes ocultas de Deus. Essa nova posição da Igreja criou grandes problemas com oficiais militares. E, nesse contexto, deu-se uma das grandes missões de padre Iasi. Ele foi o primeiro a fazer “balançar a ditadura militar”, porque provocava os generais a partir da questão indígena. Padre Iasi não tinha nenhum patrimônio, a única coisa que possuía era uma malinha. Se as coisas cabiam lá dentro, ele as levava. Se não cabiam, ficavam.

IHU On-Line – Onde padre Iasi viveu durante esse período?

pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o ciclo de estudos *Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas*. Confira a edição 157 da IHU On-Line, de 26-09-2005, intitulada *Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos*, disponível em <http://bit.ly/mT6cyj>. Ainda sobre o tema, a IHU On-Line produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <http://bit.ly/o2e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, disponível em <http://bit.ly/1CUUZfC>. (Nota da IHU On-Line)

“A nossa sorte foi contar com a participação dos jornalistas, que tomaram a decisão de tornar pública a questão indígena a qualquer custo”

Egydio Schwade – Nossa sede deveria ser em Brasília, mas durante todo esse período, eu mesmo, como Secretário Executivo, nunca fiquei um mês consecutivo lá. Nós estávamos sempre nos interiores, justamente para abrir os olhos dos padres, dos bispos, para as prelações, etc. Também tínhamos a preocupação de que os índios tivessem a oportunidade de sentir que havia alguém do lado deles para se organizarem. Então, nós estávamos onde a situação estava mais “quente”.

Iasi foi um dos que enfrentou as barras mais pesadas, porque ele via as coisas. Nesse período de tensão com a ditadura, uma das nossas estratégias — talvez até de sobrevivência — era recorrer à imprensa, aos jornalistas, e tínhamos jornalistas de peso do nosso lado. Quando entrávamos nas cidades, éramos cercados de jornalistas — Iasi e eu principalmente —, porque sempre tínhamos o cuidado de não expor demais os leigos, que geralmente eram a parte mais frágil. Houve uma época em que a ditadura militar começou a censurar os jornais, e essas censuras atingiram a questão indígena. Mas, assim mesmo, quando não conseguiam publicar em um jornal, os jornalistas publicavam em outro.

IHU On-Line – Qual foi a importância e a repercussão, à época, do documento *Y Juca Pirama* – o índio, aquele que deve morrer, do qual Iasi foi autor?

Egydio Schwade – Quando assumi o secretariado do Cimi, fiz uma viagem pelo interior do país, e na volta organizamos uma reunião com alguns bispos para falar da situação indígena no Brasil. Padre Iasi foi quem escreveu o primeiro texto da situação indígena no país. Como era ditadura, nos reunimos às escondidas no interior de Goiás, no município de Abadiânia, entre Brasília e Goiânia. Estiveram presentes Dom Pedro Casaldáliga⁷, Dom Tomás Balduino⁸, Frei Dominicano Elizeu Lopes, Ivo Poletto⁹, Frei Mateus, Iasi e eu. Nesse encontro, chegamos à conclusão de que o Cimi deveria se posicionar ante essa situação dos índios brasileiros. Escrevemos, então, o documento *Y Juca Pirama*, que teve bastante repercussão. Muitos estranharam por que eu não assinei esse documento, mas essa foi uma estratégia que adotamos a pedido de Dom Pedro, que dizia: “não vamos arriscar tudo”. Como eu era secretário do Cimi, foi melhor não assinar o documento,

⁷ Dom Pedro Casaldáliga (1928): bispo católico radicado no Brasil desde 1968. Atualmente, é bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia. (Nota da IHU On-Line)

⁸ Dom Tomás Balduino (1922): bispo e teólogo católico brasileiro, bispo-emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra. Pertence à Ordem dominicana. Nascido em Goiás, estudou filosofia no seminário dos dominicanos em São Paulo. Ordenou-se presbítero em 1948. Seus estudos de Teologia foram efetuados em Saint Maximin, na França, onde concluiu o mestrado em 1950. Pós-graduou-se em Antropologia e Linguística pela Universidade de Brasília em 1965. Em 2006, recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Católica de Goiás por sua luta pela cidadania e direitos humanos e, em 2008, recebeu o prêmio *Reflections of Hope*, da Oklahoma City National Memorial Foundation, como exemplo de esperança na solução das causas que levam a miséria de tantas pessoas em todo o mundo. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Ivo Poletto: filósofo, teólogo, cientista social e educador popular. Foi o primeiro secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra. Trabalhou no primeiro governo Lula como assessor do Programa Fome Zero. É autor do livro *Brasil: Oportunidades perdidas* (Rio de Janeiro: Garamond, 2005). Confira as entrevistas exclusivas concedidas por Poletto à IHU On-Line: *As contradições da transposição do Rio São Francisco e a palavra forte e profética de D. Cappio*, disponível em <http://bit.ly/1nVFYBG>; *O novo está no fato de reconhecer a Terra como um ser vivo*, disponível em <http://bit.ly/1iGi4ab>. (Nota da IHU On-Line)

porque dessa forma os militares não teriam motivo para fechar o secretariado do Cimi, que à época era a instituição que dava impulso à questão indígena. Eu também fui responsável por procurar os bispos do Sul que quisessem assinar o documento. À época, somente um bispo quis assinar, o bispo de Palmas — nem esperávamos que fosse assinar —, e mais dois padres de lá.

IHU On-Line – O Cimi não teve repercussão dentro da Igreja da época?

Egydio Schwade – O episcopado ficou bastante na “moita”, porque o governo estava sempre “em cima”. Tínhamos de fazer tudo escondido. Eu era responsável pela entrega do material de leitura que era enviado para leigos e padres, e lembro que certa vez telefonei de Brasília para Goiânia para pedir um estoque de textos sobre a questão indígena. Precisava fazer a solicitação a um leigo da prelazia de Dom Pedro, que era o responsável pela distribuição do material. Telefonei, mas ele estava viajando. Nesses casos, tínhamos de falar com as pessoas através de uma senha, que era “material escolar”. Ou seja, pedi para providenciarem mais “material escolar”. Quando cheguei a Goiânia para buscar o material, uma leiga da Diocese de Dom Tomás, que foi fazer a entrega, estava trêmula, com um “pacotinho” na mão, e me disse que o Moura (um leigo) acabara de ser preso. Passei muito medo naquela noite, pois a única pessoa estranha que entrou no ônibus que peguei para voltar a Brasília se sentou justo atrás de mim.

IHU On-Line – Como foi estar à frente do Cimi no período militar? Quais dificuldades vocês enfrentaram nesse período?

Egydio Schwade – A nossa sorte foi contar com a ajuda da imprensa. Ela foi responsável por todo o avanço da questão indígena. Não foi o ABC que balançou a ditadura — esse já era o período final. A nossa sorte foi contar com a participação dos jornalistas, que tomaram a decisão de tornar pública a questão indígena a qualquer custo. Com isso eles nos evidenciavam quase toda semana nos jornais,

o que dificultava uma posição contra nós por parte dos militares.

IHU On-Line – Existem casos de tortura entre os membros do Cimi?

Egydio Schwade – Os membros do Cimi foram retirados de suas áreas, como, por exemplo, no Acre, onde havia uma equipe de três pessoas: uma assistente social, um professor e uma enfermeira. Eles foram retirados de suas áreas sob tortura. Uma vez, o lasi também foi expulso aos empurros da Funai, em Brasília, para nunca mais voltar. Mas dois dias depois ele me diz: “Egydio, está na hora de voltarmos à Funai. Precisamos visitar o general”. Então, nós fomos.

IHU On-Line – O Cimi tinha um diálogo estreito com a Funai?

Egydio Schwade – Não. Nós íamos reclamar as posições. Nossa posição era — e a posição do Cimi ainda é esta — cobrar ações em favor do índio e o cumprimento da legislação indigenista. Nós questionávamos a política do governo, que era contra a legislação indigenista.

IHU On-Line – O senhor tem contato com padre lasi?

Egydio Schwade – Ele está com a saúde muito debilitada, mas mantém o mesmo humor. Enquanto ele teve forças, esteve sempre nos ajudando na questão indígena.

IHU On-Line – Que rumos o Cimi tomou depois da ditadura?

Egydio Schwade – Em primeiro lugar, acredito que o Cimi continua na posição correta de questionar a política indigenista brasileira, a qual permanece nos mesmos moldes em que foi deixada na ditadura militar. Houve uma pequena tentativa de mudança, que começou com a criação de uma equipe formada pelos índios Waimiri Atroari, pelo Cimi, pela Funai, por alguns advogados e professores de universidades, que reencaminharam toda política indigenista. Mas, menos de dois anos depois, minha esposa e eu assumimos o trabalho com a comunidade Waimiri, fizemos a primeira alfabetização na língua desse povo, e eles começaram, espontaneamente, a

revelar que mais de dois mil índios foram mortos durante a ditadura militar. Como a Funai estava envolvida com as mortes, a nova política indigenista passou para uma empresa que também estava interessada em ocultar os fatos, e a mudança na política indigenista parou por aí.

Em nível nacional, a Funai se reencaminhou com a posição do senador Romero Jucá¹⁰, que até hoje é inimigo dos índios. Eles, então, retomaram o roteiro da ditadura militar e passaram a investir nos grandes projetos de mineração, de hidrelétricas, os quais estão muito mais agressivos do que durante a própria ditadura. Antigamente nós conseguimos evitar a obra de Belo Monte; hoje em dia, não se consegue mais.

Leia mais...

- *Waimiri-atroari: vítimas da Ditadura Militar. Mais um caso para a Comissão da Verdade.* Entrevista especial com Egydio Schwade publicada nas **Notícias do Dia**, de 20-04-2012, disponível em <http://bit.ly/1dVYM0s>.

¹⁰ Romero Jucá Filho (1954): político brasileiro que fez sua carreira em Roraima. Estudou Economia na Universidade Católica de Pernambuco e fez pós-graduação em Engenharia Econômica. Foi no Recife que ele começou sua vida política como diretor da Secretaria de Educação do Estado. Em 1984 foi secretário extraordinário de Coordenação da Prefeitura do Recife. Trabalhou ainda como professor universitário, gerente e diretor de órgãos públicos e privados. Após essa experiência, presidiu a Fundação Projeto Rondon, em 1985, e no mesmo ano foi secretário executivo da Comissão Interministerial de Educação e Desenvolvimento Regional. Em 1986, presidiu a Fundação Nacional do Índio - Funai. Em 1988 foi nomeado - pelo então presidente da República, José Sarney, e aprovado pelo Senado - governador do então Território Federal de Roraima. Candidato derrotado em 1990 ao governo do recém-criado Estado de Roraima, elegeu a esposa, Maria Teresa Surita Jucá para a Prefeitura de Boa Vista, em 1992. Naquele ano, Romero foi diretor de Abastecimento da CONAB e Secretário Nacional de Habitação do Governo Federal. Em 1994 foi eleito senador pelo PSDB. Ocupou a vice-liderança do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Reelegeu-se senador em 2002 e em 2003 deixa o PSDB para filiar-se ao PMDB. (Nota da IHU On-Line)

Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda autores e temas ligados à história do Brasil e violência institucionalizada, tendo como perspectiva a conjuntura do país.



- **25 anos da Constituição: avanços e limites.** Edição 428, de 30.09.2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon428>;
- **O Desenvolvimentismo em debate.** Edição 392, de 14.05.2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon392>;
- **Anistia. Memória e justiça.** Edição 358, de 18.04.2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon358>.
- **A política econômica do governo Dilma. Continuidade ou mudança?** Edição 356, de 04.04.2011, disponível <http://bit.ly/ihuon356>;
- **Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate.** Edição 344, de 21.09.2010, disponível <http://bit.ly/ihuon344>;
- **O (des)governo biopolítico da vida humana.** Edição 343, de 13.09.2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>;
- **A propriedade da terra deve ser limitada?** Edição 339, de 16.08.2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon339>;
- **Movimentos sociais. Perspectivas e desafios.** Edição 325, de 19.04.2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon325>;
- **Tortura, crime contra humanidade. Um debate urgente e necessário.** Edição 269, de 18.08.2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon269>;
- **Movimentos sociais. Criminalização é um atentado à democracia.** Edição 266, de 28.07.2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon266>;
- **Mai de 1968: 40 anos depois.** Edição 250, de 10.03.2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon250>;
- **Raízes do Brasil.** Edição 205, de 20.11.2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon205>;
- **A imaginação no poder. JK 50 anos depois.** Edição 166, de 28.11.2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>;
- **1985-2005. A Nova República. 20 anos depois.** Edição 132, de 14.03.2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon132>;
- **Getúlio.** Edição 112, de 23.08.2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>;
- **A Era Vargas em questão 1954-2004.** Edição 111, de 16.08.2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>;
- **Leonel de Moura Brizola 1922-2004.** Edição 107, de 28.06.2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon107>;
- **O regime militar: a Economia, a Igreja, a Imprensa e o Imaginário.** Edição 96, de 12.04.2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon96>;
- **1964-2004. Hora de passar o Brasil a limpo.** Edição 95, de 05.04.2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon95>;
- **Economia Brasileira: Entre os neoliberais e os nacionais-desenvolvimentistas.** Edição 86, de 01.12.2003, disponível em <http://bit.ly/ihuon86>;
- **11 de setembro: Trinta anos do golpe contra Allende. Dois anos da queda do WTC. Centenário de T. W. Adorno.** Edição 74, de 08.09.2003, disponível em <http://bit.ly/ihuon74>;
- **Tolerância! Contra o choque e o terror.** Edição 52, de 24.03.2003, disponível em <http://bit.ly/ihuon52>;

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 10-03-2014 a 14-03-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Kaiowá e Guarani reivindicam somente 2% das terras do MS

Entrevista com Spensy Pimentel, professor de Etnologia Indígena na Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Publicada no dia 14-03-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu140314>

“A violência na Terra Indígena de Dourados é, talvez, um dos fatos mais gritantes a demonstrar que o Estado brasileiro errou, e errou feio, em suas relações com os Kaiowá e Guarani ao longo das últimas décadas”, diz o pesquisador Spensy Pimentel, ao comentar as recorrentes situações de conflitos entre indígenas e não indígenas que vivem no Mato Grosso do Sul. Hoje, os Guarani e Kaiowá somam aproximadamente 50 mil pessoas divididas em 30 terras indígenas e em pouco mais de 30 acampamentos localizados na beira das estradas e nos fundos das fazendas. Mas os índices de violência estão concentrados na Terra Indígena de Dourados, na qual em torno de 15 mil índios dividem um espaço de 3,5 mil hectares. Em poucos anos, as aldeias passaram a ostentar altos índices de suicídios, assassinatos e mortes de crianças por desnutrição – um sintoma extremo da fome, da insegurança alimentar generalizada. “Para fugir desse ambiente, os indígenas passaram a entrar em conflito com os fazendeiros, e sobreveio mais violência”, afirma Pimentel.

Greve dos garis demonstra que racismo e discriminação devem ser superados

Entrevista com o agente de pastoral Antonio Cechin e o capacitador de catadores Roque Spies

Publicada no dia 12-03-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu120314>

A greve dos garis do Rio de Janeiro, que teve como desfecho o aumento salarial de 37% e outros

benefícios aos trabalhadores, suscitou discussões que estão entrelaçadas na história do Brasil. As desigualdades sociais, o racismo, as más condições de trabalho foram alguns dos temas comentados por conta da greve que, sem contar com o apoio do sindicato, conseguiu um aumento salarial surpreendente. Para comentar esse fato, a IHU On-Line conversou com Antonio Cechin, por e-mail, que trabalha com catadores e recicladores de Porto Alegre, e Roque Spies, que assessora cooperativas de catadores na região do Vale do Rio dos Sinos. “Há uma tentativa de mostrar para a sociedade que a discriminação não tem cabimento”, diz Spies. Já para Chechin, a grande lição deixada pelos garis “é que não há meio popular que não possa se organizar em busca de sua própria libertação. Isso porque o Deus da fé cristã é o Deus dos últimos, dos excluídos”.

A camisa de força do Estado. Neoliberalismo e endividamento

Entrevista com o economista Wilson Cano

Publicada no dia 11-03-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu110314>

O endividamento do Estado brasileiro é um problema que vem acompanhando o país desde o período colonial. No entanto, nos últimos anos, este endividamento ganhou novas proporções, e vem cada vez mais ocupando parte significativa dos gastos do governo – que deixa, assim, de investir em outras áreas para privilegiar o pagamento de juros. Para o economista Wilson Cano, no entanto, o acúmulo de dívidas não é o problema, mas sim a alta incidência de juros dos títulos públicos. “O Japão, por exemplo, tem 120% de dívida em relação ao seu PIB. Contudo, o montante de juros sobre a dívida presente no orçamento público é inferior a 1%”, relata ele, ressaltando que o resgate é sempre no longo prazo. Já no Brasil, os juros giram em cerca de 10%, e o longo prazo nunca é respeitado, o que torna a dívida uma bola de neve.

Teologia Pública

Sínodo Extraordinário sobre a Família: “As respostas soam como estridente silêncio”

“Não encontrei nenhuma outra pessoa ou organismo que tenha respondido ao questionário, a não ser talvez ‘em segredo’”, aponta Helio Amorim, ex vice-presidente Mundial do Movimento Familiar Cristão

POR PATRICIA FACHIN

“**H**ouve uma reação silenciosa da Igreja local, indiferente à difusão efetiva desses questionamentos provocativos”, declara Helio Amorim, ao comentar a divulgação do questionário do Sínodo Extraordinário para a Família entre os católicos brasileiros. O questionário foi elaborado e enviado pelo Vaticano às dioceses do mundo inteiro, como documento preparatório da *III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Família*, convocada pelo Papa Francisco para outubro de 2014. O questionário deveria ser respondido até o mês de janeiro.

De acordo com Helio Amorim, poucos católicos souberam do questionário no Brasil, ou “aparentemente, não lhe deram importância ou, ainda, tiveram preguiça de responder a essa extensa e surpreendente pesquisa do Vaticano”. Membro do Movimento Familiar Cristão – MFC, ele informa que também em seu grupo “não houve manifestações ou divulgação motivadora”. E relata: “Tentei divulgar o questionário do Sínodo entre todos que estão na minha lista de amigos e internautas. Respostas: zero. Fui convidado por amigos para uma reunião de pessoas engajadas e maduras. Presentes o Leonardo Boff, o padre chileno que motivou essa reunião de 20 pessoas, convocadas por serem leigos atuantes, mais professores da PUC, teólogos/as. Nenhum dos presentes sabia desse questionário! Ape-

nas um deles tinha recebido, mas não havia respondido”.

De acordo com Amorim, no grupo de 20 pessoas do qual participou, as questões que mais despertaram polêmica foram as relacionadas “à teimosa norma da indissolubilidade do casamento cristão, sem a possibilidade de novo casamento (...); por consequência, a ‘excomunhão’ sem lógica nem caridade dos recasados, proibidos de participar efetivamente da eucaristia, portanto o único ‘pecado’ sem perdão (o que não se aplica ao assassino da esposa que, tendo se confessado e se arrependido, foi perdoado.)”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, e publicado no sítio do IHU em 24-02-2014, Helio Amorim pergunta sobre as “razões dessa dispersão”, sobre os motivos que levam fiéis a abandonar a Igreja. E responde: “Acreditamos que os bispos tenham a resposta. Tivemos décadas de papados incapazes de viver uma Igreja cativante, atuante fora dos seus limites, denunciando toda e qualquer injustiça ou violência no mundo, repreendendo governos e grupos que mantêm destruidores e sangrentos conflitos, acirrando ódios que atravessam gerações”.

Helio Amorim é ex-presidente Nacional e Latino-Americano do Movimento Familiar Cristão – MFC e ex vice-presidente Mundial do MFC.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o questionário do Sínodo Extraordinário para a Família está sendo divulgado e discutido no Brasil entre os leigos? Na Alemanha, Áustria e Inglaterra há bastante repercussão, inclusive Igrejas inglesas recorreram à internet para distribuir o questionário¹ entre os católicos.

Helio Amorim – Acho que vou decepcioná-la. Tentei divulgar o questionário do Sínodo entre todos que estão na minha lista de amigos e internautas. Respostas: zero. Fui convidado por amigos para uma reunião de pessoas engajadas e maduras. Presentes o Leonardo Boff², o padre chileno que motivou essa reunião de 20 pessoas, convocadas por serem leigos atuantes, mais professores da PUC, teólogos/as. Nenhum dos presentes sabia desse questionário! Apenas um dos presentes tinha recebido, mas não havia respondido.

Não encontrei nenhuma outra pessoa ou organismo que tenha respondido ao questionário, a não ser talvez “em segredo”. Na paróquia que frequento, o pároco convocou um pequeno grupo de paroquianos para responder a “uma parte das perguntas” do questionário, “selecionadas” por ele, “por ser muito extenso”.

IHU On-Line – Que avaliação o Movimento Familiar Cristão fez do questionário do Sínodo Extraordinário para a Família e como se organizaram para respondê-lo?

Helio Amorim – Também no Movimento Familiar Cristão, ao menos da nossa pequena equipe de 20 pessoas, não houve manifestações ou divulgação motivadora. Em suma, poucos souberam do questionário ou, aparentemente, não lhe deram importância ou, ainda, tiveram preguiça de responder a essa extensa e surpreendente pesquisa do Vaticano. Finalmente, nossa pequena equipe respondeu, enviei as respostas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB³ (Presidente e Secretário Geral e outros membros destacados da Conferência), ao Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB⁴, a todos pedindo que enviassem o nosso trabalho ao Vaticano. No questionário não havia nenhuma indicação sobre como nem para quem enviar as respostas.

IHU On-Line – Como o questionário foi discutido e distribuído pela CNBB? A CNBB tem uma diretriz de como os bispos devem proceder em relação à distribuição e resposta do questionário?

Helio Amorim – Tampouco conheço qualquer iniciativa visível da CNBB para a divulgação ampla do questionário. Aparentemente foi enviado aos bispos e por estes (todos?) encaminhado às paróquias, não aos meios de comunicação, para conhecimento amplo dessa consulta inédita do Papa para estimular respostas de leigos, como foi feito em outros países. Posso estar sendo injusto, mas acho que houve uma reação silenciosa da Igreja local, indiferente à difusão efetiva desses questionamentos provocativos.

Nossas respostas foram discutidas na nossa equipe do MFC, pequena, mas qualificada, durante mais de um mês. Fazem parte da nossa equipe os coordenadores estadual e munici-

pal do MFC Rio de Janeiro, o que dá a ela um certo peso.

IHU On-Line – Como vê a iniciativa do papa Francisco de pedir que os leigos sejam consultados e inclusive respondam ao questionário?

Helio Amorim – A iniciativa surpreendente do papa Francisco abre caminho para uma nova atmosfera de confiança no laicato e a expectativa de profundas mudanças nas estruturas e numa visão de Igreja participativa, menos autoritária e defensiva de normas e princípios ultrapassados na história contemporânea. O êxodo de fiéis católicos para outras igrejas ou para nenhuma igreja é impressionante. Na Europa, muito mais do que na América Latina. Também nos Estados Unidos, esse retrocesso é importante e ganham expressão maior nos setores mais conservadores da Igreja norte-americana.

IHU On-Line – Quais questões foram mais polêmicas de serem respondidas?

Helio Amorim – Avaliamos, sem uma consulta específica, mas imersos na vida da Igreja, e observamos que muitos católicos, adultos na fé e ativos na transformação da sociedade, não foram incentivados a responder ao questionário. Entretanto, estamos seguros de que as respostas deles às perguntas mais provocativas estariam próximas das que encaminhamos. Referem-se à teimosa norma da indissolubilidade do casamento cristão, sem a possibilidade de novo casamento, talvez mesmo mais cristão do que o desfeito, ante realidades cruéis e desumanas da relação conjugal fracassada; por consequência, a “excomunhão” sem lógica nem caridade dos recasados, proibidos de participar efetivamente da eucaristia, portanto o único “pecado” sem perdão (o que não se aplica ao assassino da esposa que, tendo se confessado e se arrependido, foi perdoado). Também, a proibição imposta ao casamento dos padres com a fuga pela renúncia crescente da ordem (em nossa equipe participam quatro felizes padres casados); a já quase extinta neurose eclesial contra o uso de preservativos médicos para regular uma paternidade responsável que já prejudicou, por décadas, casais cristãos; e outras questões cen-

¹ As perguntas podem ser lidas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos-IHU no link <http://bit.ly/ihu141113>. (Nota da IHU On-Line)

² Leonardo Boff (1938): teólogo brasileiro, autor de mais de 60 livros nas áreas de teologia, espiritualidade, filosofia, antropologia e mística. Boff escreveu um depoimento sobre as razões que ainda lhe motivam a ser cristão, publicado na edição especial de Natal da IHU On-Line número 209, de 18-12-2006, disponível em <http://bit.ly/iBjvZq>, e concedeu uma entrevista sobre a Teologia da Libertação na IHU On-Line número 214, de 02-04-2007, disponível em <http://bit.ly/kaibZx>. Na edição 238, de 01-10-2007, intitulada *Francisco. O santo*, concedeu a entrevista *A ecologia exterior e a ecologia interior. Francisco, uma síntese feliz*, disponível em <http://bit.ly/km44R2>. Sua entrevista mais recente à IHU On-Line intitula-se *Os intelectuais que têm algum sentido ético precisam falar sobre a Terra ameaçada* e está disponível em <http://bit.ly/Qpj45L>. (Nota da IHU On-Line)

³ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): trata-se de um organismo permanente que reúne os bispos católicos do Brasil que, conforme o Código de Direito Canônico, exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor da comunidade católica de seu território. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB): associação de fiéis leigos e leigas católicos de direito público, que congrega e representa o laicato brasileiro na sua diversidade e riqueza de movimentos, pastorais e associações dos mais variados tipos. (Nota da IHU On-Line)

trais no campo do casamento e da família, temas do sínodo deste ano.

IHU On-Line – A problemática da família ainda é valorizada nas discussões da Igreja brasileira? Por onde perpassa esse debate?

Helio Amorim – O tema família é muito valorizado e caro a todos os católicos, leigos e clérigos, mas os aspectos valorizados não são os mesmos para todos. Ainda predomina uma visão da família tradicional e seus valores absolutos, que não se atualizaram para acolher os novos desafios da sociedade moderna ou pós-moderna. O cenário mudou. Os atores mudaram. Casais divorciados e recasados, antes evitados socialmente e vistos por muitos como exceções lamentáveis, são hoje tranquilamente acolhidos sem restrições ou rejeição social. Nada obstante, a família de casados ou recasados segue muito valorizada, mesmo pelos jovens que, muitas vezes, constituem sua nova família dispensando ritos religiosos ou mesmo legais. São posturas talvez provocativas para a sociedade, própria dessa fase juvenil. Mais tarde, acabam aceitando esse formalismo, após “um tempo de prova”. O fato é que se percebe claramente essa quebra de paradigmas nas novas gerações, às vezes como impulso de autoafirmação. Entretanto, pode-se afirmar que a instituição família segue muito valorizada por todos, e sua problemática é estudada e cuidada por muitas organizações e movimentos de inspiração humanística e religiosa.

IHU On-Line – Qual a contribuição específica que a experiência da Igreja do Brasil pode dar ao Sínodo?

Helio Amorim – Sendo o povo brasileiro ainda predominantemente católico, embora os índices estatísticos confirmem uma cadência para apenas metade da população do Brasil, com tendência de queda, essa realidade deveria ser levada e discutida no Sínodo. Quais as razões dessa dispersão? Acreditamos que os bispos tenham a resposta. Tivemos décadas de papados incapazes de viver uma Igreja cativante, atuante fora dos seus limites, denunciando toda e qualquer injustiça ou violência no mundo, repreendendo governos e grupos que mantêm destruidores e sangrentos

conflitos, acirrando ódios que atravessam gerações. O papa Francisco⁵ inaugurou uma postura proativa, arquivou o silêncio e a prudência, está atento ao que se passa no mundo e não se cala. Os discursos e posicionamentos desse primeiro ano de papado já mudaram a face da Igreja, que se torna não só portadora do anúncio evangélico, mas deixa de ser alienada ou pouco corajosa na denúncia que é inseparável daquele anúncio.

IHU On-Line – Alguns setores da Igreja foram contrários ao questionário, a exemplo da Conferência Norte-Americana dos Bispos Católicos. Além disso, no país um grupo de católicos desenvolveu uma nova versão do questionário e divulgou nas redes. Como vê ações como essa? O que elas indicam?

Helio Amorim – Creio que Francisco já sabe ou mesmo sabia antes o que o esperava por essa postura ausente do Vaticano há tanto tempo. O que já se percebe é uma reação de grupos mais conservadores, com medo das consequências esperadas dessa postura crítica exigida dos cristãos. Já não se pode tolerar a passividade e a acomodação. As injustiças estão por toda parte nos países, cidades, bairros onde residimos e nas nossas próprias famílias. Dois terços da população mundial não têm recursos para atender suas necessidades básicas, enquanto do outro lado prevalece o desperdício de bens e dinheiro para manter o conforto e segurança dos abastados. Esse quadro é injusto e instável, gerador de guerras e mortes. Não pode prevalecer por futuras gerações. O papa assumiu essa missão e logo desencadeou falas e gestos concretos. Deus o proteja.

IHU On-Line – Já é possível avaliar quais são os resultados da distribuição do questionário? Já está sendo feita uma síntese das respostas?

⁵ **Papa Francisco** (1936): argentino filho de imigrantes italianos, Jorge Mario Bergoglio é o atual chefe de estado do Vaticano e Papa da Igreja Católica, sucedendo o Papa Bento XVI. É o primeiro papa nascido no continente americano, o primeiro não europeu no papado em mais de 1200 anos e o primeiro jesuíta a assumir o cargo. (Nota da IHU On-Line)

Helio Amorim – Para mim, as respostas soam como estridente silêncio. Nada na mídia, nada nas falas da Igreja para a população majoritariamente católica (ainda). Certamente uma síntese já está sendo feita no Vaticano, talvez por amostragem, por ser impossível processar centenas de milhares de respostas em sete idiomas. Na verdade o importante foi o movimento provocado de avaliação crítica dos cristãos em seus países, desencadeado mundo afora, mesmo sabendo ser impossível a leitura senão de uma pequena amostragem de questionários respondidos.

Leia mais...

- *O Papa convoca um Sínodo dos Bispos extraordinário sobre a família.* Reportagem do sítio Religião Digital reproduzida nas **Notícias do Dia**, de 09-10-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos-IHU, disponível em <http://bit.ly/1eKlqD>;
- *Questionário do Sínodo em discussão.* Artigo de Joshua J. McElwee reproduzido nas **Notícias do Dia**, de 08-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos-IHU, disponível em <http://bit.ly/1kWGKzT>;
- *Sínodo dos Bispos sobre a família. As respostas de uma teóloga ao questionário.* Entrevista publicada nas **Notícias do Dia**, de 25-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos-IHU, disponível em <http://bit.ly/1eKmfyS>;
- *Sínodo dos Bispos sobre a Família. “Uma real aproximação ao diálogo democrático na Igreja”.* Reportagem publicada nas **Notícias do Dia**, de 25-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos-IHU, disponível em <http://bit.ly/1gyfDHP>;
- *Escuta ampla para o Sínodo é um empreendimento gigantesco, afirmam especialistas.* Reportagem publicada nas **Notícias do Dia**, de 25-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos-IHU, disponível em <http://bit.ly/1kWI99m>;
- *Professores debatem o questionário do Sínodo dos Bispos sobre a Família.* Entrevista especial com Alfredo Culleton, Castor Ruiz e Inácio Pinzetta publicada nas **Notícias do Dia**, de 27-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos-IHU, disponível em <http://bit.ly/ihu271113>.

Entrevista da Semana

“Não existe um sentido preciso e unívoco da palavra terrorismo, como mal absoluto a ser combatido”

“Todas as condutas que resultam em lesão ou ameaça de lesão à vida, à integridade física ou ao patrimônio, tanto público como privado, já são crimes no Brasil, especialmente por força do Código Penal”, adverte a advogada Deisy Ventura

POR PATRICIA FACHIN

O polêmico Projeto de Lei 499/13, encaminhado para votação em caráter de urgência no Senado Federal, é apenas um dos seis projetos em tramitação com o objetivo de tipificar crimes de terrorismo no Brasil, informa Deisy Ventura, em entrevista à **IHU On-Line**. Segundo ela, “o curioso é que a polêmica em torno das leis sobre terrorismo não ocorreu no momento da apresentação destes projetos, e sim quando alguns Senadores, como Jorge Viana e Paulo Paim, passaram a defender a tramitação do PLS 499/13 em caráter de urgência, em resposta à grande repercussão da morte de um cinegrafista, atingido por um artefato explosivo durante uma manifestação contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, ocorrida em 06 de fevereiro último, no Rio de Janeiro”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, a professora de Direito da USP apresenta e comenta as principais propostas de lei e enfatiza que, “em lugar de preencher um vazio” na legislação, tais projetos podem abrir “um rombo, mais um bolsão de estado de exceção em nosso ordenamento”. Deisy relata que, ao ler a justificativa oficial do PLS 499/13, constatou que ela “demonstra, antes de qualquer coisa, uma imensa ignorância sobre a história desta nefasta palavra. As leis antiterroristas têm sido o recurso empregado por quem controla o Estado, em geral du-

rante lutas independentistas, separatistas ou de resistência aos regimes totalitários, para descartar definitivamente os seus opositores do campo da lei comum e da negociação. O terrorista, mais do que fora da lei, passa a ser aquele que se encontra fora do humano, por sua infâmia absoluta”. E dispara: “O que chama mais a atenção no PLS 499/13 é o crime de incitação ao terrorismo, previsto em seu artigo 5º. Nada mais é dito sobre este crime, além de ‘incitar o terrorismo: Pena – reclusão de 3 a 8 anos’”.

Na avaliação da advogada, os projetos de lei em tramitação “parecem retomar a ideia de que é melhor combater do que definir o terrorismo. A avassaladora má fama do termo obnubila o fato de que, quanto menor a precisão do tipo penal, maior a margem de discricionariedade do Estado para impor processos e sanções excepcionais”.

Deisy Ventura é mestre em Direito Comunitário e Europeu e doutora em Direito Internacional da Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne. Foi professora do Programa de Pós-Graduação em Direito na Unisinos e professora adjunta e Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é professora de Direito Internacional e Livre-Docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que consiste a proposta do Projeto de Lei 499/13 de criar uma lei antiterrorismo? Que atos devem ser considerados terrorismo segundo a proposta?

Deisy Ventura – É importante esclarecer que há ao menos seis projetos em tramitação no Senado Federal com o objetivo de tipificar (*grosso modo*, descrever uma conduta e atribuir-lhe uma pena) o crime de terrorismo e correlatos.

Embora nunca definido pelo Direito brasileiro, o terrorismo aparece em dois dispositivos basilares da Constituição Federal de 1988: o artigo 4º, VII eleva o repúdio ao terrorismo e ao racismo à condição de princípio norteador das relações internacionais do Brasil; e o artigo 5º, XLIII faz dele um crime inafiançável e insuscetível de graça e anistia, ao lado da prática da tortura, do tráfico ilícito de entorpecentes e dos crimes hediondos. Assim, tipificar este crime supostamente supriria uma lacuna da ordem jurídica brasileira. Considerando o nível do debate, porém, em lugar de preencher um vazio, temo que abra um rombo, mais um bolsão de estado de exceção em nosso ordenamento.

A inconsistência dos novos tipos de penas é flagrante: o PLS 499, apresentado em 28-11-2013 pelos Senadores Romero Jucá¹ e Cândido Vac-

carezza², define o terrorismo como “Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa”, punível com a reclusão de 15 a 30 anos ou, se resulta em morte, de 24 a 30 anos. Contudo, o projeto não define o que é terror ou pânico generalizado, nem esclarece se eles são a finalidade ou o efeito da conduta; tampouco precisa o seu alcance ou a sua intensidade. Por outro lado, seria amplo o leque de condutas que poderiam ser consideradas, por exemplo, uma “tentativa de ofensa” à saúde das pessoas. Ademais, este projeto já conta com numerosas emendas (propostas de alteração de trechos específicos do texto) apresentadas em plenário, todas piores que o soneto.

A lei conforme o gosto do freguês

Um projeto anterior, o PLS 762/2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira³, adota a mesma definição, com um importante acréscimo, a finalidade do crime: “por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial, étnico, homofóbico ou xenófobo”. A expressão motivo ideológico causa arrepios. A mesma redação encontra-se no PLS 728/2011, de 09-12-2011, que foi apresentado pelos Senadores Marcelo Crivella⁴, Ana Amélia Lemos⁵ e Walter Pinheiro⁶ com o objetivo de “incrementar a segurança da Copa das Confederações

FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos”. Explicitamente casuísta, este PLS, diferentemente dos demais, prevê o aumento de um terço das penas se o crime for praticado “contra integrante de delegação, árbitro, voluntário ou autoridade pública ou esportiva, nacional ou estrangeira” (art. 4, I) ou “em estádio de futebol no dia da realização de partidas da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo de Futebol”. É a lei conforme “o gosto do freguês”.

Mas há definições ainda piores: o PLS 588/2011, da lavra do hoje cassado Demóstenes Torres⁷, cuja justificativa pena para alcançar meia página, inclui na definição do terrorismo a “ação psicossocial” capaz de causar “medo, desespero, intimidação da população”, com o intuito de “abalar a paz social”. Difícil imaginar de que paz social tratava o ex-Senador. No PLS 707/2011, o Senador Blairo Maggi⁸, conhecido como o “rei da soja” – autor da lapidar frase “esse negócio de floresta não tem o menor futuro”⁹ – amplia os possíveis motivos do crime, incluindo entre outros o “separatismo”, e prevê entre as condutas que podem ser consideradas terrorismo o “apoderar-se”, mesmo que de modo parcial ou temporário, de “instalações públicas”.

IHU On-Line – O que essa proposta de Lei antiterrorismo demonstra sobre o atual momento político brasileiro?

Deisy Ventura – O curioso é que a polêmica em torno das leis sobre terrorismo não ocorreu no momento da apresentação destes projetos, e sim

1 **Romero Jucá Filho** (1954): político brasileiro que fez sua carreira em Roraima. Estudou Economia na Universidade Católica de Pernambuco e fez pós-graduação em Engenharia Econômica. Foi no Recife que ele começou sua vida política como diretor da Secretaria de Educação do Estado. Em 1984 foi secretário extraordinário de Coordenação da Prefeitura do Recife. Trabalhou ainda como professor universitário, gerente e diretor de órgãos públicos e privados. Após essa experiência, presidiu a Fundação Projeto Rondon, em 1985, e no mesmo ano foi secretário executivo da Comissão Intermunicipal de Educação e Desenvolvimento Regional. Em 1986, presidiu a Fundação Nacional do Índio - Funai. Em 1988 foi nomeado - pelo então presidente da República, José Sarney, e aprovado pelo Senado - governador do então Território Federal de Roraima. Candidato derrotado em 1990 ao governo do recém-criado Estado de Roraima, elegeu a esposa, Maria Teresa Surita Jucá para a Prefeitura de Boa Vista, em 1992. Naquele ano, Romero foi diretor de Abastecimento da CONAB e Secretário Nacional de Habitação do Governo Federal. Em 1994 foi eleito senador pelo PSDB. Ocupou a vice-liderança do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Reelege-se

senador em 2002 e em 2003 deixa o PSDB para filiar-se ao PMDB. (Nota da IHU On-Line)

2 **Cândido Vaccarezza** [Cândido Elpidio de Souza Vaccarezza] (1955): médico e político brasileiro, deputado federal por São Paulo desde 2007 pelo PT. (Nota da IHU On-Line)

3 **Aloysio Nunes Ferreira Filho** (1945): advogado e político brasileiro, senador por São Paulo desde 2011 pelo PSDB. (Nota da IHU On-Line)

4 **Marcelo Crivella** (1957): político brasileiro do Rio de Janeiro, deixou em 2014 o Ministério da Pesca e Aquicultura (cargo que ocupava desde 2012) para investir na campanha de Governador do RJ. (Nota da IHU On-Line)

5 **Ana Amélia Lemos** (1945): jornalista e política brasileira, senadora pelo Rio Grande do Sul desde 2011 pelo PP. Atuou como colunista do Grupo RBS em Brasília. (Nota da IHU On-Line)

6 **Walter Pinheiro** (1959): político brasileiro, senador pela Bahia desde 2011 pelo PT. (Nota da IHU On-Line)

7 **Demóstenes Torres** (1961): procurador e político brasileiro, senador por Goiás entre 2003 e 2012 pelo DEM. (Nota da IHU On-Line)

8 **Blairo Borges Maggi** (1956): agrônomo, empresário e político brasileiro. Conhecido como o “rei da soja”, atualmente é senador pelo Mato Grosso desde 2011 pelo PR. (Nota da IHU On-Line)

9 Ver a entrevista Maggi diz que dará prioridade a ambiente, publicada pela Folha de São Paulo em 19-06-2005, disponível em <http://bit.ly/FSP190605>. (Nota da IHU On-Line)

quando alguns Senadores, como Jorge Viana¹⁰ e Paulo Paim¹¹, passaram a defender a tramitação do PLS 499/13 em caráter de urgência, em resposta à grande repercussão da morte de um cinegrafista¹², atingido por um artefato explosivo durante uma manifestação contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, ocorrida em 06 de fevereiro último, no Rio de Janeiro.

Esta vinculação entre a aprovação sôfrega de uma lei sobre o terrorismo e as manifestações populares que floresceram no Brasil a partir de junho de 2013 mereceu o repúdio de lideranças sociais e de alguns órgãos de imprensa. Na capa do jornal *Correio Braziliense*, por exemplo, o PLS 499 foi diretamente associado ao Ato Institucional nº 5, o famigerado AI5.

Isto fez com que o Senador Romero Jucá apresentasse, em 18 de fevereiro último, uma nova proposição, o PLS 44, semelhante ao PLS 499/13, mas com importante excludente de criminalidade: “Não constitui crime de terrorismo a conduta individual ou coletiva de pessoas, movimentos sociais ou sindicatos, movidos por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando contestar, criticar, protestar, apoiar com o objetivo de defender ou buscar direitos, garantias e liberdades constitucionais” (art. 3º). Em outras palavras, não seria terrorista a conduta em prol da ordem jurídica vigente (defender ou buscar direitos, garantias ou liberdades constitucionais) e, portanto, que se opera nos limites desta ordem. Desnecessário mencionar o amplo leque de interpretações que tal norma suscitaria.

IHU On-Line – Há declarações de que a proposta de lei retoma iniciativas repressivas do período militar. Concorda?

¹⁰ Jorge Viana (1959): engenheiro e político brasileiro, senador pelo Acre desde 2011 pelo PT. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ Paulo Renato Paim (1950): sindicalista e político brasileiro, senador pelo Rio Grande do Sul desde 2003 pelo PT. (Nota da IHU On-Line)

¹² Santiago Ilídio Andrade (1964-2014): repórter cinematográfico brasileiro. Teve a morte cerebral decretada em 10 de fevereiro de 2014, após ser atingido por um rojão disparado por um manifestante durante um protesto contra a alta da tarifa de ônibus no Rio de Janeiro. (Nota da IHU On-Line)

“A sociedade brasileira vive num fogo cruzado. À medida que a violência se naturaliza, numa espiral repressiva, a impossibilidade de diálogo se cristaliza”

Deisy Ventura – Concordo. Contrariando sua finalidade aparente, os projetos em apreço parecem retomar a ideia de que é melhor combater do que definir o terrorismo. A avassaladora má fama do termo obnubila o fato de que quanto menor a precisão do tipo penal, maior a margem de discricionariedade do Estado para impor processos e sanções excepcionais.

Por exemplo, durante o regime militar (1964-1985), o Decreto-Lei nº 898/1969 determinou que o sempre indefinido ato de terrorismo, quando resultasse em morte, seria punido com “prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo” (art. 28).

A ainda vigente Lei de Segurança Nacional (7.170/1983), embora com penas mais modestas, estipula as duas finalidades que tornariam criminosa a prática de condutas como “devastar”, “depredar” e “provocar explosão”, ou de “atos de terrorismo”. Seriam elas o “inconformismo político” ou “a obtenção de fundos destinados à manutenção de organizações políticas clandestinas ou subversivas”. Aliás, a adorável expressão “inconformismo político-social” aparece já na primeira lei de segurança nacional do regime militar, o Decreto-Lei nº 314/1967, ao lado de outro florão do léxico autoritário, o “facciosismo”. O fato é que, até hoje, muitos governantes não superaram a

dificuldade de lidar com o inconformado ou o que toma partido, se não for o deles.

Sob esta ótica, nada melhor do que um inconformado violento. Gosto muito de um livro de Mireille Delmas-Marty¹³ que analisa a repercussão “desumanizante” dos atentados de 11 de setembro de 2001 sobre o direito penal (*Libertés et sûreté dans un monde dangereux*, Paris: Seuil, 2010). Ela diz que o episódio parece ter liberado as autoridades, política, simbólica e juridicamente, da obrigação de respeitar os limites próprios do Estado de Direito. E alerta para o risco de jogar fora a democracia sob o pretexto de defendê-la: “reduzindo as liberdades, o Estado se injeta, numa verdadeira estratégia de autoimunização, uma parte do mal, assumindo o risco de uma violência que se alimenta de outras e termina por contaminar todo o sistema”.

IHU On-Line – Como entender essa proposta de lei nos dias de hoje?

Deisy Ventura – Ao ler a justificativa oficial do PLS 499/13, anexa à proposição, constatei que ela demonstra, antes de qualquer coisa, uma imensa ignorância sobre a história desta nefasta palavra. As leis antiterroristas têm sido o recurso empregado por quem controla o Estado, em geral durante lutas independentistas, separatistas ou de resistência aos regimes totalitários, para descartar definitivamente os seus opositores do campo da lei comum e da negociação. O terrorista, mais do que fora da lei, passa a ser aquele que se encontra fora do humano, por sua infâmia absoluta.

Tive a felicidade de assistir, em 2010, a montagem que Stanislas Nordey¹⁴ fez de “Os justos”, peça em que Albert Camus¹⁵ discute o indiscutível:

¹³ Mireille Delmas-Marty (1941): professora universitária francesa, presidente do Observatório Pharos de pluralismo cultural e religioso. (Nota da IHU On-Line)

¹⁴ Stanislas Nordey (1966): ator e diretor francês, filho da atriz Véronique Nordey e do diretor Jean-Pierre Mocky. (Nota da IHU On-Line)

¹⁵ Albert Camus (1913-1960): escritor, novelista, ensaísta e filósofo argelino. Confira a entrevista *Camus entre a emoção e a graça*, concedida por Waldecy Tenório à IHU On-Line em 03-02-2010, disponível em <http://bit.ly/ihu030210>. (Nota da IHU On-Line)

o quanto de violência a luta por uma causa justifica? No início da trama, na Rússia de 1905, a presença inesperada de duas crianças compromete a realização de um atentado contra a família do czar, por hesitação de um militante. Esta preocupação com a morte de inocentes nunca abandonou Camus: num bate-boca em Estocolmo, em 1957, ele disse a um estudante argelino que cobrava seu apoio à Frente de Libertação Nacional¹⁶ algo como: “enquanto estamos falando, bombas são jogadas nos bondes da Argélia. Minha mãe pode estar em um deles. Se isto é justiça, eu prefiro minha mãe”. Mas ao tratar da Argélia, sua terra natal, Camus reconhecia a espiral de violência: “cada repressão, ponderada ou demente, cada tortura policial e cada julgamento ilegal acentuaram o desespero e a violência nos militantes”.

Se pensarmos que a grande infâmia do terrorista é crer que uma causa justificaria o sacrifício da vida humana ou do patrimônio, falar de terrorismo no Brasil seria, antes de qualquer coisa, evocar o terrorismo de Estado, do passado e atual. A leitura do Anuário Estatístico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – divulgado em novembro de 2013, que compila dados oficiais – é bastante instrutiva para quem acredita que o problema da violência no Brasil é a estratégia “black bloc¹⁷” ou o pesadelo da *Al Qaeda*¹⁸: em média, “ao menos cinco pessoas morrem vítimas da intervenção policial no Brasil todos os dias, ou seja, ao menos 1.890 vidas

foram tiradas pela ação das polícias civis e militares em situações de *confronto* [no ano de 2012]”. Um dos campeões mundiais em mortes por armas de fogo, o Brasil ostenta números que superam os de conflitos armados em diversas regiões do planeta: mais de 50 mil homicídios em 2012. Tem a quarta maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para China, Estados Unidos e Rússia.

A sociedade brasileira vive num fogo cruzado. À medida que a violência se naturaliza, numa espiral repressiva, a impossibilidade de diálogo se cristaliza. Todo regime de exceção, parcial ou total, é uma confissão de abandono da política e de paixão pelo poder.

IHU On-Line – Que ações de fato se enquadram em atos de terrorismo?

Deisy Ventura – Como já disse, o Direito brasileiro não prevê tais ações. Tampouco o Direito internacional chegou a uma definição geral e abstrata do terrorismo. Mas alguns Estados o fazem. Para os Estados Unidos, por exemplo, o terrorismo é o uso premeditado da violência por motivos políticos, contra não combatentes, por grupos clandestinos ou subnacionais. Este conceito é autoexplicativo: a ação militar norte-americana em diversos países do mundo seria facilmente considerada terrorismo de Estado caso adotássemos, por exemplo, a definição do PLS 499. A famosa “guerra contra o terror” conduzida pelo Presidente George W. Bush¹⁹ foi, na verdade, fachada para incontáveis intervenções americanas em territórios estrangeiros, com os mais variados fins. Afirmou-se inclusive a tese da proporcionalidade na interpretação do princípio da dignidade humana: quanto mais grave a acusação, menor a dignidade do acusado. Um belo livro do cartunista brasileiro Angeli²⁰, intitulado *O lixo da história*,

retoma com genialidade as imagens da “era Bush”.

O pior é que mesmo as mais duras leis antiterrorismo fracassaram no que se refere à proteção dos civis. Ao contrário, alimentaram a violência, como foi o caso do Exército Republicano Irlandês – IRA e do País Basco e Liberdade – ETA. O “terrorista” de hoje só se torna o possível interlocutor político de amanhã quando ele é reintegrado à esfera da lei comum, ao campo da negociação possível. Mireille Delmas-Marty e Henry Laurens²¹ ensinam que esta foi a regra nas lutas pela libertação nacional que hoje são, quase consensualmente, reconhecidas como legítimas.

Mas nada justifica que o Brasil venha aderir de forma acrítica à parcialíssima visão de segurança norte-americana. Muitas vezes, o terrorismo foi referido como “arma dos fracos”, em alusão ao uso da violência por quem foi privado de espaço efetivo na disputa institucionalizada pelo poder. Foi o caso do “terrorista” Nelson Mandela²², encarcerado por quase três décadas, hoje beatificado pelos meios de comunicação como grande pacifista. Foi o caso de numerosos movimentos de libertação nacional no processo de descolonização. Na atualidade recente, há o exemplo da Irmandade Muçulmana, que passou a ser oficialmente designada pelo Egito, em 25-12-2013, como organização “terrorista”, embora o partido que a representa tenha recebido mais de 13 milhões de votos (51,73% do total) nas eleições presidenciais de 2012. É evidente que os militares egípcios, que depuseram o presidente Mohamed Morsi²³, valem-se da lei antiter-

¹⁶ **Frente de Libertação Nacional (FLN)**: partido socialista argelino, criado com o objetivo de defender a independência da Argélia frente à França. (Nota da IHU On-Line)

¹⁷ **Black bloc**: expressão do inglês *black*, negro, e *bloc*, agrupamento de pessoas para uma ação conjunta ou propósito comum. É também o nome dado a uma tática de ação direta, de perfil anarquista, caracterizada pela ação de grupos de afinidade mascarados e vestidos de preto, que se reúnem para protestar em manifestações de rua, utilizando-se da propaganda pela ação para desafiar, em linhas gerais, o Estado e as elites financeiras. Do que se pode apurar, esses grupos são estruturas efêmeras, informais, não hierárquicas e descentralizadas. (Nota da IHU On-Line)

¹⁸ **Al Qaeda**: Organização fundamentalista da extrema-direita islâmica, conhecida por práticas terroristas na África, Oriente Médio e América do Norte. Seu fundador e principal colaborador foi Osama bin Laden. (Nota da IHU On-Line)

¹⁹ **George W. Bush** (1946): foi o 43º presidente dos Estados Unidos, sucedendo Bill Clinton em 2001. Em 2009, foi sucedido por Barack Obama. Foi governador do Texas entre 1995 e 2000. (Nota da IHU On-Line)

²⁰ **Angeli [Arnaldo Angeli Filho]** (1956): chargista brasileiro, começou a trabalhar aos 14 anos na revista *Senhor* e em 1973 foi contratado pela *Folha de São Paulo*, onde continua até hoje. É o criador de personagens como Rê Bordosa, Wood &

Stock e os Skrotinhos. (Nota da IHU On-Line)

²¹ **Henry Laurens** (1724-1792): rizicultor e mercador norte-americano da Carolina do Sul, tornou-se líder político durante a Guerra da Independência. (Nota da IHU On-Line)

²² **Nelson Mandela** (1918-2013): advogado, líder rebelde e ex-presidente da África do Sul de 1994 a 1999. Principal representante do movimento antiapartheid, como ativista, sabotador e guerrilheiro. Considerado pela maioria das pessoas um guerreiro em luta pela liberdade, era considerado pelo governo sul-africano um terrorista. Em 1990 foi-lhe atribuído o Prêmio Lênin da Paz, recebido em 2002. (Nota da IHU On-Line)

²³ **Mohamed Morsi** (1951): foi o 5º presidente do Egito, o primeiro civil eleito

rorismo para impedir que a Irmandade Muçulmana volte a conquistar o poder pela via institucional, e para desqualificá-la diante da comunidade internacional.

Por tudo isto, não existe um sentido preciso e unívoco da palavra terrorismo, como mal absoluto a ser combatido. Ao sabor do tempo, do lugar e do contexto, pelas mais variadas razões, legítimas ou inaceitáveis, seres humanos são levados a ou optam por recorrer a ações consideradas ilegais por uma ordem jurídica. Só se pode opinar caso a caso. Para chegar a uma definição geral e abstrata do terrorismo seria preciso acreditar que a ordem jurídica encarregada de determinar o que é legal ou ilegal está acima de qualquer crítica. Isto equivaleria a renunciar, por exemplo, à legítima defesa em relação ao *status quo*. Supondo que um dia eu pudesse acreditar em algo assim, certamente não seria hoje. Por isto, esta palavra merece ser usada entre aspas, ou no plural, terrorismos.

IHU On-Line – Como o Direito internacional trata o termo terrorista?

Deisy Ventura – As convenções internacionais referem-se a atos criminosos específicos, sem, contudo, oferecer uma definição geral de terrorismo. Esta característica costuma ser denominada “enfoque setorial”, como, por exemplo, o apoderamento ilícito de aeronaves (convenção de 1970); crimes contra agentes diplomáticos (1973); tomada de reféns (1979); proteção do material nuclear (1980); segurança da aviação civil e da navegação marítima (1988); ou ainda o financiamento do terrorismo (1999). Assim, a preocupação do Direito internacional está voltada, sobretudo, ao fomento da cooperação internacional para persecução aos crimes, e muito especialmente ao compartilhamento de informações.

Neste particular, há o problema das listas, elaboradas por países ou organizações, de pessoas ou grupos que são considerados terroristas. Por tudo que já destaquei, é preciso ter um aguçado senso crítico em rela-

ção aos critérios utilizados para definir quem é terrorista. É comum, por exemplo, encontrarmos nestas listas antigos aliados dos regimes ocidentais, que hoje não servem mais.

Isto não significa, de modo algum, convivência com a prática de crimes ou com a impunidade. O direito internacional, por meio do Estatuto de Roma, de 1998, tipifica os crimes contra a humanidade e os crimes de guerra, e cria uma jurisdição internacional para processá-los, de caráter subsidiário às jurisdições nacionais. Esta deve ser a principal preocupação do direito penal internacional. Caso prevaleça uma visão internacionalista baseada nos direitos humanos, a traiçoeira expressão terrorismo está fadada à desapareição, e o combate aos crimes contra a humanidade e de guerra será cada vez mais forte.

IHU On-Line – A proposta de lei está recebendo muitas críticas. Quais são os riscos caso essa lei seja aprovada?

Deisy Ventura – O que chama mais a atenção no PLS 499/13 é o crime de incitação ao terrorismo, previsto em seu artigo 5º. Nada mais é dito sobre este crime, além de “incitar o terrorismo: Pena – reclusão de 3 a 8 anos”. Na versão do PLS 44/14, esta pena é aumentada em um terço se o crime for praticado por meio da internet. São também crimes o financiamento de atividades “terroristas” e o dar abrigo à pessoa que “esteja por praticar” ato “terrorista”. Todos estes crimes são inafiançáveis e insuscetíveis de anistia, graça ou indulto. Ou seja, a depender do que se considere terror ou pânico generalizado em um dado momento, expressar uma opinião crítica numa rede social, por exemplo, poderia ser enquadrado como incitação ao terrorismo. Assim, uma lei deste tipo compreende um aparato de repressão completo e criminaliza inclusive a solidariedade.

IHU On-Line – A proposta de lei é uma tentativa de conter possíveis manifestações na Copa?

Deisy Ventura – Se aqueles que defendem uma lei antiterror pretendem forjar uma “paz social” para consumo durante a Copa, seria um preço muito alto a pagar por uma bagatela.

Fazer com que o Brasil não pareça violento aos olhos dos estrangeiros é tão possível quanto enxugar o mar.

No plano político, já houve a decisão de reprimir com vigor as manifestações populares, o que inclui bater, prender, fichar e processar manifestantes, mas também acuar jornalistas e advogados. Ao fazê-lo, as polícias têm incrementado seu largo histórico de violações de direitos humanos. E para isto elas não precisam de leis antiterrorismo. Do ponto de vista da propaganda política, as expressões “vândalo” e “black bloc” já têm cumprido seu papel de desqualificação do “adversário”, repetidas à exaustão. Vejo com grande tristeza o desperdício do potencial político desta geração que vai às ruas, que deveríamos conhecer e com quem devemos dialogar. Mas, voltando a uma expressão de Camus, aqui “a responsabilidade coletiva erigiu-se em princípio de repressão”.

Objetivamente, a desproporção entre os efetivos policiais e as poucas dezenas de pessoas que se utilizam da violência durante manifestações populares é patente. Digamos que há um movimento amplo de sujeição da sociedade brasileira aos interesses do mercado, disfarçados de interesse público (ou, no caso da Copa, nem isto), no qual pontualmente se inserem alguns destes projetos de lei. O maior problema é que projetos como o PLS 499 elevam as possibilidades de repressão pelo Estado a um patamar que ultrapassa largamente este momento.

IHU On-Line – Há necessidade da criação desta lei? Quais são as leis que já dão conta de ações que o Senado pretende tipificar como terrorismo?

Deisy Ventura – Todas as condutas que resultam em lesão ou ameaça de lesão à vida, à integridade física ou ao patrimônio, tanto público como privado, já são crimes no Brasil, especialmente por força do Código Penal. Sob a perspectiva do interesse público, o importante agora seria fazer com que o Direito Penal fosse cumprido com maior equidade, celeridade e eficiência. Infelizmente, o desempenho do nosso país em matéria de cumprimento das leis é pífio, em particular daquelas que concernem à efetividade dos direitos fundamentais.

democraticamente no país. Seu mandato se estendeu de 2012 até 2013. (Nota da IHU On-Line)

Artigo

Genealogia do governo e da economia política. Uma leitura a partir de Foucault

Para o filósofo Castor Ruiz, o desejo de controlar a vida humana tornando-a “útil” e “eficiente” por todos os dispositivos de poder modernos faz com que a política se torne, cada vez mais, uma *biopolítica*

POR CASTOR RUIZ

Como governar a vida humana para se tornar útil e eficiente? Esta se tornou uma pergunta fundamental, e “uma das principais, senão a principal, característica dos dispositivos de poder modernos”, afirma o filósofo Castor Ruiz. Considerando “útil”, é claro, as práticas que mais dialogam com os interesses hegemônicos, o “problema novo que as sociedades modernas perceberam, principalmente no processo de surgimento do Estado e do mercado, era como governar os outros para conseguir resultados eficientes”. Este norteamento fez com que a política se tornasse, cada vez mais, uma *biopolítica* – uma técnica de governo da vida.

Castor Bartolomé Ruiz é professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos. É graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É

pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006). Leia, ainda, o livro eletrônico do **XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana**, no qual Castor contribui com uma reflexão intitulada *A exceção jurídica na biopolítica moderna*, disponível em <http://bit.ly/castor343>.

O professor Castor está ministrando o curso *Estado, governo e tecnologias biopolíticas: Foucault e Agamben*, cuja programação começou em 10 de março e segue até 30 de junho. Mais informações no link <http://bit.ly/CastorFeA>

Confira o artigo.

1. A noção de governo é clássica na filosofia política, porém o problema do governo só se tornou um tema e um problema central na modernidade a partir dos séculos XVI e XVII. O peculiar da noção moderna de governo é que foi construída na forma de *governo dos outros*. Ou seja,

o problema novo que as sociedades modernas perceberam, principalmente no processo de surgimento do Estado e do mercado, era como governar os outros para conseguir resultados eficientes. A pergunta de como governar a vida humana para se tornar útil e eficiente se transformou em uma

das principais, senão na principal, característica dos dispositivos de poder modernos. Isso tornou a política cada vez mais uma biopolítica, ou seja, uma técnica de governo da vida.

Este marco teórico da biopolítica moderna tem sido amplamente pesquisado desde diversas perspectivas

críticas por muitos e relevantes pensadores contemporâneos: Hannah Arendt¹, Michel Foucault², Giorgio

Agamben³, Roberto Espósito⁴, entre

outros. Desde a perspectiva crítica mais conexa com a tradição marxista, a instrumentalização e administração da vida humana também foi tematizada pelos pensadores da chamada escola de Frankfurt, Walter Benjamin⁵, Theodor Adorno⁶, Max Horkheimer⁷, e os neomarxistas Paolo Virno⁸,

1 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas. 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da *IHU On-Line*, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon168> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon206>. Veja também, na edição 207 de 04-12-2006, a entrevista *Um pensamento e uma presença provocativos*, de Michelle-Irène Brudny disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. (Nota da *IHU On-Line*)

2 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições a *IHU On-Line* dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada *‘História da loucura’ e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à *IHU On-Line* 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon325>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o *XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana*. Confira a edição 343 da *IHU On-Line* que traz o mesmo título que o evento, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que também foi tema da edição número 13 dos *Cadernos IHU em Formação*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon13> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da *IHU On-Line*)

3 **Agamben Giorgio Agamben** (1942): Filósofo italiano. É professor da *Facoltà di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da *IHU On-Line*, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Além disso, de 16 de abril a 23 de outubro de 2013, o IHU organizou o ciclo de estudos *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*, cujas atividades integraram o I e o II seminários preparatórios ao *XIV Simpósio Internacional IHU - Revoluções tecnológicas, culturais, indivíduos e sociedades*. (Nota da *IHU On-Line*)

4 **Roberto Espósito** (1950): Filósofo ita-

liano, conhecido por seu trabalho em biopolítica. (Nota da *IHU On-Line*)

5 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à *IHU On-Line* nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da *IHU On-Line*)

6 **Theodor Adorno** [Theodor Wiesengrund Adorno] (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da Revista *IHU On-Line*, intitulada *Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon386>. A conversa foi motivada pela palestra *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*, proferida por Pucci dentro da programação do *Ciclo Filosofias da Intersubjetividade*. (Nota da *IHU On-Line*)

7 **Max Horkheimer** (1895-1973): filósofo e sociólogo alemão, conhecido especialmente como fundador e principal pensador da Escola de Frankfurt e da teoria crítica. (Nota da *IHU On-Line*)

8 **Paolo Virno** (1952): filósofo e semiólogo italiano de orientação marxista. Atualmente, leciona na Universidad de Cosenza. Em 1977 apresentou sua tese de doutorado sobre o conceito de trabalho e a teoria da consciência de Theodor Adorno. Entre seus livros estão: *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas* (Madrid: Traficantes de Sueños, 2003); *A Grammar of the Multitude: For an Analysis of Contemporary Forms of Life* (Nueva York: Semiotext, 2004) e *Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humanas* (Madrid: Traficantes de Sueños, 2005). Confira a entrevista com o filósofo na edição 161 da *IHU On-Line*, de 24-10-2005, *O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon161>. (Nota da *IHU On-Line*)

Michel Hardt⁹, Antoni Negri¹⁰, entre muitos outros.

Cada um dos pensadores destaca em seus estudos aspectos importantes desta complexa problemática. Uma das teses relevantes desta problemática foi desenvolvida pelo filósofo Michel Foucault na sua obra *Segurança, território, população* (São Paulo: Martins, 2008), correspondente ao curso de 1978 que ministrou no Collège de France. Nesse curso, Foucault faz um estudo genealógico para rastrear o surgimento da noção moderna de governo.

É conveniente lembrar que a genealogia é um método filosófico que tem por objeto subsidiar na compreensão crítica do presente. Não é possível ter uma leitura crítica da realidade sem compreender a historicidade de nossas verdades e práticas. A genealogia nos permitirá tomar consciência das contingências, dos interesses, assim como dos jogos de poder, que estão por trás de cada discurso ou prática, instituição ou verdade, em que estamos envolvidos. A genealogia é o pré-requisito de uma transformação pertinente.

2. Uma das primeiras questões que Foucault chama atenção é para

⁹ Michael Hardt (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros internacionalmente famosos *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da IHU On-Line).

“A noção de governo é clássica na filosofia política, porém o problema do governo só se tornou um tema e um problema central na modernidade”

o fato de que antes do século XVI a noção de governo encontra-se, vez por outra, mencionada em diversos tratados clássicos, porém são muito escassos os tratados ou estudos sobre o governo. Surpreendentemente, a partir do século XVI e principalmente no século XVII, encontramos uma ampla literatura sobre o assunto. Nesses séculos proliferam os tratados do governo nas diversas sociedades e versões possíveis, sendo uma temática que não deixou de crescer até nosso momento. Por que ocorreu esta mudança tão significativa?

A abundância de literatura sobre o governo indica que, nesses séculos, o governo se tornou uma questão central para as sociedades da época. Algo que contrasta com a indiferença com a qual a questão do governo foi tratada nas sociedades antigas e medievais. Por que o governo se tornou uma questão central para as sociedades modernas? E ainda, qual a diferença entre a noção moderna de governo, que é problematizada tão intensamente, e a noção clássica de soberania, tão comum a todos os tratados pré-modernos?

Para abordar esta questão, Foucault analisa, em primeiro lugar, as diversas noções da categoria governo no século XVI. Encontramos que a temática do governo eclode no século

XVI sob os diversos aspectos da vida humana. O problema de como governar os filhos se tornará objeto da pedagogia; o governo de si, com o retorno ao estoicismo, se tornará objeto da filosofia; o governo das almas aparece como uma grande preocupação das pastorais cristãs, tanto católicas como protestantes; principalmente aparece uma grande literatura sobre o governo dos Estados pelos príncipes. As questões de como se governar, como ser governado, como governar os outros, inclusive a questão de por quem devemos aceitar ser governados e como fazer para ser o melhor governador possível, todas essas questões perpassam os diversos tratados a ponto de constituir uma nova problemática intensamente debatida.

3. Um dos tratados sobre o tema mais conhecidos da época é *O Príncipe*, de Maquiavel¹¹. Foucault propõe uma leitura peculiar do príncipe em relação à problemática do governo. O Príncipe de Maquiavel mantém uma relação de exterioridade com o território e com os súditos sobre os quais detêm o poder e a soberania. A preocupação central de Maquiavel é aconselhar ao príncipe como se manter no poder na forma de soberania e domínio do território e dos súditos. Embora Maquiavel apresente traços do realismo político moderno, a sua figura do príncipe, diz Foucault, mais do que o primeiro dos modernos, representa o último dos clássicos. Pois, ele não tematiza o melhor modo de governar, mas as formas de preservar sua soberania.

Na procura da genealogia das técnicas de governo modernas, Foucault estuda tratados muito pouco conhecidos, por não dizer desconhecidos, da maioria, mas que foram muito significativos ou ao menos representativos

¹¹ Nicolau Maquiavel (1469-1527): historiador, filósofo, dramaturgo, diplomata e cientista político italiano do Renascimento. É reconhecido como fundador da ciência política moderna por escrever sobre o Estado e o governo como realmente são, e não como deveriam ser. Separou a ética da política. Sua obra mais famosa, *O Príncipe*, foi dedicada a Lourenço de Médici II. Confira a edição 427 da IHU On-Line de 16-09-2013, *A política desnudada. Cinco séculos de O Príncipe, de Maquiavel*, disponível em <http://bit.ly/ihuon427>. (Nota da IHU On-Line)

da constituição das chamadas *artes de governo*. Muitos desses tratados sobre o governo se encontram entre a literatura anti-maquível. Um dos tratados analisados é o de, Guillaume de La Perriere¹², 1555, *O espelho político, contendo diversas maneiras de governar*. Sendo um tratado crítico de Maquiavel, propõe outra perspectiva para o Estado e o príncipe, que são as artes de governo. La Perriere explica que a noção de governo deve ser entendida de forma ampla e que nela estão envolvidas as diversas formas sociais. Governador pode ser chamado o imperador, o monarca, o rei, o magistrado, o juiz, o prelado. Mas, também, as artes de governar são necessárias para governar uma casa, governar as almas, governar crianças, governar uma família, governar um convento. Há pluralidade de formas de governo, inclusive uma imanência das práticas de governo em relação ao Estado. Algo que se opõe à relação extrínseca de soberania que o Príncipe de Maquiavel propõe. Porém, todos esses diversos tipos de governo estão dentro de um governo maior: o Estado ou sociedade.

Foucault também analisa outro tratado significativo na época, embora também pouco conhecido do grande público, *L’Oeconomique du Prince*, 1670, de François de La Mothe Le Vayer¹³ (1588-1672). Numa série de textos pedagógicos para o Delfim¹⁴, Le Vayer destaca que há três tipos de governo: a) governo de si, a moral; b) arte de governar uma família, a economia; c) ciência de bem governar o Estado, a política. Esta tipologia mostra que no século XVII ainda há uma preeminência da política a respeito das outras artes de governo, porém estabelece entre elas uma continuidade de necessária, naquilo que se entende

“A pergunta de como governar a vida humana se tornou a principal característica dos dispositivos de poder modernos”

por governo. Essa continuidade entre as diversas artes de governo se faz de forma ascendente, pois quem quiser governar o Estado tem que aprender, primeiro, a se governar a si próprio e a sua família. A pedagogia do príncipe tem essa função, ou seja, assegurar a linha ascendente do governo. Mas as artes de governo também têm uma continuidade descendente, quando um Estado é bem governado, os pais de família e os indivíduos também se dirigem como convêm. Essa linha descendente do governo, que tem por objeto a conduta dos indivíduos e a gestão da família, será função da polícia. Vemos aparecer, no século XVII, a polícia como instrumento de governo e cuidado dos indivíduos e famílias. Esta continuidade entre as diversas formas de governo é outra diferença qualitativa a respeito do Príncipe de Maquiavel no qual há uma descontinuidade radical entre o poder do Príncipe e o dos súditos.

Foucault, analisando o texto de Guillaume de la Perriere, percebe que o característico das novas artes de governo que estão sendo propostas é que não se governa o território e os súditos como uma realidade externa, mas se governa o conjunto de relações dos homens com as coisas, governam-se as relações, os homens em suas relações com as coisas. O governo, ao contrário do que propunha Maquiavel, é interno às relações que existem entre os homens e as coisas, entre os homens e a produção, o consumo, a agricultura, o comércio, etc. Por este motivo, o princípio das artes de governo é conhecer a natureza das coisas que se pretende governar, porque o que se deve governar é a

natureza das coisas, dos homens em relação com as coisas. Um exemplo da natureza desse governo está na metáfora clássica do governo do barco. Governar o barco é governar os homens que manejam as diversas funções do barco, governar a relação dos homens com as diversas partes do barco, governar as habilidades e competências dos que trabalham no barco. O que se governa é a natureza das coisas, ou se governam as coisas de acordo com a sua natureza. Este é um princípio do governo oposto ao modelo da soberania do Príncipe de Maquiavel cujo governo se faz pela imposição de sua vontade de forma estratégica, seguindo o modelo clássico da soberania absoluta.

4. A tese central da pesquisa de Foucault é que as artes de governo conseguiram se estruturar a partir da noção de economia, de tal modo que economia e governo, principalmente a partir de metade do século XVII, se tornam conceitos similares. Como se deu a conexão entre estes conceitos e práticas que originariamente pertenciam a campos semânticos e sociais diferentes? A resposta a esta questão exige uma genealogia ampla da economia e do governo, assim como dos discursos e práticas através das quais a economia se tornou uma forma de governo e o governo um método *oikonomico* de administrar a vida humana. A vastidão deste desafio tem provocado diversas pesquisas, com perspectivas diversas dos vários autores. Como indicamos anteriormente, Arendt estudou esta relação, principalmente, em sua obra, *A Condição Humana* (Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010), e Agamben o fez recentemente em várias obras, entre as que se destaca *O Reino e Glória. Uma genealogia teológica da economia e do governo* (São Paulo: Boitempo, 2011).

Foucault dedicou vários cursos, com posteriores obras publicadas postumamente, para a genealogia do governo e da economia. Além do curso de 1978 que estamos comentando, *Segurança, território e população*, ministrou no ano anterior, 1976, *Em defesa da sociedade* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000), e no ano de 1979, *O Nascimento da biopolítica* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008).

12 Guillaume de La Perriere (1499 ou 1503-1565): artista francês, seu trabalho é normalmente associado à Renascença. Sua obra mais famosa é *Le Théâtre des bons engins* (1539). Recebeu mais atenção recentemente graças ao trabalho de Michel Foucault. (Nota do IHU On-Line)

13 François de La Mothe Le Vayer, ou Orosius Tubero (1588-1672): escritor francês, professor de Luís XIV, rei da França entre 1643 e 1715. (Nota da IHU On-Line)

14 Luís, o Grande Delfim (1661-1711): primogênito e herdeiro do rei Luís XIV da França e de Maria Teresa da Espanha. (Nota da IHU On-Line)

Foucault, como Arendt, e diferentemente de Agamben, entende que, embora haja uma genealogia da economia e do governo a ser levada em conta nas sociedades antigas, na modernidade aconteceu uma ruptura qualitativa pela qual a economia se tornou o governo dos outros, e o governo se transformou numa forma econômica de administrar a vida humana como recurso natural útil e rentável. Esta ruptura moderna transformou a política numa biopolítica.

Um dos estudos em que aparece esta conexão é no verbete publicado por Rousseau¹⁵, final do século XVIII, para a Enciclopédia Francesa, intitulado: *Economia política*. Rousseau é conhecido com um dos principais filósofos contratualistas. Contudo, a agudeza do seu pensamento captou a sinuosa dificuldade que estava se estabelecendo, já no século XVIII, entre as teorias modernas da soberania (contratualismo) e as novas formas de governo (economia). No verbete mencionado, Rousseau comenta que classicamente o conceito economia designa o governo da casa para o bem comum da família. Porém, segundo Rousseau, esse modelo não deve ser mais aceito, já que em “nossos dias” a questão da economia política não é mais a mera questão familiar. A questão moderna da economia é saber como o bom governo da família poderá, *mutatis mutandis*, ser introduzido na gestão geral do Estado. O que Rousseau sustenta é que governar um Estado moderno implicará introduzir a economia como técnica de gestão dentro do próprio Estado, de tal forma que a economia, superando os limites

“Não é possível ter uma leitura crítica da realidade sem compreender a historicidade de nossas verdades e práticas”

da família, se torne o modo de governo de todo o Estado. Isso significa estabelecer modos para governar os habitantes, controlando suas riquezas, vigiando suas relações e condutas, assim como um pai de família faz sobre sua casa e seus bens.

Para Rousseau, no verbete indicado, a economia política tem por objetivo definir uma arte de governo. Depois, na sua obra *O contrato social* (Porto Alegre: L&pm, 2007), deslocará o enfoque do tema visando elaborar uma teoria da soberania através do contrato. Porém, nessa obra, *O contrato social*, Rousseau diz que o problema agora é saber como é possível, a partir das noções fundamentais do discurso contratualista como “natureza”, “contrato” e “vontade geral”, elaborar um princípio geral de governo que seja ao mesmo tempo um princípio de soberania acorde com as artes de governar, a economia política.

5. A conexão entre o governo e a economia teve um destaque especial, e posterior relevância, na obra de Quesnay¹⁶ (1694-1774), *Máximes générales*

du gouvernement économique d'un royaume agricole. Quesnay, defensor da teoria fisiocrata frente ao mercantilismo, fala que um bom governo é um governo econômico. Foucault identifica em Quesnay um dos autores que, no século XVIII, consolida a noção de governo econômico no seu sentido moderno. Contudo, governo econômico é uma tautologia, já que a arte de governar é, precisamente, a arte de exercer o poder segundo o modelo da economia. Quesnay afirma que o termo economia está adquirindo um significado moderno identificado com a essência do governo. O termo economia designava no século XVI uma forma de governo (a da casa), no século XVIII há um deslocamento semântico do sentido da economia passando a designar um nível de realidade, um campo específico de intervenção para o governo, com seus processos e tecnologias, o campo onde se desenvolve a arte moderna de governar e ser governado.

6. A inversão semântica da economia como governo e a assimilação política do governo como administração econômica não foi um processo linear simples, ele, segundo mostra Foucault, teve diversos entraves e dificuldades que bloqueavam a construção das artes de governo modernas. Entre eles se destacam dois fatores, a soberania como regime de poder dominante e a família como paradigma da economia.

Os modelos absolutistas de soberania bloqueavam as artes de governo na medida em que discursos como o mercantilismo, fisiocratas e o cameralismo racionalizavam o exercício do poder visando aumentar o poder e a riqueza do Estado, porém o Estado se identificava com o soberano. Contudo, as novas artes de governo não ficaram como meros conselhos filosóficos dados ao príncipe, muito pelo contrário, foram estas novas artes de governo que instalaram efetivamente o aparelho administrativo das monarquias e consolidaram as novas instituições burocráticas do Estado moderno. Porém, enquanto a soberania era o

15 Jean Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da IHU On-Line, de 22-04-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da IHU On-Line)

16 François Quesnay (1694-1774): médico da corte do rei francês Luís XV (1710-1774). Sua obra principal, *Quadro Econômico*, foi publicada em 1758. Baseado em números e dados, Quesnay demonstra a relação entre diferentes classes e setores econômicos, e o fluxo de pagamentos entre eles. Quesnay foi o precursor em alguns campos, como, por exemplo, a formulação de princípios de filosofia social utilitarista - obter máxima satisfação com o mínimo esforço. Quesnay abordou os interesses das classes num ambiente competitivo, o que seria mais tarde desenvolvido como a teoria do capital - os empresários agrícolas só podem iniciar seu trabalho devidamente equipados, ou seja, se dispuserem de um capital no

sentido de riqueza acumulada antes de iniciar a produção, mas não analisou a formação do capital e o comportamento do capital monetário e do capital real. (Nota da IHU On-Line)

problema maior e suas instituições e seu exercício do poder era pensado como desdobramento da vontade soberana, as artes de governo não conseguiram ampliar além da estrutura do poder soberano. O mercantilismo é um exemplo muito esclarecedor deste bloqueio.

O que permitiu desbloquear as artes de governo da soberania absolutista foram as teorias contratualistas do século XVII. Os juristas e filósofos deste período formularam a teoria do contrato para deslegitimar o poder absolutista, constituindo o contrato no novo marco jurídico dentro do qual encontraram legitimidade as novas artes de governo e economia, ou da economia como governo. O discurso do contrato teve um papel fundamental para desbloquear o poder absolutista e propiciar uma teoria do direito público em que todos são elementos participantes da sociedade. Porém, a teoria contratualista, segundo Foucault, não foi além da formulação dos princípios jurídicos de direito público, a modo de marco formal legitimador das novas relações. O contratualismo propiciou os princípios jurídicos e formais da legitimidade institucional, mas não se implicou na problematização das artes de governo. Por isso, não é a partir dos discursos contratualistas que poderemos fazer a genealogia das técnicas de governo modernas. Pode-se dizer que as artes de governo emergiram numa espécie de paralelismo com o contratualismo jurídico. Este servia de marco legitimador daquelas. O discurso que formulou e implementou as artes de governo modernas foi o discurso econômico. As artes de governo envolvem-se com os interesses econômicos identificando economia com governo; isso explica que, em muitos casos, são os interesses econômicos os que impõem os princípios jurídicos que melhor se ajustam aos modos de administrar a economia. Esta tensão originária entre formalismo jurídico e governo econômico continuou ao longo dos séculos até nossos tempos em que a economia se impõe, cada vez mais, como o princípio efetivo que define o marco legal que deve vigorar.

7. O segundo elemento que bloqueava as artes de governo era o

“Todo ser humano, toda criança esteve ligado à sua mãe, da qual foi separado, gerando queixas, sentimento de ser vítima, de ressentimento”

paradigma da família. O conceito de economia originou-se como gestão da *oikos*, casa, a diferença à política que era o modo de governo da *polis*. A casa era administrada a partir de decisões hierárquicas do pai de família que governava as pessoas e os bens. A polis era o espaço em que ninguém governava a ninguém, todos se autogovernavam. A casa era o espaço da obediência, a polis o espaço da autonomia. A casa subjetivava os súditos, a polis exigia cidadãos. A casa administrava a vida a partir de uma decisão hierárquica, a polis governava por decisão coletiva. A modernidade elaborou os dois tipos de discursos e práticas de forma paralela e imbricada. A teoria contratualista quis recuperar os princípios da política clássica até conseguir fazer da democracia um modelo de governo e do cidadão um sujeito formal de direitos. Porém, concomitantemente ao contratualismo jurídico, a economia moderna entendeu que o melhor modo de governar era o da *oikos*. Melhor dizendo, a arte de governar moderna se identifica com o modelo da *oikos*, fazendo da economia uma gestão política das vidas e bens, e tornando a política uma administração utilitária das relações sociais. O problema dos séculos XVII-XVIII era como governar um Estado em sua complexidade e extensão a partir de um modelo tão restrito como era o da família.

Foi um conjunto de processos gerais, como a expansão demográfica do século XVIII, a abundância monetária, o aumento da produção agrícola, associado ao novo discurso da estatística como ciência do Estado, que percebeu que havia um fator essencial para a riqueza e para o governo do Estado que não tinha sido apreendido nas sociedades antigas – esse fator era a *população*. A população foi criada como um recorte conceitual da massa dos súditos que, agora, são identificados a partir da sua condição biológica de meros seres humanos com necessidades e desejos. São esses seres biológicos agrupados na categoria de população que devem ser governados. O desbloqueio do modelo da família pelas artes de governar foi possível porque foi criado como novo objeto de governo, o recorte da população. A estatística (ciência do Estado), que até então tinha funcionado nos marcos da burocracia monárquica, da administração das instâncias soberanas, descobre que a população é um elemento biológico-material com variáveis específicas, cujo modo de governo não é redutível à família: epidemias, migrações, espiral trabalho e riqueza, trabalhadores, produtores, consumidores, etc., são as novas variáveis naturais que devem ser governadas. O governo da população, seguindo os princípios das artes do governo, se faz a partir da natureza dessa população, dos seus interesses, desejos, expectativas. Como ficou dito anteriormente, o governo deve levar em conta a natureza das coisas que governa, neste caso a da população. Governa-se a população a partir da sua natureza. Em verdade o que de agora em diante o objeto de governo será a vontade coletiva da população, uma vontade que tem regularidades naturais que se expressam na noção de interesse próprio.

O olhar da perspectiva histórica nos permite perceber que o ideal do governante moderno é conseguir produzir a vontade da população de tal modo que ela deseje o que está previsto e conduza seu comportamento segundo os desejos nela produzidos. O bom governo da população consiste em governar sua vontade provocando nela necessidades, produzindo seus desejos, modelando as expectativas,

formatando hábitos, enfim, criando subjetividades sujeitadas.

A população emergiu no século XVIII como objeto a ser governado, enquanto as teorias jurídicas formulavam o conceito de povo como sujeito formal da soberania. A família vai ficar como um elemento interno da população, apoio fundamental para governá-la. A família passa de modelo paradigmático a instrumento de governo das populações. A população é a meta do governo, sua finalidade última. O objetivo do governo não mais será preservar o poder do governante (Maquiavel), nem a justiça ou o bem comum abstrato (soberania clássica), mas melhorar a sorte das populações: alimentação, saúde, moradia, trabalho, etc., na medida em que a população qualitativamente melhorada reverte numa maior riqueza do Estado e do mercado. A população aparece como um sujeito consciente do que ela quer e inconsciente do que a fazem fazer.

8. A noção de interesse passará a operar como categoria que estimula o comportamento natural da população. O bom governo governa os interesses da população, o melhor governo é aquele que fabrica aquilo que a população deve desejar, aquilo que lhe interessa e ao que devem aspirar os indivíduos. O interesse se torna o alvo e instrumento do governo das populações. Governam-se as aspirações, os desejos, os interesses, as vontades. Nasce uma nova arte de governo, uma arte biopolítica do governo dos outros, que é a economia política.

A economia política se configurou como uma ciência e, ao mesmo tempo, uma intervenção característica das artes de governo modernas. Ela deve governar a nova rede de relações entre população, território e riquezas. Já no século XVIII, a economia política suplanta o regime da soberania através das técnicas de governo, fazendo da população um objeto a ser governado. Se neste século as teorias da soberania impuseram o povo como sujeito da soberania e sujeito de direito, neste mesmo período, o discurso da economia política elaborou um conjunto de técnicas de governo para administrar a população. O povo é sujeito de governo, a população objeto a ser governado; o povo se subjetiva na

forma de cidadania, a população cria consumidores/produtores; o povo é sujeito formal da soberania, a população é objeto das políticas de governo. A tensão contraditória que perpassa estas duas práticas coetâneas de soberania e governo explica, em grande parte, a crise das democracias contemporâneas, muito mais formais que democráticas, e a crise dos Estados de direito, muito mais administradores econômicos que garantidores dos direitos de cidadania.

A emergência da economia política como técnica de governo não significa que a temática da soberania desapareceu ou que sequer deixou de ser importante nas sociedades modernas. O problema da soberania nunca foi tão debatido como na modernidade, porém em vez de, como ocorria nos séculos XVI-XVII, tentar deduzir as artes de governar do modelo da soberania, no atual modelo da economia política trata-se de deduzir uma teoria da soberania que legitime as novas técnicas de governo, que são técnicas econômicas e biopolíticas. As teorias da soberania, agora, procuram criar modelos institucionais e jurídicos que sejam condizentes com as exigências das novas técnicas de governo.

Um exemplo da importância da soberania nesta nova perspectiva encontra-se nas obras de Rousseau mencionadas anteriormente. No *Contrato social*, Rousseau expõe o dilema que existe ao pensar a soberania moderna de tal forma que seus princípios jurídicos possam servir para viabilizar as novas artes de governo da economia política. O problema da soberania não é eliminado, mas deslocado para a procura de princípios e instituições que legitimem as técnicas de governo, com isso o problema moderno da soberania se torna muito mais agudo. É o caso de nossas democracias contemporâneas ajustadas na forma de meros modelos jurídicos formais que servem para legitimar o capitalismo imperante como sistema econômico de governo.

9. Segundo Foucault, a disciplina também não é eliminada. Ela é essencial para administrar a população, tem que administrar os comportamentos globais da massa, mas também o detalhe de cada indivíduo. Não há substituição de um poder por

outro (soberania-disciplina-biopolítica/governo). Encontramos uma triangulação deles, cujo alvo é a gestão da população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. Governo/população/economia emergem desde o século XVIII como nova trindade do poder biopolítico.

A genealogia das técnicas de governo mostra que o Estado é mais o produto destas formas de governo que uma entidade externa que as pensou. Este breve percurso genealógico mostra uma radiografia mínima da historicidade do Estado em que aparece como resultado das práticas governamentais que, da mesma forma que foi produzido, poderá ser desconstruído. Foucault entende que o nosso problema contemporâneo não é uma estatização da sociedade, mas uma governamentalização do Estado. Vivemos na era da governamentalidade produzida no século XVIII. Uma governamentalidade que é eminentemente econômica e está gerida pelos interesses econômicos que administram economicamente a vida humana e o conjunto do planeta a modo de recursos produtivos úteis e rentáveis.

Embora Foucault defenda a tese de que as atuais técnicas de governo, a economia política, é uma inovação da modernidade e como consequência uma ruptura com os modelos clássicos, entende que essa ruptura não aconteceu sem, concomitantemente, dar continuidade a outras técnicas semelhantes que desde as sociedades antigas serviram para gerenciar a vida das pessoas. Entre elas, Foucault destaca a importância do que ele denominou de poder pastoral. Para Foucault, há concomitantemente uma ruptura e uma continuidade entre as técnicas de governo da economia política no Estado moderno e as técnicas de poder pastoral das sociedades antigas, principalmente do pastorado cristão. Este foi implementado durante os séculos anteriores, e seus discursos e práticas de cuidado de cada ovelha e de todo o rebanho ao mesmo tempo desembocaram nas técnicas modernas de gestão do Estado que procura ter o controle individual de cada cidadão e a gestão coletiva da população: *omnes et singulatim*. Esta é uma questão que merecerá um outro trabalho específico.

**Tema
de
Capa**

**Destaques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU
programados para o período de 17-03-2014 a 24-03-2014.

18-03-2014

Evento: Política econômica brasileira e o golpe civil-militar de 1964: contexto e impactos Debatedor: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

19-03-2014

Evento: Exibição do filme Hannah Arendt (Margarethe Von Trotta, Drama, Alemanha/França, 2012, 113 min)

Debatedor: Prof. Dr. Adriano Correia Silva – Universidade Federal de Goiás – UFG

Horário: 14h30min às 16h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: Debate do filme Hannah Arendt (Margarethe Von Trotta, Drama, Alemanha/França, 2012, 113 min)

Debatedor: Prof. Dr. Adriano Correia Silva – Universidade Federal de Goiás – UFG

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: O mal radical e a banalidade do mal

Debatedor: Prof. Dr. Adriano Correia Silva – Universidade Federal de Goiás – UFG

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

20-03-2014

Evento: Humor e crueldade no século XX

Debatedor: Abrão Slavutzky

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: Crueldade e condição humana

Debatedor: Abrão Slavutzky

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

24-03-2014

Evento: Exibição do Documentário Shoah (Claude Lanzmann, Documentário/Testemunhos, França, 1985, parte 1, 147 min)

Horário: 14h30min às 17h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: A proposta estético-política de Claude Lanzmann no Documentário Shoah

Debatedor: Robson de Freitas Pereira – Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA)

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: Reexibição do Documentário Shoah (Claude Lanzmann, Documentário/Testemunhos, França, 1985, parte 1, 147 min)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Publicação em destaque



Cadernos IHU

Além de Belo Monte e das outras barragens: o crescentismo contra as populações indígenas

Cadernos IHU, em sua 47ª edição, de 12-01-2014, publica *Além de Belo Monte e das outras barragens: o crescentismo contra as populações indígenas*, escrito em colaboração por Christian Caubet e Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski. Oito unidades de conservação foram recordadas por medidas provisórias para reservar as áreas de construção de futuras hidrelétricas e respectivos lagos de represamento. Essas decisões constituem elementos estruturais de uma política pública de extensão territorial da exploração de recursos minerais. Esses elementos estruturais consistem em dispor da legislação em vigor, remodelar suas feições *ad nutum* e, portanto, ignorar os interesses protegidos. Já existem iniciativas como a PEC

215 de 2000, que objetiva alterar a demarcação de terras indígenas, e a PEC 750 de 2011, que pretende desestruturar as normas em vigor no Pantanal. Quanto às demarcações de Terras Indígenas, também é público que as terras invadidas são as dos índios, e não as de agricultores que possam alegar uma propriedade não eivada de vícios jurídicos incompatíveis com a noção jurídica de propriedade. Esses raciocínios objetivam firmar categorias de valores que devem estruturar o campo da discussão a favor de um ou outro grupo envolvido na disputa pela maior legitimidade de seu ponto de vista particular.

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Mais informações no telefone +55 (51) 3590 8247.

Acesse a versão em PDF a partir de 12-04-2014 em www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu.

Publicação em destaque

Cadernos Teologia Pública

A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel

Élcio Verçosa Filho

ISSN 1807-0590

ano XI • número 83 • 2014

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



JESUITAS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

Cadernos Teologia Pública

Providência dos Profetas: uma leitura da doutrina da ação divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel

Cadernos Teologia Pública, em sua 83ª edição, de 12-03-2014, apresenta *A Providência dos Profetas: uma leitura da doutrina da ação divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Heschel*¹, de Élcio Verçosa Filho, doutor em filosofia da religião pela PUC-SP e professor de ética e filosofia da Faap. O trabalho busca entender, na perspectiva da filosofia da religião, a doutrina da providência divina passível de ser apreendida da revelação de Israel, fazendo uso das categorias do filósofo da religião judaica Abraham Joshua Heschel em preferência aos instrumentos usuais dos estudos bíblicos. A intenção é buscar o significado propriamente noético da visão profética da ação divina em suas categorias fundamentais e em relativa independência do contexto que a viu nascer.

Esta e outras edições dos **Cadernos Teologia Pública** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Mais informações no telefone +55 (51) 3590 8247.

Acesse a versão em PDF a partir de 12-04-2014 em www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu.

¹ Abraham Joshua Heschel (1907-1972): rabino nascido na Polônia, de origem judaica hassídica (tinha entre seus ascendentes várias lideranças ligadas ao movimento hassídico do leste europeu). Estudou na Universidade Humboldt, Alemanha, e viveu nos Estados Unidos. Esteve ao lado de Martin Luther King em manifestações pela igualdade de direitos entre brancos e negros. É autor de *O Schabat: seu significado para o homem moderno* (São Paulo: Editora Perspectiva, 2012), obra que, no contexto da espiritualidade judaica, introduz a ideia de uma “arquitetura da santidade”, surgida, não no espaço, mas no tempo: o judaísmo seria uma religião da temporalidade, com significações relacionadas à eternidade. (Nota da IHU On-Line)



Anistia. Memória e justiça.

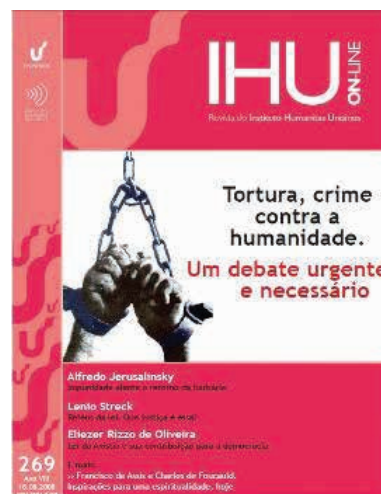
Edição 358 – Ano XI – 18-04-2011
Disponível em <http://bit.ly/ihuon358>

Países como Argentina, África do Sul, Chile e Espanha, entre outros, têm, no que se refere à anistia, à memória e à justiça dos crimes cometidos durante os regimes ditatoriais que assolaram seus povos, uma experiência diferente da nossa, no Brasil. Mais de 40 anos depois do golpe militar de 1964, ainda não conseguimos desatar este nó. A presente edição da revista **IHU On-Line** volta a debater o tema neste início do governo da presidenta Dilma Rousseff. Contribuem para este debate os seguintes entrevistados: Cecília Coimbra, Castor Ruiz, Edson Teles, Jair Krischke, José Carlos Moreira Filho, José de la Fuente, Nora Hochbaum, Paulo Abrão e Reyes Mate.

Tortura, crime contra humanidade. Um debate urgente e necessário.

Edição 269 – Ano IX – 18-08-2008
Disponível em <http://bit.ly/ihuon269>

O tema de capa da edição 269 da **IHU On-Line** tece como pano de fundo a discussão sobre os anos de chumbo já acabaram no Brasil, mas a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos e o luto constante daqueles que sequer enterraram seus mortos ainda persistem, vívidos. Contribuem para essa discussão Lenio Streck, Alfredo Jerusalinsky, Cecília Pires, Alfredo Culleton, Deisy Ventura, Roberto Romano, Dalmo Dallari, Kathryn Sikkink, Ovídio Baptista e Eliezer Rizzo de Oliveira.



1964-2004. Hora de passar o Brasil a limpo.

Edição 95 – Ano IV – 05-04-2004
Disponível em <http://bit.ly/ihuon95>

Por ocasião dos 40 anos do Golpe Civil-Militar, em abril de 2004, a revista **IHU On-Line** lançou, em sua edição 95, o número intitulado *1964-2004. Hora de passar o Brasil a limpo*. Entre os entrevistados desta edição estavam Luiz Werneck Viana, que abordou o tipo de sociedade que foi criada a partir de um longo processo de modernização autoritária, e um depoimento de Sonia Hass, falando sobre o sofrimento de toda uma família que sentiu na própria pele o terror dos anos de chumbo.

Editorial
Os jornais da semana passada dedicaram cadernos especiais discutindo o golpe militar de 1964. Uma superabundância de depoimentos, de análises e reflexões sobre este episódio-chave na história brasileira do século XX. O **IHU On-Line**, neste e na próxima semana quer contribuir com este debate, pois acreditamos que se trata de um momento importante "para passar a limpo o Brasil", como afirma Luiz Werneck Viana em entrevista que nos concedeu. Trata-se de um momento de reflexão e análise do tipo de sociedade que foi criada ao longo do processo de modernização autoritária e de perguntar o Brasil que queremos construir. Abaixo este boletim dando a palavra à nossa ex-colega, cidadã de São Leopoldo, Sonia Hass. Num depoimento pungente, em plena semana de páscoa, ela narra o sofrimento de toda uma família que sofreu no próprio corpo os anos de chumbo da ditadura militar. Até hoje, como na Palestina de J. S. Bach, a família Hass procura o corpo de João Carlos perguntando: "Who? What? When? (Quem? O quê? Para onde?)". Esse depoimento é a chave de leitura do restante do boletim. Depois dele a leitura das análises do cientista social, presidente da Apqoc, Luiz Werneck Viana, do historiador Marco Antônio Villa, da UFSCar, e do antropólogo social Celso de Castro, pesquisador do CIPROC da Fundação Getúlio Vargas, que nos concederam entrevistas exclusivas, têm um outro sentido. Essas análises são complementadas pela reprodução da entrevista de Alvaro Alonso, que foi ministro do governo longo e líder do PTB na Câmara Federal. Longa a entrevista faz um contraponto interessante com as análises de historiadores e cientistas sociais. Também hoje, de 17h, na Galeria Cultural de Biblioteca de Unisinos, inauguramos o **Humanas Arte** com a exposição do artista plástico Leandro Seltzer que apresentará

Eventos IHU

Exibição e debate do filme *Hannah Arendt*

O Instituto Humanitas Unisinos-IHU exibe e discute o filme *Hannah Arendt* (Margarethe Von Trotta, Drama, Alemanha/França, 2012, 113 min), na quarta-feira, 19-03-2014. O longa será transmitido a partir das 14h30, com entrada franca. Às 17h30, o professor Dr. Adriano Correia Silva – Universidade Federal de Goiás – UFG, debate a obra. Ambas atividades são gratuitas e serão realizadas na Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

Mais informações em <http://bit.ly/PascoalHU2014>.

Imagem: reprodução filme Hannah Arendt



Imagem: reprodução site Mídia e Educação



A condição humana

Na próxima quinta-feira, 20-03-2014, o Instituto Humanitas Unisinos-IHU recebe o psicanalista e escritor Abrão Slavutzky. Ele participará de duas atividades que integram a programação da **11ª Páscoa IHU**, cujo eixo de debate é a problemática do mal na contemporaneidade. Abrão Slavutzky fará a conferência *Humor e crueldade no século XX*, às 17h30, e, logo após, às 19h30, fará a palestra *Crueldade e condição humana*. Ambas atividades são gratuitas e serão realizadas na Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

Mais informações em <http://bit.ly/PascoalHU2014>.

Exibição e debate do documentário *Shoah*

Na próxima segunda-feira, 24-03-2014, será exibido no Instituto Humanitas Unisinos - IHU a primeira parte do documentário *Shoah* (Claude Lanzmann, Documentário/Testemunhos, França, 1985, parte 1, 147 min), das 14h30 às 17 horas. Logo após, às 17h30, terá a palestra do psicanalista Robson de Freitas Pereira, da Associação Psicanalítica de Porto Alegre - APPOA, intitulada *A proposta estético-política de Claude Lanzmann no Documentário Shoah*. O evento ocorre na Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

Mais informações em <http://bit.ly/PascoalHU2014>.

Imagem: reprodução documentário Shoah

